



fundação édisson vieira INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

ANÁLISE DA RENDA INTERNA DO PARANÁ

Convênio

**Conselho de Desenvolvimento
do Extremo-Sul - CODESUL**

**CURITIBA
SETEMBRO/1983**

159a IPARDES - Fundação Edison Vieira.
Análise da renda interna do Paraná. Curitiba, 1983.
121f.

Convênio CODESUL, IPARDES - Fundação
Edison Vieira.

I.Renda interna - Paraná - 1970-1981.
I.Título

CDU 339.32(816.2)"1970/81"

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO-SUL - CODESUL

PRESIDENTE

JOSE RICHÁ - **Governador do Paraná**

VICE-PRESIDENTE

ESPERIDIÃO AMIM HELOU FILHO - **Governador de Santa Catarina**

VICE-PRESIDENTE

JAIR DE OLIVEIRA SOARES - **Governador do Rio Grande do Sul**

MEMBROS

Erasmus Garanhão - Representante do Paraná

Carlos Passoni Júnior - Representante de Santa Catarina

Clovis Jacobi - Representante do Rio Grande do Sul

Ary Andreazza - Diretor-Presidente do BRDE

Erasmus Garanhão - Secretário Executivo

SECRETARIA EXECUTIVA

Secretário Executivo - ERASMO GARANHÃO

Secretários Assistentes:

PR - JOSÉ RICHÁ

SC - AMAURI CAMILO CANTÚ

RS - CARLOS ROBERTO MARTINS BRASIL

IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA

JUDAS TADEU GRASSI MENDES - **Diretor-Presidente**

PENO ARI JUCHEM - **Secretário Geral**

LUIZ ANTONIO LOPES - **Supervisor de Pesquisa**

EQUIPE TÉCNICA

Denise Maria Maia (economista), Elisabete Cosmala Baggio (economista), Gilson Volaco (economista), Sieglinde Kindl da Cunha (economista) - Coordenadora, Simone Rebello Bergmann (socióloga).

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE GRÁFICOS	ix
APRESENTAÇÃO	x
INTRODUÇÃO	1
1 BASE DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA PARANAENSE NO INÍCIO DA DÉCADA DE 70	6
2 DESACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA E SEUS EFEITOS SOBRE A ESTRUTURA PRODUTIVA PARANAENSE	15
3 TRANSFORMAÇÕES SETORIAIS DA RENDA INTERNA DO PARANÁ	27
3.1 AGRICULTURA	27
3.2 INDÚSTRIA	39
3.2.1 Alterações Estruturais no Setor Industrial Paranaense	43
3.2.2 Alterações na Estrutura Interna dos Gêneros Industriais	46
3.3 SERVIÇOS	48
4 CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DA RENDA INTERNA DO PARANÁ	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
ANEXO ESTATÍSTICO	79
ANEXO METODOLÓGICO	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119

LISTA DE TABELAS

1 - Evolução da renda interna real e participação da renda do Paraná na do Brasil, segundo setores econômicos - 1970 - 1975	10
2 - Taxas de crescimento da renda interna real, segundo setores econômicos e subsetores de serviços, no Paraná - 1970-75	13
3 - Taxas de crescimento da renda interna da agricultura, indústria e Serviços do Brasil - 1970-81	17
4 - Evolução da renda interna e participação da renda do Paraná na do Brasil, segundo setores econômicos - 1975 - 1980	20
5 - Participação dos setores econômicos na renda interna do Paraná - 1970-81	21
6 - Índice de crescimento da renda interna e do produto real da agricultura, no Paraná - 1975-81	21
7 - Taxas anuais de crescimento do produto real da indústria do Paraná - 1976-81	24
8 - Participação dos setores econômicos na renda interna do Paraná - 1960-69	27
9 - Participação da produção agrícola do Paraná na do Brasil, segundo alguns produtos - 1963 - 1969	28
10 - Evolução do parque paranaense de tratores e colheitadeiras - 1960 - 1970 - 1975 - 1980	32
11 - Estabelecimentos, em números absoluto e relativo, e área de lavouras, segundo grupo de área, no Paraná - 1970 - 1975 - 1980	33
12 - Área plantada, produtividade e produção dos principais produtos agrícolas, no Paraná 1970-1975 - 1980	33

13 - População residente, em números absoluto e percentual, e taxa geométrica, por situação de domicílio, no Paraná - 1960 - 1970 - 1980	35
14 - Crescimento anual de preços recebidos e preços pagos, do Índice geral de preços e do Índice da renda real e do produto real da agricultura do Paraná - 1970 - 1981	38
15 - Índice de crescimento da renda real do Paraná, por setores econômicos - 1970 - 1980	40
16 - Participação de alguns gêneros na indústria do Paraná - 1970 - 1980	44
17 - Participação de alguns gêneros industriais na renda interna da indústria do Paraná, excluída a PETROBRÁS - 1970 - 1975 - 1980	44
18 - Participação dos diferentes grupos no gênero papel e papelão, no Paraná - 1975 - 1979	46
19 - Participação dos diferentes grupos no gênero madeira, no Paraná - 1975 - 1979	47
20 - Participação dos diferentes grupos no gênero minerais não-metálicos, no Paraná - 1975 - 1979	47
21 - Participação dos diferentes grupos no gênero produtos alimentares, no Paraná - 1975 - 1979	48
22 - Participação dos setores econômicos na população economicamente ativa no Paraná - 1970 - 1980	52
23 - Taxas de crescimento da renda interna dos subsectores de serviços do Paraná - 1970-81	55
24 - Participação dos subsectores de serviços na renda interna do Paraná - 1970-81	57
25 - Índice de crescimento da renda real e participação de transportes e comunicações no total do subsector, no Paraná - 1970-81	62
26 - Participação das microrregiões homogêneas na renda interna do Paraná - 1970 - 1980	65
27 - Participação das principais microrregiões homogêneas na renda interna da agricultura do Paraná - 1970 - 1980	66
28 - Participação das principais microrregiões homogêneas na renda da indústria do Paraná - 1970 - 1980	66

29 - Participação das principais microrregiões homogêneas na renda do comércio do Paraná-1970 - 1980	66
30 - Participação dos principais municípios na renda interna total da agricultura do Paraná-1970 -1980	69
31 - Participação dos principais municípios na renda interna total do comércio do Paraná - 1970 - 1980	72

LISTA DE GRÁFICOS

1 - Evolução da renda interna da indústria do Paraná e do Brasil - 1970-75	12
2 - Evolução da renda dos subsetores de serviços no Paraná - 1970-81	57
3 - Participação das microrregiões homogêneas na renda interna da agricultura do Paraná - 1970 - 1980	68
4 - Participação das microrregiões homogêneas na renda interna da indústria do Paraná - 1970 - 1980	68
5 - Participação das microrregiões homogêneas na renda interna do comércio do Paraná - 1970 - 1980	69
6 - Participação dos principais municípios na renda interna da agricultura do Paraná - 1970 - 1980	70
7 - Participação dos principais municípios na renda interna da indústria do Paraná - 1970 - 1980	71
8 - Participação dos municípios na renda interna do comércio do Paraná - 1970 - 1980	72

APRESENTAÇÃO

As estimativas dos agregados econômicos têm sido frequentemente utilizadas em uma série de estudos realizados como elemento orientador do comportamento das atividades econômicas desenvolvidas no território paranaense. Contudo, a maioria dos trabalhos privilegiam apenas os aspectos específicos de cada setor. Daí a idéia de analisar esses elementos quantitativos, procurando dar uma interpretação global a esses resultados, destacando as transformações mais importantes que ocorreram nos setores produtivos, na última década. Assim, o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul - CODESUL e o IPARDES - Fundação Edison Vieira firmaram convênio para realizar a Análise da Renda Interna do Paraná para os anos de 1970-81.

Não se pretende aqui um estudo exaustivo sobre as questões que explicam todo o processo evolutivo da economia estadual, mas apenas delinear os contornos das formas em que se dão as principais modificações econômicas ocorridas na década de 70. Procurou-se salientar somente os aspectos mais relevantes das questões consideradas fundamentais, seja destacando-se analiticamente as principais causas responsáveis pelo comportamento da economia paranaense, seja descrevendo dados que mostram as peculiaridades inerentes a essa economia, como por exemplo daqueles referentes à distribuição espacial da renda, da sua composição setorial e outras.

INTRODUÇÃO

A análise do comportamento da economia paranaense, tanto a nível global, setorial ou espacial, requer alguns esclarecimentos quanto à forma pela qual se tentará identificar as causas responsáveis pelo processo evolutivo dessa economia.

A utilização de dados de Renda e Produto Interno permite verificar as características recentes mais marcantes, bem como o ritmo evolutivo da atividade econômica estadual tomada em conjunto; inclusive as principais modificações que se verificaram nessa evolução e nas relações entre as partes principais que o compõem, em termos de importância relativa.

O Produto Interno é uma medida da produção sem duplicações, ou seja, conceitualmente significa o valor da produção destinada à utilização final. Estão excluídas dessa quantificação todas as compras e vendas de matérias-primas e insumos em geral realizadas durante o período considerado, ficando ausente, portanto, uma parcela apreciável da atividade social da produção, não levando em conta justamente, as etapas que caracterizam todo o processo de produção de mercadorias. Dessa forma, não são contempladas as ligações entre as partes específicas e distintas do capital empregado na produção.

A Renda Interna que corresponde à remuneração dos fatores produtivos, e em termos de resultado final é igual ao produto interno líquido, também encobre faces importantes da atividade econômica que são as relações intra e intersetoriais, o

que dificulta a identificação das causas dos fenômenos ou modificações ocorridas na economia.

As informações desses grandes agregados permitem que se tenha uma visão macro da economia estadual, contudo, cabe salientar que nem todas as atividades estão contempladas, estando ausente dois setores: Construção Civil e Serviços Industriais de Utilidade Pública. Além disso, é importante se ter claro quais são, efetivamente, os itens que compõem cada setor ou subsetor, qual o significado exato de cada um desses conceitos e em que medida os dados os representam adequadamente.*

Dada essas limitações, e considerando que a preocupação central deste trabalho é a de detectar as causas e variáveis responsáveis pelo desempenho da economia estadual na década de 70 e qualificar as principais mudanças estruturais e espaciais que ocorreram nesse período, fez-se necessário recorrer a outros parâmetros e variáveis que permitam esclarecer de que forma se deu o processo de produção que gerou tais resultados. Assim, recorre-se às vinculações existentes entre os principais segmentos geradores de renda dentro do espaço estadual, dado que o desempenho de qualquer dos setores afeta, direta ou indiretamente, o comportamento do setor com o qual mantém vínculos. Simultaneamente, procura-se verificar como a economia paranaense está articulada à economia nacional e internacional e em que medida ela é afetada pelo desempenho destas.

A dinâmica de uma economia estadual relaciona-se a elementos internos e externos ao seu espaço econômico, uma vez que as atividades econômicas não estão, de modo algum, contidas

*Ver Anexo Metodológico.

dentro de suas próprias fronteiras. Sua estrutura produtiva, em alguns setores e áreas, articula-se à escala regional ou nacional, e mesmo internacional, estando as decisões que afetam o comportamento da economia estadual, em grande parte, definidas de fora de seu próprio setor público e privado. Nesse sentido, ela depende tanto do desempenho da economia nacional quanto da política econômica adotada, cujos reflexos provocam alterações significativas nos setores produtivos.

Também é necessário ter presente que nas economias industriais o crescimento é comandado pela dinâmica do capital industrial, isto é, são os investimentos efetuados no setor industrial os responsáveis pelo comportamento global da economia, induzindo o investimento no próprio setor industrial através das relações interindustriais e, nesse processo, expandindo os mercados para a produção agrícola e para os serviços, desencadeando o processo de acumulação também nesses setores.

Na medida que a economia avança, diversificando sua produção, o aparelho industrial vai conformando uma estrutura orgânica, na qual aumenta a interdependência entre os setores, e se modificam algumas dessas relações.

Além disso, é importante considerar a atuação do Governo enquanto arrecadador de tributos, orientador da atividade econômica, produtor e financiador de parcela significativa da produção, através de investimentos em indústrias de base, estradas, obras públicas, barragens, portos, desenvolvimento tecnológico etc., que atendem às necessidades econômicas, ou por meio de gastos sociais como programas de saúde, saneamento, educação, habitação, etc.

Em verdade, a abertura de novas fronteiras de acumulação

passa pela mediação do Estado, o qual constitui formas superiores de organização capitalista, consubstanciadas num sistema financeiro público e em grandes empresas estatais. São as instituições de fomento e desenvolvimento do Estado os principais agentes de crédito e financiamento para projetos de larga escala e longos prazos de maturação, sendo a função de aglutinação e gestão de grandes massas de recursos financeiros desenvolvida através de seus fundos, programas e agências financeiras.

Também são importantes os agentes do sistema financeiro privado para garantir a liquidez monetária e financeira. A liquidez monetária está diretamente relacionada com a quantidade de dinheiro requerida para a circulação corrente da produção. Grande parcela dos ativos financeiros não está diretamente relacionada com o financiamento da produção, em decorrência de um enorme volume de títulos financeiros, em sua maioria líquidos e destituídos de riscos, que circulam como moeda financeira que busca uma contínua valorização. É através da contínua emissão de títulos, que servem de base ampliada à dívida interfinanceira, que se aciona a circulação rápida e retroalimentada de papéis, permitindo aos agentes financeiros obter lucros sobre aplicações "passivas" de terceiros, ou como vem acontecendo ultimamente, a ritmo crescente, ganhos especulativos, via valorização de suas carteiras de "ativos".

As financeiras caberia o papel de suprir recursos para o consumo; aos bancos comerciais, o financiamento de capital de giro das empresas, e aos bancos de investimentos, atender à demanda de recursos de longo prazo destinados a suportar o processo de acumulação do capital.

Concretamente, a maioria das fontes reais de financia-

mento da formação de capital das empresas continua sendo a acumulação interna de lucros ou o recurso a fontes externas, como o crédito de fornecedores internacionais para compra de equipamentos, ou crédito interno de longo prazo concedido pelos agentes do BNDES, no caso da indústria doméstica, pelo Sistema Financeiro de Habitação no caso da construção civil e pelo Banco do Brasil no caso da agricultura. Nesta última, o fornecimento de crédito subsidiado foi um dos fatores importantes para expansão da fronteira agrícola e sua modernização.

Em síntese, é através das interações entre os setores produtivos, que se relacionam com os setores comerciais, financeiros, governo, etc. que se pode perceber, de forma mais integrada, os caminhos percorridos pela economia estadual, a rapidez com que esta se desenvolve e que alterações qualitativas ocorrem na estrutura produtiva, na organização da produção, nas formas de participação dos setores de apoio à produção e nas próprias relações entre cada um desses setores.

Nesse sentido, os itens 1 e 2 apresentam uma análise da forma como se deu o crescimento da economia do Paraná, numa visão ampla, levando em consideração os acontecimentos ocorridos na economia brasileira, tanto no período do chamado "milagre brasileiro" quanto no de desaceleração econômica.

Os dois itens seguintes são dedicados a comentários mais específicos sobre os principais setores econômicos do Paraná, destacando-se as mais importantes transformações que ocorreram nesta década, bem como a concentração espacial da renda. Finalmente, são salientados os acontecimentos mais relevantes e apontadas as perspectivas da economia paranaense.

1 BASES DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA PARANAENSE NO INÍCIO DA DÉCADA DE 70

O desempenho da economia paranaense no início da década de 70 supera os elevados índices de crescimento da economia brasileira. As raízes desse dinamismo estão vinculadas às condições internas favoráveis já implantadas na década anterior e à forma como o Paraná se integra à dinâmica da economia brasileira.

Até a década de 60, as relações do Paraná com a economia brasileira se davam, de forma mais estreita, através da agricultura.

A agricultura, até então base da economia estadual, estava voltada para o abastecimento do mercado nacional e para a exportação, sendo, portanto, mercantil e com características diversificadas.

Apesar de integrado ao núcleo da economia brasileira, o capital agrícola pouco estimulou a indústria local, uma vez que até a década de 60, o Paraná possuía um setor industrial incipiente, voltado basicamente para o mercado local e ligado à produção primária de baixo grau de elaboração.

Durante os anos 60, intensifica-se o processo de unificação de economia paranaense ao núcleo capitalista da economia nacional.

Esse processo se desenvolveu a partir de dois movimentos intimamente associados. De um lado, as características do crescimento da economia brasileira a partir do Plano de Metas,

quando se implanta no Brasil um moderno parque industrial, liderado pelas indústrias de bens de consumo duráveis e de bens de produção, voltadas para abastecer o mercado nacional. A escala de produção dessas indústrias exigia a unificação das economias regionais, para viabilizar o seu potencial de mercado. Por outro lado, internamente, o Governo do Estado sentiu a necessidade de uma intervenção mais efetiva, visando implantar um projeto desenvolvimentista para o Paraná.

O papel do Governo do Estado, nos primeiros anos da década de 60, representou um marco fundamental para a implantação do setor industrial no Paraná. A concepção do projeto desenvolvimentista visava, além do financiamento direto ao setor industrial, o financiamento à implantação da infra-estrutura. Para tanto, foi criado o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná - FDE, com recursos derivados de um percentual do Imposto sobre Vendas e Consignações - IVC, sob a gestão da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná - CODEPAR, criada em 1962.

Através da CODEPAR, posteriormente transformada em BADEP, o Paraná viabiliza o financiamento público para a implantação da infra-estrutura (rede ferroviária, rodoviária, porto marítimo, energia elétrica), condições essenciais para o escoamento da produção agrícola, para receber a indústria e se integrar ao mercado nacional.

No primeiro período de existência da CODEPAR (1962-65), os recursos do FDE foram canalizados para a implantação da infra-estrutura, com ênfase para transporte e energia. A partir de 1966, a prioridade passa a ser o fomento à industrialização. No entanto, essa nova fase distancia-se do "Projeto Paranaense de Desenvolvimento", como foi concebido inicialmente. A partir

de 1966 as fontes de financiamento da CODEPAR se diversificam, e esta passa a atuar também como gerenciadora e repassadora de outros fundos de financiamento. Em 1968 a CODEPAR é transformada em Banco de Desenvolvimento (BADEP) e sua função passa a ser eminentemente executiva, atuando como repassadora de recursos de financiamento federais e, portanto, integrando-se a uma política de financiamento concebida a nível federal.¹

O ciclo de expansão da economia brasileira no período 1967-73 encontra o Paraná em condições internas favoráveis para reagir aos estímulos de crescimento.

A nível nacional, também na década de 60, desenvolve-se um projeto político de reformas estruturais que visavam eliminar os pontos de estrangulamento da economia brasileira.

A Reforma Tributária e o lançamento de Títulos de Dívida Pública dotaram o setor público de fontes de financiamento para fazer frente às necessidades de investimentos públicos e incentivar a retomada do crescimento.

A Reforma Financeira, Bancária e a criação do Sistema Financeiro de Habitação, através do BNH, reorganizaram o financiamento ao setor privado, através de pacotes destinados às indústrias de bens de consumo duráveis e à construção civil.

A política de crédito agrícola fortalece e incentiva a agricultura, principalmente a de exportação, visando criar divisas para a importação de bens de produção e bens intermediários, necessários ao novo pacote de investimentos.

A redução nos salários reais permitiu aumentar a taxa de

¹PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Coordenadoria de Estudos e Projetos. Repartição de encargos públicos entre níveis de governo. Curitiba, 1982. 173 p.

rentabilidade das empresas, enquanto que a demanda de bens de consumo duráveis é garantida pela concentração de renda direcionada à classe média alta, que possuía maior propensão marginal a consumir esse tipo de bem.

Para dar suporte ao novo ciclo de expansão, a política econômica passa a ter um papel fundamental, através de incentivos ao capital industrial e às exportações, além do comprometimento de uma parcela considerável da receita pública com infra-estrutura e o crescimento econômico.

O novo ciclo de expansão tem como linha de frente a indústria de bens de consumo duráveis, que cresce inicialmente pela utilização da capacidade ociosa preexistente. A partir de 1970, com o esgotamento da capacidade instalada, exige-se um novo bloco de inversões, pressionando a oferta de máquinas e equipamentos.

Dado que o setor de bens de produção nacional não poderia dar suporte a curto prazo, a saída foi recorrer ao mercado internacional, para a importação de máquinas e equipamentos. A consequência inevitável foi a abertura da economia brasileira em relação à economia mundial, onde as exportações deveriam desempenhar papel fundamental no financiamento das importações necessárias ao novo bloco de inversões.

A política agrícola direciona-se no sentido de priorizar a agricultura de exportação, liberando um extraordinário volume de crédito e favorecendo a modernização da agricultura, abrindo um mercado potencial para dinamização da indústria de máquinas e implementos e insumos agrícolas.

Esse o movimento da expansão da economia brasileira aliado ao movimento interno à economia paranaense - através de um

projeto desenvolvimentista voltado para a industrialização - dão as bases para que, durante a década de 70, ocorra no Estado um elevado índice de crescimento industrial. Ocorrem, assim, profundas transformações qualitativas em sua estrutura de produção, além da expressiva modernização e diversificação da agricultura, transformando a base técnica de sua produção. Essas mudanças pressionam alguns subsetores de serviços a se modernizarem e diversificarem para apoiar os setores produtivos.

A economia paranaense na primeira metade da década de 70 apresenta um crescimento da Renda Interna de 153%, superando os já elevados índices da economia brasileira (87%).

Essa expansão se verifica em todos os setores da economia estadual, com um crescimento de 185% na Renda da Agricultura, 193% na Indústria e 128% em Serviços.

A participação do Estado na Renda Interna Brasileira passa de 5,5% em 1970 para 7,0% em 1975, com proporcionais aumentos na participação dos setores (tabela 1).

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA RENDA INTERNA REAL E PARTICIPAÇÃO DA RENDA DO PARANÁ NA DO BRASIL, SEGUNDO OS SETORES ECONÔMICOS - 1970 - 1975

SETOR	EVOLUÇÃO 1970-75		PARTICIPAÇÃO DA RENDA - PR/BR (%)	
	PR	BR	1970	1975
Agricultura	185	92	12,3	16,5
Indústria	193	109	3,0	4,2
Serviços	128	75	5,5	6,5
TOTAL	153	87	5,5	7,0

FONTE: FGV, Contas Nacionais, IPARDES

Esse dinamismo não se compreende somente pelos índices de crescimento, mas principalmente pelas transformações ocor-

ridas na agricultura e na indústria, além das transformações nos serviços de apoio aos setores produtivos.

A agricultura paranaense reage positivamente aos estímulos da política agrícola, e a Renda Interna quase que triplica no período 1970-75 (tabela A.4).

O incentivo à exportação, via crédito subsidiado, e as condições favoráveis de preços no mercado internacional permitem que no Paraná a soja ganhe representatividade na pauta de produtos agrícolas, embutidos em um pacote tecnológico que levará à transformações significativas no modo de produção. Com a soja, aparece o trigo, que possibilita melhor aproveitamento e utilização do solo, devido ao sistema de rotação de culturas, proporcionando maior renda ao produtor.

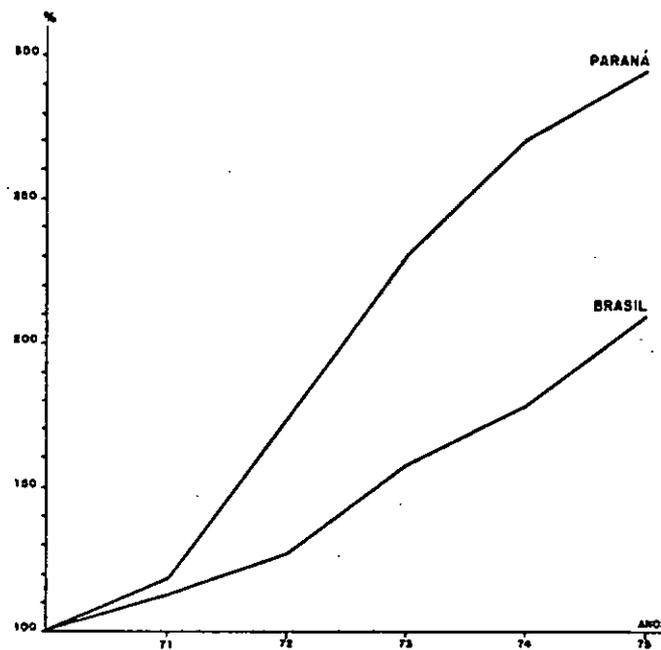
O crescimento da indústria foi excepcionalmente elevado, mesmo comparando com os elevados índices de crescimento da economia brasileira. O Brasil duplica o valor de renda gerada pelo setor industrial no período de 1970-75, enquanto que no Paraná a renda industrial praticamente triplica* (gráfico 1).

A indústria paranaense se diversifica, incorporando gêneros mais dinâmicos e ampliando as relações intersetoriais e interindustriais. Ainda, os ramos tradicionais, principalmente os agroindustriais, se orientam para fases de maior elaboração da matéria-prima. Embora tenha ocorrido uma reorientação do aparelho industrial do Estado, a agroindústria continuou dominante e responde por aproximadamente 70% da Renda Industrial, com a diferença de que mesmo os gêneros desse complexo mudam

*É necessário observar que essas altas taxas de crescimento se deram sobre uma base industrial que era bastante reduzida no início da década de 70.

em termos de perfil das plantas industriais.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA RENDA INTERNA DA INDÚSTRIA DO PARANÁ E DO BRASIL - 1970-75.



FONTE: FGV, CONTAS NACIONAIS, IPARDES

Implanta-se então no Paraná a grande empresa moderna, com ampla escala de produção, que utiliza tecnologia avançada e com elevados índices de produtividade, ou seja, vai se conformando uma estrutura industrial tipicamente oligopolizada.

A entrada do grande capital está associada à entrada de capitais estrangeiros que se instalam nos gêneros mais dinâmicos e nos ramos que implicam maior grau de elaboração.

Como decorrência da própria concentração da produção industrial, ocorre uma progressiva concentração espacial. Com o surgimento das grandes empresas, a produção se concentra em plantas industriais e por conseqüência em poucas cidades.

Todo esse processo não é típico da economia paranaense, mas, ao contrário, está inserido no processo de crescimento da economia brasileira durante o ciclo da expansão de 1967/73; no

entanto, no Paraná esse movimento se verifica de forma mais prolongada, acelerada e intensa.

As transformações ocorridas na estrutura dos setores produtivos, tais como modernização da agricultura, diversificação e concentração espacial da indústria, provocaram um acelerado processo de urbanização, bem como efeitos multiplicadores sobre o crescimento de determinados segmentos do setor terciário no Paraná.

A concentração espacial da produção e da população passa a gerar pressões sobre os centros urbanos para o fornecimento de infra-estrutura urbana (habitação e transportes), para o atendimento das necessidades sociais (educação, saúde, lazer) e para o aparecimento e modernização de serviços de apoio aos setores produtivos (serviços comerciais, financeiros, transporte, comunicação, armazenagem).

Os diversos segmentos de Serviços do Paraná crescem de forma diferenciada no período de 1970-75. Os subsetores que mais crescem são Intermediários Financeiros, Comércio e Transportes e Comunicações, enquanto que os demais (Aluguéis, Governo e Outros Serviços) crescem a taxas bem inferiores (tabela 2).

TABELA 2 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA RENDA INTERNA REAL, SEGUNDO SETORES ECONÔMICOS E SUBSETORES DE SERVIÇOS, NO PARANÁ - 1970-75 (Em %)

SETORES SUBSETORES	TAXA DE CRESCIMENTO
Agricultura	185
Indústria	193
Serviços	128
Comércio	191
Intermediários Financeiros	237
Transporte e Comunicações	112
Governo	55
Aluguéis	59
Outros Serviços	62
TOTAL	153

FONTE: IPARDES

O ritmo de expansão dos subsetores Comércio, Transportes e Comunicações e Intermediários Financeiros é mais elevado no Paraná que no Brasil; já nos demais subsetores, o crescimento é praticamente semelhante.

Em resumo, as peculiaridades do crescimento e as modificações estruturais que ocorrem no ciclo de expansão de 1967-73 da economia brasileira, se reproduzem no Paraná de forma mais intensa, através da modernização da agricultura, da intensificação das relações agricultura/indústria, do crescimento, diversificação e concentração industrial e do crescimento e modernização dos serviços de apoio aos setores produtivos.

2 DESACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA E SEUS EFEITOS SOBRE A ESTRUTURA PRODUTIVA PARANAENSE

No ciclo de expansão da economia brasileira ocorre um superdimensionamento dos investimentos, principalmente na indústria de bens de consumo duráveis e não-duráveis, com uma forte pressão sobre o setor financeiro e o setor de bens de produção.

A elevada capacidade instalada da indústria e as altas taxas de lucro não corresponderam, na fase de expansão, ao crescimento da demanda, dada a elevada concentração de renda.

Portanto, já nos finais de 1973, o milagre brasileiro estava se esgotando e nesse sentido a crise internacional do petróleo veio apenas agravar uma situação econômica que mais cedo ou mais tarde iria se revelar crítica.

Segundo Bresser Pereira: a redução na taxa de acumulação a partir de 1974 ocorre especialmente na indústria de bens de consumo durável (em particular de automóveis) que vinha liderando o ciclo expansivo.²

Embora na fase de expansão, a capacidade de consumo dos trabalhadores, e principalmente da classe média, estivesse crescendo, a produção de bens de consumo duráveis estava crescendo mais rapidamente. A desaceleração do crescimento foi provocada

²PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Auge e declínio nos anos setenta. Revista de Economia Política, São Paulo, 3(2):103-29, abr./jun. 1983.

pela queda na demanda, reflexo da contenção dos salários e do esgotamento da capacidade de endividamento das famílias, principalmente da classe média, que sustentava a demanda de bens de consumo duráveis. A partir de 1974, acumulam-se estoques invendáveis em alguns gêneros da indústria.

A política econômica, visando conter a inflação, contrai o crédito através da liberação das taxas de juros, pressionando de forma definitiva as pequenas e médias empresas, já altamente endividadas em função dos investimentos realizados anteriormente.

Por outro lado, as grandes empresas, mais oligopolizadas, transferem para os preços a elevação dos custos financeiros, pressionando ainda mais a taxa de inflação. Desse modo, mantinham suas margens de lucro, e dada a capacidade ociosa com que trabalhavam, parcela significativa desse lucro foi direcionada para a especulação financeira.

Apesar da queda na taxa de investimento do setor privado, o setor estatal manteve elevado o investimento agregado em 1974 e 1975, não permitindo que os efeitos recessivos se propagassem de forma mais acentuada.

A partir de 1973, desacelera-se o ritmo de expansão da Renda Interna do Brasil, que cai de 15% na média do período 1970-73 para 13% em 1976. A desaceleração no período 1974-76 foi parcialmente amenizada pelo crescimento dos investimentos do Setor Produtivo Estatal. A retração da Renda do setor industrial foi ainda mais brusca, de 20% em 1974, cai para 9% em 1976 (tabela 3).

TABELA 3 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA RENDA INTERNA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS DO BRASIL - 1970-81

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
1970-73*	19,4	15,3	11,2	15,1
1974	15,9	19,6	11,0	14,5
1975	8,2	11,1	16,7	13,5
1976	31,1	8,8	11,6	12,9
1977	23,0	0,8	3,3	5,6
1978	(3,5)	5,2	12,4	7,5
1979	9,1	8,3	12,7	10,9
1980	1,9	7,6	1,8	3,5
1981	(12,0)	(11,0)	0	(4,9)

FDNTE: Centro de Contas Nacionais e Centro de Estudos Fiscais
DCS/IBRE/FGV

*Média Anual

O aumento da participação do setor produtivo estatal, estava de acordo com os objetivos do II PND, quando o Estado deveria dar suporte à retomada do crescimento. Porém, o II PND foi parcialmente desativado a partir de 1976, devido fundamentalmente à adoção de políticas econômicas antiinflacionárias de caráter contencionista,³ num período em que a conjuntura internacional era desfavorável.

A inflação é diagnosticada como inflação de demanda, e para combatê-la, optou-se pelo corte nos gastos e nos investimentos públicos, além de uma drástica contenção do crédito, via liberação nas taxas de juros internas.

Os efeitos dessas políticas recessivas vão se fazer sen-

³SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. & COUTINHO, org. Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, 1983. v.1, p.56-121.

tir a partir de 1977, principalmente sobre a Indústria de Transformação e da Construção Civil.

A partir de 1976, cai significativamente a taxa de crescimento da Renda Interna do Brasil, cuja média anual, foi inferior a 7% no período de 1977 a 80 (tabela 3).

A elevação das taxas de juros internas torna atrativa a captação de recursos de empréstimos externos, ampliando aceleradamente o hiato financeiro da dívida pública, utilizada para conversão dos recursos captados no exterior. Além disso, o governo para incentivar a exportação cria uma série de créditos subsidiados a taxas de juros negativas, obrigando o Tesouro a recorrer ao mercado monetário, lançando títulos da dívida pública para financiar os subsídios e a conversão de empréstimos estrangeiros.

A ciranda financeira imposta pela política econômica pressiona ainda mais a elevação das taxas de juros, estimulando a especulação financeira em detrimento dos investimentos produtivos, e provocando pressão sobre a taxa de inflação, desaceleração do crescimento industrial e a dívida externa. Dessa forma, o setor financeiro é o que mais cresce durante a aceleração da crise da economia brasileira.

No biênio de 1979-80, a inflação e o desequilíbrio externo agravam-se notadamente. Em fins de 1979, há uma nova orientação da política econômica que procura combinar instrumentos como a inflação corretiva e a má desvalorização do cruzeiro com controle de preços, tabelamento das taxas de juros e reajuste semestral dos salários.

As medidas do pacote econômico em fins de 1979, consideradas pelos condutores da política econômica como inflação cor-

retiva, vieram acelerar o processo inflacionário que chega a três dígitos a partir desse ano.⁴ A maxidesvalorização cambial, o aumento do imposto sobre operações financeiras e o imposto sobre o faturamento são políticas que têm caráter extremamente inflacionário, dada a estrutura oligopolizada da economia.

A partir de 1980, a política econômica torna-se claramente recessiva. Além disso, uma parte da responsabilidade pelo agravamento da crise, que vai se refletir de forma acentuada a partir de 1981, coube às condições internacionais desfavoráveis, tais como o recrudescimento da inflação mundial, em função dos novos aumentos nos preços do petróleo, a deterioração das relações de troca do Brasil, as políticas protecionistas dos países avançados e a elevação das taxas de juros internacionais, pressionando os aumentos dos serviços da dívida externa.

A violenta contenção de crédito, a elevação das taxas de juros e as condições internacionais paralisam os investimentos, sendo que em 1981 a desaceleração transforma-se em recessão, com taxas de crescimento negativas da Renda Interna Real da indústria (11%) e da economia (5%) (tabela A.7).

A economia paranaense principalmente a partir de 1975, vai apresentar queda nas taxas de crescimento da Renda Interna. Se de 1970 a 1975, o crescimento médio anual foi de 21%, no período de 1975 a 1980, a taxa de crescimento médio cai para 8% ao ano.

A redução da taxa de crescimento da economia paranaense foi mais acentuada que a brasileira, provocada principalmente por uma queda na Renda Real da Agricultura (11%), apesar de a

⁴Op. cit. nota 3.

indústria manter um índice elevado de crescimento, 127% (tabela 4).

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DA RENDA INTERNA E PARTICIPAÇÃO DA RENDA DO PARANÁ NA DO BRASIL, SEGUNDO SETORES ECONÔMICOS - 1975 - 1980 (Em %)

SETORES	EVOLUÇÃO		PARTICIPAÇÃO DA RENDA PR/BR	
	Paraná	Brasil	1975	1980
Agricultura	(11)	73	16,5	8,5
Indústria	127	34	4,2	7,1
Serviços	41	49	6,5	6,1
TOTAL	43	46	7,0	6,8

FONTE: IPARDES, Contas Nacionais - FGV

Outra importante transformação estrutural que ocorre no Paraná durante a década de 70 e explicitamente no último quinquênio dessa década, refere-se à repartição da renda entre a Agricultura, Indústria e Serviços. Desde o início da década, a indústria ganha progressivamente peso na composição setorial da Renda Interna do Paraná, ou seja, confirma-se a conhecida tendência da decrescente participação da agricultura na renda, à medida em que avança os estágios de industrialização.

A peculiaridade, no caso do Paraná, resulta da velocidade com que ocorrem essas transformações. Até 1975, a agricultura era responsável por parcela significativa da Renda Interna do Paraná (aproximadamente 30%), enquanto a indústria não chegou a responder por 20% (tabela 5).

A partir de 1978, a indústria ultrapassa definitivamente a agricultura em termos de participação, na Renda Interna do Estado.

TABELA 5 - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS NA RENDA INTERNA DO PARANÁ - 1970-81 (Em %)

ANO	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
1970	25,17	16,62	58,21
1971	33,21	14,88	51,91
1972	30,71	18,10	51,19
1973	27,74	19,67	52,59
1974	30,04	19,41	50,55
1975	28,34	19,27	52,39
1976	19,19	22,31	58,50
1977	25,56	22,49	51,95
1978	19,44	27,25	53,31
1979	19,04	26,14	54,82
1980	17,62	30,63	51,75
1981	19,25	28,15	52,60

FONTE: IPARDES

O salto qualitativo da indústria e a queda no Produto Real da agricultura entre 1976 e 1979 alteram qualitativamente a estrutura da economia paranaense que deixa de ser essencialmente agrícola.

Até 1980, não só a agricultura perde participação na composição da renda, como também ocorre uma redução em termos absolutos da Renda Real e do Produto Real da agricultura, quando comparados com o ano de 1975 (tabela 6).

TABELA 6 - ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA RENDA INTERNA REAL E DO PRODUTO REAL DA AGRICULTURA, NO PARANÁ - 1975-81

ANO	ÍNDICE DE CRESCIMENTO	
	Renda Real	Produto Real
1975	100	100
1976	73	53
1977	111	28
1978	80	34
1979	82	45
1980	89	65
1981	99	117

FONTE: IPARDES

Observa-se que em termos de crescimento da Renda Interna, a agricultura não recupera os índices de 1975, com exceção de 1977, cujo ganho de renda vai ocorrer via crescimento de preços relativos dos produtos agrícolas e não via aumento de produção.

Dois movimentos contrários ocorrem nesse período. Entre 1975 e 1977, há uma queda sensível no produto real da agricultura, provocada pela erradicação do café, em função das geadas de 1975 e da desaceleração no ritmo de expansão da soja e do trigo. No entanto, a Renda Real da agricultura não cai na mesma proporção que o produto e inclusive se recupera em 1977. Esse ganho real da renda interna da agricultura é viabilizado pela elevação dos preços recebidos pelos agricultores, que nos anos de 1976 e 1977, crescem bem mais que a taxa de inflação, chegando a significar um aumento de preços em 1977, 3,5 vezes superior ao "Índice Geral de Preços".

Esse crescimento dos preços dos produtos agrícola no biênio 1976-77 é explicado pela conjuntura internacional favorável, para os preços do café e da soja. Movimento contrário ocorre a partir de 1977, quando o produto real da agricultura vai se recuperando gradualmente até 1981 (tabela 6).

No entanto, a Renda Real não cresce na mesma proporção, uma vez que passa a ocorrer a partir de 1977 um crescimento mais lento dos preços dos produtos agrícolas, quando comparados com o crescimento dos preços pagos pelos agricultores e com o Índice Geral de Preços.

Portanto, a partir de 1977, há uma deterioração da Renda Interna Real da agricultura, via preços e não via produção.

Essa relação inversa entre produção e preços é caracte-

rística da agricultura cuja estrutura produtiva é mais concorrencial. Dessa forma, a queda do nível de produção implica a elevação dos preços de mercado. Isto ocorreu tanto em relação aos produtos para o mercado interno como para os produtos de exportação.

Se no Brasil os efeitos da desaceleração e da política econômica têm impacto direto sobre o setor industrial, no Paraná isto não se verifica de forma clara e imediata, uma vez que no período de 1976 a 1978, a renda do setor industrial cresce à taxa média de 25% ao ano.

É justamente nesse período que começam a operar no Paraná algumas plantas industriais que passam a compor parcela significativa da renda gerada pela indústria. O início da instalação dessas indústrias ainda se dá na fase expansiva de crescimento do Paraná. Têm um papel fundamental para esse crescimento, as indústrias instaladas na Cidade Industrial de Curitiba - CIC, cuja orientação e decisão de investimentos se concentram entre 1970 e 1975. Grande parte dessas indústrias começam a operar a partir de 1975, ocorrendo um elevado crescimento da Renda gerada nos gêneros de Materiais Elétricos e de Comunicações e Fumo.

O início da produção da PETROBRÁS a partir de 1977, de certa forma, ameniza os efeitos da retração no crescimento da economia. Se excluída a renda gerada pela PETROBRÁS, a taxa de crescimento do produto industrial cai para 3,8% e 3,4%, respectivamente em 1977 e 1978 (tabela 7).

Em 1979, a taxa real de crescimento do produto industrial cai 5,3%, também em decorrência da queda na produção da PETROBRÁS, já que se esta for excluída, os demais gêneros crescem 1,4% nesses anos.

TABELA 7 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO REAL DA INDÚSTRIA DO PARANÁ - 1976-81 (Em %)

ANO	PRODUTO REAL DA INDÚSTRIA	
	TOTAL	Exclusive PETROBRÁS
1976	26,5	26,5
1977	25,8	3,8
1978	23,8	3,4
1979	(5,3)	1,4
1980	26,1	22,3
1981	(3,3)	(0,6)

FONTE: IPARDES

Em 1980, há uma nova recuperação do setor industrial do Paraná, em função da recuperação da própria indústria química e do crescimento do gênero de Material de Transporte, Material Elétrico e de Comunicações e da Mecânica.

É em 1981 que a indústria paranaense passa a sofrer mais concretamente os efeitos da crise econômica brasileira, apresentando queda de 3% no Produto Industrial.

Os subsetores de serviços apresentam um comportamento heterogêneo a partir de 1975, e provavelmente são atingidos de forma diferenciada a partir da desaceleração da economia nacional.

O comércio que até 1976 apresentava taxas de crescimento elevadas, no biênio 1977 e 1978 sente os efeitos da crise, apresentando taxas de crescimento negativas em termos de renda real. O subsetor de comércio foi o mais duramente atingido, uma vez que parte de seu dinamismo é determinado exogenamente, ou seja, depende do desempenho da economia nacional e mesmo internacional. Isto não só quanto à oferta, mas principalmente quanto aos efeitos da desaceleração da demanda, provocada a ní-

vel nacional pelo aumento do desemprego e pela queda nos salários reais e a nível internacional pelo recrudesimento da crise mundial e pelas políticas protecionistas das economias avançadas.

As medidas de política econômica adotadas em 1979 - tabelamento irreal do câmbio associada à relativa contenção das taxas de juros - propiciam uma onda de especulação altista nos estoques de mercadorias e de matérias-primas, transferindo o potencial especulativo do estoque de títulos para mercadorias e outros ativos reais. Portanto, em 1980, enquanto o comércio apresenta uma taxa de crescimento próxima a 30%, o setor financeiro excepcionalmente apresenta uma retração de 2%.

Novamente em 1981, em função das medidas econômicas de caráter contencionista, que levam ao aprofundamento da crise, o comércio é o subsetor mais atingido, caindo em 16% a sua Renda Interna Real (tabela 23).

O crescimento do setor financeiro, no Paraná, também tem seu comportamento explicado pela ciranda financeira imposta pela política econômica e a desaceleração dos investimentos produtivos. Durante todo o período, apresentou taxas de crescimento excepcionalmente elevadas, com exceção de 1980. Conforme já mencionado anteriormente, nesse ano, em função das próprias medidas econômicas, houve uma transferência do potencial especulativo dos ativos financeiros para os ativos reais. Novamente em 1981, com o aprofundamento da crise nos setores produtivos, o subsetor de Intermediários Financeiros cresce 43%.

Em Transportes e Comunicações há a partir de 1976 uma desaceleração nas taxas de crescimento da renda real, que pode ser explicada pela desativação no crescimento dos setores pro-

ditivos e da própria elevação nos preços do petróleo, com conseqüente redução na rentabilidade do subsetor.

Os demais subsetores de serviços são os que apresentam os menores índices de crescimento (no período de 1975-80), persistindo a tendência do primeiro quinquênio da década de 70.

3 TRANSFORMAÇÕES SETORIAIS DA RENDA INTERNA DO PARANÁ

3.1 AGRICULTURA

No início da década de 60 a maior parcela na composição da renda total do Estado provinha da agricultura. No entanto, a partir desse período o setor primário começa a perder peso na composição da renda total, devido à queda do dinamismo da atividade cafeeira, responsável pela expressiva contribuição do setor agrícola. A superprodução do café, a deterioração do seu preço de mercado, a política de erradicação dos cafezais (62/67), e ainda os fatores climáticos (geadas e chuvas intensas) comprometeram a renda da agricultura paranaense nessa década, dado o grande peso desse produto no total da renda gerada no setor (tabelas 8 e A.17).

TABELA 8 - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS NA RENDA INTERNA DO PARANÁ - 1960-69 (Em %)

ANO	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
1960	45,63	13,74	40,63	100
1961	44,12	12,78	43,10	100
1962	45,76	12,88	41,36	100
1963	36,97	16,98	46,05	100
1964	36,84	16,82	46,54	100
1965	40,16	13,95	45,89	100
1966	31,38	16,20	52,42	100
1967	33,30	13,58	53,12	100
1968	32,14	13,39	54,47	100
1969	32,12	15,21	52,67	100

FONTE: IPARDES

A pauta dos produtos agrícolas do Estado poderia ser agrupada segundo o destino da produção. De um lado, a agricultura cafeeira do Norte do Paraná, voltada basicamente para a exportação e de outro, uma agricultura de abastecimento do mercado nacional baseada nos seguintes produtos: algodão, milho, feijão, trigo, menta, batata, arroz, amendoim, mandioca, etc. (tabela 9).

TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO PARANÁ NA DO BRASIL, SEGUNDO ALGUNS PRODUTOS - 1963 - 1969 - (Em %)

PRODUTO	1963	1969
Cafê (coco)	40,95	59,71
Milho	16,15	22,90
Algodão	13,77	31,63
Feijão	24,33	16,15
Arroz	6,83	5,21
Soja	6,15	24,00
Mandioca	3,80	6,16
Trigo	3,37	12,96
Cana-de-açúcar	3,41	2,95
Menta	90,00	90,00
Batata	16,99	14,64
Amendoim	1,71	10,47
Mamona	7,65	13,40
Rami	90,00	90,00

FONTE: IBGE, IBC, CCLEFST

O desenvolvimento da cafeicultura no Paraná nada mais foi que a extensão da cafeicultura paulista que se deslocou para o Norte do Paraná também à procura de solos mais férteis.

No entanto, quando o café se expande no Paraná, a ênfase da política econômica brasileira já estava voltada para a industrialização que, através da política cambial, transfere par-

te do excedente da cafeicultura para o financiamento da industrialização.

Além disso, as exportações de café desempenham papel fundamental na criação de divisas para as importações necessárias à industrialização:

(....) Como se vê, o café para o Paraná ganhou significado diferente do que teve em São Paulo, pois, enquanto neste Estado as poupanças excedentes desnecessárias para os reinvestimentos na própria agricultura (ou especialmente, cafeicultura) dirigiram-se para os investimentos industriais dentro do próprio Estado, no Paraná, isso não ocorreu, pois, à época em que ali se desenvolveu a cafeicultura, a demanda de produtos industrializados já era quase plenamente satisfeita pela produção paulista. E como, de certa forma, não se tinha consciência da situação do mercado internacional do café, apenas se expandiu a sua produção no Estado, dando margem à criação de fluxos de renda voltados para São Paulo.⁵

Já o outro tipo de agricultura desempenhava importante papel no abastecimento dos centros urbanos e no fornecimento de matérias-primas ao setor industrial, tendo funções específicas e sendo parte integrante do núcleo capitalista da economia brasileira. O Paraná contribuiu, assim, com significativa parcela da produção agrícola nacional, recebendo inclusive a cognominação de "Celeiro do Brasil".

Um outro segmento da agricultura localizada no Paraná Tradicional era voltado basicamente para a produção de auto-

⁵PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC; Curitiba, Secretaria da Cultura e do Esporte do Paraná, 1981. 235p. (Economia e planejamento: série teses e pesquisas). p.194-5.

subsistência, sendo comercializada somente parte marginal da produção. Essa agricultura apresenta baixa produtividade e técnicas rudimentares de produção.

No final da década de 60, começa a se desenvolver no Paraná as culturas de soja e trigo.

Três fatores são essenciais para se explicar o acelerado crescimento da produção da soja. Em primeiro lugar, as políticas de estímulo às exportações empreendidas no país a partir de meados da década de 60, que pretendiam, a partir da maior abertura da economia brasileira ao circuito do comércio internacional, criar divisas e trazer para o país recursos financeiros necessários à gestão de um novo ciclo de expansão. A política econômica se baseou, simultaneamente, em linhas especiais de financiamento a juros subsidiados e na concessão de isenções tributárias e de crédito fiscais aos exportadores. Além das políticas mencionadas, dois acontecimentos favoreceram o setor agrícola de exportação: a introdução do sistema de minidesvalorizações cambiais em 1968 e os preços em ascensão dos produtos agrícolas, especialmente da soja no mercado internacional, em decorrência dos problemas de oferta de alguns países fornecedores. Esses acontecimentos estimularam a produção agrícola de exportação porque o primeiro reduziu o risco associado à remuneração real a ser obtida e o segundo elevou essa remuneração para alguns produtos (soja, café, algodão e milho).

As condições internas favoráveis (num período de altas taxas de crescimento econômico, 1968/73) também tiveram uma parcela de contribuição na expansão do cultivo da oleaginosa. Entre elas, a já existência interna de uma estrutura industrial e de serviços voltada à agricultura que permitia, assim, prati-

camente o imediato fornecimento dos elementos materiais necessários à expansão do cultivo da soja no país. Além disso, grandes volumes de crédito rural injetados no setor agrícola, dirigidos principalmente às culturas de expressivo valor comercial interno e externo, vão proporcionar também uma rápida capitalização dos produtores desses produtos, ampliando consideravelmente o mercado ao setor industrial produtor de máquinas e implementos agrícolas. Portanto, quando a produção de soja começa a ganhar maior importância econômica no país, as condições estruturais necessárias à sua expansão já estão presentes.⁶

No Paraná, simultaneamente, as indústrias produtoras de óleos vegetais que utilizavam como insumos algodão, amendoim, milho, passam a utilizar soja. Além da reorganização interna das indústrias já existentes, instalam-se no início da década de 70 algumas grandes indústrias de beneficiamento de óleos vegetais que utilizam a soja como insumo básico, produzindo também como subproduto o farelo de soja para a exportação.

Portanto, no início da década de 70, a soja se transforma no vetor da penetração do capital na agricultura, através da introdução progressiva de técnicas modernas de cultivo, que levará a significativas transformações no modo de produção agrícola, na estrutura fundiária, na pauta de produtos agrícolas, nas relações agricultura/indústria e nas relações sociais de produção.

O setor agrícola se moderniza, alterando sua base técnica de produção. Nesse sentido, como pode ser observado pelos

⁶FUNDAÇÃO IPARDES. Formação de capital na agricultura paranaense. Curitiba, 1979. 119f.

dados da tabela 10, foi surpreendente a evolução do parque de tratores e colheitadeiras do Paraná, principalmente no período de 1970/75 (tabela 10).

TABELA 10 - EVOLUÇÃO DO PARQUE PARANAENSE DE TRATORES E COLHEITADEIRAS - 1960 - 1970 - 1975 - 1980

ANO	NÚMERO DE TRATORES	NÚMERO DE COLHEITADEIRAS
1960	5 181	...
1970	18 619	19 719
1975	52 498	20 699
1980	81 727	28 043

FONTE: IBGE

OBS.: ... dado desconhecido

Essa tecnificação altera a estrutura produtiva, afetando principalmente a estrutura fundiária, e provoca a concentração das propriedades em termos de área. Entre 1970 e 1980 a participação dos estabelecimentos de até 50 ha no total do número de estabelecimentos cai de 93% para 83%; em contrapartida, expande-se a participação dos acima de 50 ha, de 7% para 11%. Com relação à área de lavouras, a perda de importância dos estabelecimentos menores e a crescente importância dos maiores refletem a concentração das áreas cultivadas em menor número de estabelecimentos. Embora os estabelecimentos de até 50 ha ainda apresentem significativa participação em termos de áreas de lavouras, seu decréscimo tende a prosseguir, concentrando cada vez mais a produção nos estabelecimentos médios e grandes (tabela 11).

TABELA 11 - ESTABELECIMENTOS, EM NÚMEROS ABSOLUTO E RELATIVO, E ÁREA DE LAVOURAS, SEGUNDO GRUPO DE ÁREA, NO PARANÁ - 1970 - 1975 - 1980

GRUPOS DE ÁREA	1970			1975			1980		
	Estabelecimento		Área de Lavouras	Estabelecimento		Área de Lavouras	Estabelecimento		Área de Lavouras
	Abs.	%		Abs.	%		Abs.	%	
Até 50 ha	513 897	92,7	72,8	431 814	90,3	58,4	431 812	89,2	52,8
50 ha e mais	40 591	7,3	27,2	46 639	9,7	41,6	45 703	10,8	47,2

FONTES: IBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970-1975 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário - Paraná - 1980

A tecnificação também provocou alterações no perfil de produção agrícola, substituindo e deslocando algumas culturas. Entre essas transformações, destaca-se a surpreendente expansão da soja e do trigo no primeiro quinquênio da década de 70 (tabela 12).

TABELA 12 - ÁREA PLANTADA, PRODUTIVIDADE E PRODUÇÃO, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, NO PARANÁ - 1970 - 1975 - 1980 (Em %)

PRODUTO	ÁREA PLANTADA		PRODUTIVIDADE		PRODUÇÃO	
	1970/1975	1975/1980	1970/1975	1975/1980	1970/1975	1975/1980
Algodão em caroço	(40)	25	20	19	(28)	49
Amendoim em casca	(16)	(43)	(15)	27	(29)	(27)
Cafê	(10)	(4)	595	(55)	525	(58)
Feijão	(3)	21	(15)	(36)	(17)	(24)
Arroz	7	(21)	35	(7)	44	(25)
Cana-de-açúcar	24	31	(20)	40	(1)	84
Milho	2	13	5	19	7	34
Soja	436	48	83	1	885	49
Trigo	178	88	(44)	100	56	273

FONTES: IBGE/CEPAGRO

A área plantada da soja aumentou 436% e a do trigo 178%, seguem-se pequenos acréscimos na área de cana-de-açúcar, arroz e milho. Simultâneo ao crescimento da área plantada, a soja também teve seu nível de produtividade acrescido em 83% e a produção em 885%; eleva-se também nesse período a produção de trigo (56%) a do arroz (44%) e a do milho (7%).

Em contrapartida, diminuiu a área plantada de algodão,

amendoim, café e feijão entre 1970/75 e a do arroz no período seguinte.

A evolução favorável dos preços no mercado internacional, a política cambial baseada em minidesvalorizações (1968-75) e a política de crédito que beneficiava os principais produtos agrícolas de exportação, estimularam o cultivo da soja em detrimento das demais. A expansão do cultivo do trigo está vinculada à política de substituição das importações desse produto, empreendida pelo Governo Federal no período de 1967-76.

Além disso, o sistema de rotação de culturas adotado no plantio da soja e do trigo, possibilitando melhor aproveitamento e utilização do solo, pois uma cultura prepara o solo para outro, contribuiu também para essa expansão.

As lavouras de soja, cana-de-açúcar e pastagens ocuparam áreas antes destinadas ao café e a produção de alimentos, e esta última passou a ser cultivada em solos menos férteis e mais distantes.

À expulsão das culturas produtivas de alimentos simples para terras menos férteis e/ou mais distantes foi acompanhada, via de regra, pela expulsão dos seus respectivos produtores - geralmente pequenos produtores semi-autônomos ou assalariados permanentes - os quais foram tangidos para as cidades e/ou para as áreas de expansão da fronteira agrícola. Com isso não houve apenas uma substituição dos produtos e de produtores, mas também uma mudança das formas de produzir e das modalidades de emprego da força de trabalho. Onde antes predominavam permanente a mão-de-obra residente nos, ou junto aos estabelecimentos agropecuários, passou a prevalecer o emprego temporário da mão-de-obra volante (bóias-frias e assemelhados) residentes em favelas nos arredores das cidades do interior. Trata-se de um processo condicionado

por fatores tecnológicos e institucionais, e que dificilmente será revertido, mesmo que haja uma volta (pouco provável) às culturas e atividades anteriores.⁷

No Paraná o contingente de população que não encontrou condições para permanecer no campo migrou para outros estados - principalmente São Paulo, Mato Grosso e Rondônia - para o Paraguai ou Argentina e para outros centros urbanos.

Os movimentos migratórios em direção às cidades devem-se às mudanças que ocorreram na estrutura produtiva agrícola do Estado, em função da substituição de culturas, da mecanização e da concentração de terras que alteram profundamente as relações de produção e de trabalho. A substituição de culturas intensivas em mão-de-obra (café) por pastagens ou lavouras mecanizadas (soja-trigo), a incorporação das pequenas propriedades pelas grandes, e os fatores climáticos adversos (geadas, chuvas intensas) entre outros, foram também responsáveis diretos pelo deslocamento da população rural para as zonas urbanas.

O intenso êxodo rural-urbano, urbano-urbano no interior do Estado resultou em expressivo aumento da população urbana e uma grande redução da rural (tabela 13).

TABELA 13 - POPULAÇÃO RESIDENTE, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, E TAXA GEOMÉTRICA, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, NO PARANÁ - 1960 - 1970 - 1980

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE					TAXA GEOMÉTRICA	
	Urbana		Rural		TOTAL	Urbana	Rural
	Abs.	%	Abs.	%			
1960	1 305 927	30,6	2 962 312	69,4	4 268 239	6,34	3,99
1970	2 501 660	36,1	4 435 083	63,9	6 936 743	5,80	(3,38)
1980	4 471 949	58,6	3 157 456	41,4	7 629 405		

FONTE: IBGE, IPARDES

⁷SZMRECSÁNYI, Tamás. Análise crítica das políticas para o setor agropecuário. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. & COUTINHO, Renata, org. Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, 1983. v.2. p.107-38. p.237.

Estes dados mostram que a mudança na estrutura populacional durante a década de 70 foi muito violenta, pois em apenas 10 anos, a população rural cai de 63,9% para 41,4%, decrescendo à alta taxa de -3,4% , enquanto que a urbana aumentou 5,8%, taxa superior à do Brasil, cuja população urbana cresceu em 4,6%.

O crescimento da indústria, da construção civil (grande absorvedora de mão-de-obra egressa do campo e sem qualificação) e do setor terciário no Paraná entre 1970/80 não foi suficiente para absorver a enorme massa de trabalhadores expulsos do campo. Esse fato fica evidente pela saída de 1,2 milhão de pessoas para fora do Estado e pelo aumento de pessoas exercendo atividades no setor informal nos centros urbanos.

A existência a nível nacional de um moderno setor industrial, produtor de máquinas e equipamentos agrícolas, defensivos, adubos e rações, favorece a integração da agricultura à indústria. Por outro lado, a agroindústria, que antes mantinha relações de compra e venda com o setor comercial, passa a realizá-las em grande parte diretamente com o setor agropecuário, inclusive exigindo padronização e regularidade nos fornecimentos.

Nessa instância, os interesses industriais e agrários se confundem, dado seu alto grau de interdependência:

A transformação da agricultura numa atividade crescente integrada com outros setores não agrícolas (principalmente indústrias e serviços), deve ser encarada como resultado da ampliação contínua da divisão social do trabalho, que vai retirando da agricultura aquelas operações que podem ser realizadas fora do setor, por exemplo: produção de fertilizantes e defensivos, beneficiamento, comercialização

e armazenagem dos produtos, entre outros.⁸

Complementando:

A semelhança do que aconteceu na maioria dos países desenvolvidos, a implantação de uma indústria de insumos modernos substitutiva de importações geradas pela criação de um mercado especializado, depois de ter, no meio da economia tradicional, emergido e florescido um setor agrícola mais adiantado, não se verifica isoladamente de outras ocorrências. Quando esse setor mais adiantado passa a depender do consumo de máquinas, fertilizantes e defensivos químicos, sementes e rações aperfeiçoadas, já o faz sob a pressão de uma demanda fortemente estimulada pelo crescimento de uma atuante indústria de transformação de produtos agrícolas. Isso quer dizer que os setores industriais fornecedores dos insumos começam a implantar-se a montante da agricultura numa fase ulterior do desenvolvimento da economia, depois de um núcleo industrial de certa magnitude se haver instalado a jusante da agricultura e de este impor a sua maneira, as quantidades e os tipos de produtos mais conformes com as exigências da transformação industrial. Os dois conjuntos de indústrias, um a montante e outro a jusante da produção agrícola, é que compõem, com a agricultura o complexo agroindustrial.⁹

A Renda Interna da agricultura apresenta entre 1970-75 um crescimento de 185%, com uma participação relativa no total da Renda Interna do Estado em torno de 30%.

Observa-se que até 1977 a agricultura ganha nas relações de troca, pois os preços dos produtos agrícolas se elevavam

⁸Op. cit. nota 6.

⁹GUIMARÃES, A. P. A crise agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.134.

mais que os preços dos insumos básicos e do Índice Geral de Preços. Esses resultados são evidenciados ao se comparar o Índice de crescimento do Produto Real com o Índice de Renda Real da Agricultura no Estado; além disso, as taxas anuais de crescimento da Renda Real excedem o crescimento do Produto Real, cuja diferença é explicada pelos ganhos reais da agricultura via preços (tabela 14).

TABELA 14 - CRESCIMENTO ANUAL DE PREÇOS RECEBIDOS E PREÇOS PAGOS, DO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS E ÍNDICE DA RENDA REAL E DO PRODUTO REAL DA AGRICULTURA DO PARANÁ - 1970-81

PERÍODO	PREÇOS		ÍNDICE GERAL DE PREÇOS*	ÍNDICE	
	Recebidos	Pagos		Renda Real	Produto Real
1970-71	25	15	20	75	64
1971-72	26	20	17	11	2
1972-73	41	27	15	11	15
1973-74	44	84	29	29	25
1974-75	37	39	28	3	(3)
1975-76	58	23	42	(27)	(46)
1976-77	148	40	43	52	(48)
1977-78	3	33	39	(27)	19
1978-79	36	53	54	3	36
1979-80	83	128	100	8	42
1980-81	57	104	110	11	81

FONTE: FGV, Conjuntura Econômica, IPARDES

*Col. 2

A Renda Real da agricultura no período 1975-80 apresenta uma queda de 11%, em função da desaceleração do ritmo de expansão da soja e trigo (área e produtividade) e da erradicação do café provocada pelas geadas de 1975. Apesar de o milho, cana-de-açúcar e o algodão aumentarem sua produção, esses acres-

cimos não foram suficientes para compensar essa queda da soja, trigo e principalmente café.

O Produto Real da agricultura cai entre 1975 e 1977, o que não acontece com a Renda Real, pois os preços dos produtos agrícolas aumentaram a taxas superiores à inflação.

Apesar da recuperação da produção agrícola a partir de 1977, os preços não acompanharam o ritmo inflacionário, deteriorando-se, portanto, a renda, via preços.

No entanto, em condições normais a tendência dos preços do setor industrial é aumentar em relação aos do agrícola, devido às características básicas de cada setor, pois os setores industriais fornecedores de insumos para a agricultura são geralmente oligopólicos e os compradores de produtos agrícolas oligopsônicos. Isso possibilita que aqueles estabeleçam seus preços no mercado, ao contrário do setor agrícola que conforma um mercado nitidamente concorrencial, sendo incapaz de defender sua renda líquida, via preços. Esta situação poderia ser evitada pela intervenção do Estado, através de políticas adequadas de preços mínimos, de crédito, de financiamento à pesquisa de novas tecnologias etc., única forma de garantir a expansão e a organização da produção agrícola. Nessas circunstâncias, entende-se que a rentabilidade do setor agrícola é determinada e medida, até certo ponto, pela política agrícola adotada.

3.2 INDÚSTRIA

No início dos anos 60 a base da economia paranaense, em termos de geração de renda, era quase que totalmente dependente do setor agrícola. A indústria paranaense era muito pouco desenvolvida, estava basicamente ligada à produção primária e

de baixo grau de elaboração de matérias-primas, como é o caso do beneficiamento de produtos agrícolas ou mesmo da indústria da madeira.

É na última década que a indústria paranaense atinge uma marcante presença na estrutura da economia estadual, período em que esse ramo de atividade cresceu a taxas bastante superiores à da economia brasileira. Entre 1970 e 1980 a renda gerada pela indústria multiplicou-se quase 7 vezes, enquanto que a da agricultura e a do setor serviços aproximadamente 3 vezes (tabela 15).

TABELA 15 - ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA RENDA REAL DO PARANÁ, POR SETORES ECONÔMICOS - 1970 - 1980

ANO	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
1970	100	100	100	100
1980	253	667	321	362

FONTE: IPARDES

Esse rápido crescimento industrial altera sua participação na geração da renda estadual, e já a partir de 1978 esse setor passa definitivamente a responder por parcela superior à renda gerada na agricultura, alcançando em 1980 uma participação de 30,6% da renda total.

Esse enorme salto quantitativo dos anos 70 foi acompanhado por importantes modificações no setor industrial que diversificou a pauta de produtos industrializados, devido à instalação de novos grupos de indústrias e também pela sofisticação da linha de produção e maior grau de elaboração da matéria-prima dentro dos gêneros já existentes. Além disso, ocorreram grandes transformações qualitativas, das quais uma das signi-

ficativas foi a crescente integração da indústria paranaense à economia nacional e a conseqüente mudança nas formas de concorrência, tendendo a eliminar mercados regionais relativamente independentes. Nesse período, altera-se a forma de organização industrial; surgem empresas modernas com amplas escalas de produção e tecnologia avançada e, portanto, com maior produtividade, capazes de competir no mercado nacional e mesmo internacional. O setor de Construção Civil ganha maior representatividade, aumentando o volume de compras de segmentos industriais como a Metalurgia e Minerais Não-Metálicos, além de absorver importante parcela da mão-de-obra não-qualificada.

A maior integração da economia paranaense à brasileira pode ser percebida através do crescente grau de abertura da economia estadual que dirige para outros estados cerca de 40% das vendas da indústria, além de apresentar um elevado coeficiente de importações, principalmente dos setores onde a produção interna ainda é inexpressiva, como a de bens de capital e bens intermediários. Porém, apesar do desenvolvimento de um núcleo de indústrias metal-mecânicas com razoável potencial de geração de efeitos dinamizadores, através da demanda interindustrial, e da existência de um setor de Bens de Consumo Não-duráveis relativamente desenvolvido, o grau de integração do aparelho produtivo do Estado ainda é bastante reduzido.

Com relação aos aspectos concorrenciais, é na década de 70 que vai se conformando, no Paraná, uma estrutura industrial oligopólica, em que um pequeno número de empresas é responsável por grande parte da produção de cada gênero ou grupo industrial. Embora o número de pequenas e médias empresas aumente, em termos absolutos, sua participação relativa, em cada gênero, de-

cresce. Mesmo nos grupos tradicionais da agroindústria, como no Beneficiamento de Café, Cereais e afins, Abate de Animais, e Desdobramento de Madeira, nos quais o número de pequenas e médias empresas é grande, um reduzido número de grandes empresas responde por elevada parcela da produção, em cada grupo. Há ainda grupos onde inexitem pequenas e médias empresas, como é o caso da Fabricação de Café Solúvel e de Cimento.

Quanto aos novos grupos implantados, da Metal-Mecânica, a situação é semelhante: a concentração da produção é elevada, principalmente nos gêneros de Material Elétrico e de Comunicações e Mecânica.

Essas alterações que se verificaram na forma de organização da produção estão relacionadas à entrada, no Paraná, de capitais estrangeiros ou com origem em outros estados do Brasil, principalmente os oriundos de São Paulo.

O grau de concentração da produção já é menos elevado nos gêneros em que a presença de capitais paranaenses tem maior tradição na produção, como alimentos e madeira, ocorrendo, portanto, importante participação das pequenas e médias empresas de origem local nesses gêneros.

Embora se observem elevadas taxas de crescimento do setor industrial, é necessário considerar que a base da indústria paranaense no início da década é relativamente pequena. Além disso, a estrutura interna da economia se fundamenta na agroindústria, pois a maior parte da indústria está acoplada à agropecuária, seja através do processamento de seus produtos, seja via fornecimento de máquinas, equipamentos e insumos, isto é, o setor agropecuário é simultaneamente fornecedor de matérias-primas e um mercado consumidor para a indústria.

Em síntese, apesar da perda relativa do setor agrícola, em termos de geração de renda, este ainda é extremamente importante para a economia estadual, dado que a dinâmica da expansão da agroindústria e da agricultura estão estreitamente associadas. Assim, as condições da oferta de produtos agropecuários contribuem e refletem significativamente na determinação do caminho de expansão dos vários segmentos da agroindústria.

3.2.1 Alterações Estruturais no Setor Industrial Paranaense

O rápido crescimento da indústria paranaense na década de 70 se deu com **algumas** alterações na estrutura produtiva desse setor, e embora permaneça a especialização no processamento de produtos agrícolas, houve uma tendência à diversificação dos gêneros industriais.

Apesar de os gêneros tradicionais, como Madeira, Óleos e Produtos Alimentares, continuarem crescendo, estes, considerados em conjunto, perdem participação na geração da renda. Em 1970 eram responsáveis por 50,6% da renda industrial, enquanto que em 1980 apresentam uma participação bem menos significativa, apenas 32,3% do total do setor.

Por outro lado, ganham importância os gêneros Material Elétrico e de Comunicações, Mecânica, Fumo e Química, que em 1970 respondiam por apenas 7,3% da renda da indústria, alcançando em 1980 a expressiva participação de 40,2%. Porém, aproximadamente 85% desse acréscimo se deve unicamente ao crescimento do gênero Química, devido à presença da PETROBRÁS, cuja geração de renda é elevada já a partir de 1977, sendo que em 1980, sozinha, responde por 27,6% da renda da indústria do Estado (tabela 16).

TABELA 16 - PARTICIPAÇÃO DE ALGUNS GÊNEROS NA INDÚSTRIA DO PARANÁ - 1970 - 1980
(Em %)

GÊNEROS	1970	1980
Material Elétrico e de Comunicações	0,54	2,60
Mecânica	3,28	3,74
Fumo	0,17	2,10
Química ¹	3,26	31,75
TOTAL	7,25	40,19
PETROBRÁS	0,00	27,60

FONTES: IPARDES

¹Petroquímica e química propriamente dita, exclusiva óleos vegetais em bruto

Para melhor visualizar as modificações da estrutura produtiva do setor industrial, é necessário excluir do gênero Química a renda gerada pela PETROBRÁS que, por ser muito elevada, distorce a importância relativa dos demais gêneros, não permitindo uma avaliação mais acurada do grau de diversificação do aparelho produtivo.

É evidente a queda na participação de alguns setores tradicionais como Madeira, Óleos e Têxtil, enquanto outros gêneros, como Minerais Não-Metálicos e Papel e Papelão, elevam sua importância (tabela 17).

TABELA 17 - PARTICIPAÇÃO DE ALGUNS GÊNEROS INDUSTRIAIS NA RENDA INTERNA DA INDÚSTRIA DO PARANÁ, EXCLUÍDA A PETROBRÁS - 1970 - 1975 - 1980
(Em %)

GÊNEROS	1970	1975	1980
Minerais Não-Metálicos	8,51	8,34	9,57
Papel e Papelão	5,20	6,91	7,72
Metalurgia	3,24	2,90	3,11
Material de Transporte	1,76	1,39	1,74
Mecânica	3,28	5,06	5,10
Material Elétrico e de Comunicações	0,54	1,02	3,54
Química ¹	3,26	5,41	6,86
Produtos Alimentares	23,67	29,95	24,81
Fumo	0,17	0,41	2,86
Madeira	22,50	19,36	17,02
Óleos ²	4,47	4,71	2,29
Têxtil	8,46	4,78	5,45
TOTAL	85,06	90,24	90,07

FONTES: IPARDES

¹Química exceto Petroquímica

²Óleos Vegetais em bruto

Já o gênero de Produtos Alimentares aumenta sua participação no período 1970-1975, e diminui posteriormente em 1980, voltando praticamente ao mesmo nível de 1970.

Entre 1970 e 1980 o gênero que apresentou maior crescimento foi o de Fumo, dada sua base produtiva inexpressiva no início da década. Esse crescimento se deve ao surgimento de uma nova empresa, responsável pela quase totalidade da produção desse gênero.

Por outro lado, considerando os gêneros que compõem a Metal-Mecânica, ou seja, Metalurgia, Material de Transporte, Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações, percebe-se que esse complexo adquire maior peso na estrutura industrial do Estado, elevando sua participação de 8,8% em 1970 para 13,5% em 1980. Ressalte-se que os dois primeiros apenas mantiveram sua participação e que no gênero Material de Transporte surge importante indústria, a VOLVO do Brasil S/A.

Em síntese, em termos de participação na geração da renda do Estado, a grande alteração ocorre no gênero Química, que de 3,26% em 1970 salta para 31,7% em 1980, devido à instalação da PETROBRÁS. Além disso, os gêneros tradicionais, Produtos Alimentares, Madeira e Minerais Não-Metálicos, continuam sendo muito importantes para o setor industrial, com exceção do gênero Têxtil que diminui sensivelmente sua importância.

Apesar dessas transformações, a base industrial do Estado continua sendo a agroindústria, mesmo se considerada no sentido mais restrito, ou seja, como o conjunto de plantas processadoras de produtos agropecuários.

3.2.2 Alterações na Estrutura Interna dos Principais Gêneros Industriais Tradicionais

Como já se colocou anteriormente, o processo de diversificação da indústria não foi tão intenso a ponto de causar substanciais mudanças no quadro dos gêneros mais importantes, ou seja, naqueles cuja participação na renda do setor industrial supera os 4%. Entretanto, não se pode concluir que não tenham ocorrido transformações no aparelho produtivo, uma vez que se verificaram mudanças na composição interna dos próprios gêneros, o que implicou avanço no grau de elaboração das matérias-primas, mesmo nos gêneros tradicionais.

Isto pode ser constatado no gênero Papel e Papelão onde cresce a participação de Papelão e Cartolina e Embalagens e se reduz a do Papel. Também diminui a importância relativa da Pasta Mecânica e avança a da Celulose, cujo processo de fabricação é mais elaborado (tabela 18).

TABELA 18 - PARTICIPAÇÃO DOS DIFERENTES GRUPOS NO GÊNERO PAPEL E PAPELÃO, NO PARANÁ - 1975 - 1979 (Em %)

GRUPO	1975	1979
Papel	78,8	73,1
Pasta Mecânica	3,7	2,4
Fabricação de Celulose	0,9	4,0
Fabricação de Papelão, Cartolina e Cartão	6,4	11,0
Fabricação de Embalagens e Papel para Embalagens	1,0	3,1

FONTE: IPARDES. Estudos para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná. Curitiba, 1981. v.4

Nota-se que enquanto Aglomerados e Chapas passam de 21,6% em 1975 para 24,7% em 1979, os grupos Serrarias e Resserrados

caem de 69,0% para 63,2% nesse mesmo período. Também nesse gênero aumenta a importância dos grupos em que as etapas industriais são mais desenvolvidas, ou seja, daqueles em que há maior elaboração da matéria-prima (tabela 19).

TABELA 19 - PARTICIPAÇÃO DOS DIFERENTES GRUPOS NO GÊNERO MADEIRA, NO PARANÁ - 1975 - 1979 (Em %)

GRUPO	1975	1979
Serrarias	50,7	43,3
Resserrados	18,3	15,9
Aglomerados	8,0	9,1
Chapas	13,6	15,6

FONTE: IPARDES. Estudos para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná. Curitiba, 1981. v.4

Da mesma forma no gênero Minerais Não-Metálicos ocorre perda de importância relativa dos grupos cujas atividades são mais rudimentares, cedendo espaço para Artigos de Cimento e Fibrocimento, grupo onde os produtos apresentam maior elaboração (tabela 20).

TABELA 20 - PARTICIPAÇÃO DOS DIFERENTES GRUPOS NO GÊNERO MINEIRAIS NÃO-METÁLICOS, NO PARANÁ - 1975 - 1979 (Em %)

GRUPO	1975	1979
Cal Virgem	9,3	5,6
Telhas, Lajotas, Tijolos, etc.	33,8	30,3
Cimento	35,8	34,1
Artigos de Cimento e Fibrocimento	12,0	21,5

FONTE: FUNDAÇÃO IPARDES. Estudos para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná. Curitiba, 1981. v.4

No gênero Produtos Alimentares a participação do Beneficiamento de Café, Cereais e afins apresenta uma queda expres-

siva, enquanto que os grupos cuja elaboração das matérias-primas é mais sofisticada, crescem sensivelmente em importância, como é o caso do Café Solúvel, Frigoríficos e Óleos Refinados (tabela 21).

TABELA 21 - PARTICIPAÇÃO DOS DIFERENTES GRUPOS NO GÊNERO PRODUTOS ALIMENTARES, NO PARANÁ - 1975 - 1979 (Em %)

GRUPO	1975	1979
Beneficiamento de Café, Cereais e Afins	28,2	12,4
Moagem de Trigo	2,1	2,0
Café Solúvel	8,1	14,0
Frigoríficos	9,5	15,1
Açúcar	14,6	8,7
Óleos Refinados	12,1	19,6

FONTE: FUNDAÇÃO IPARDES. Estudos para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná. Curitiba, 1981. v.4

Pelos dados apresentados, pode-se inferir que as alterações na participação dos diferentes grupos no interior dos gêneros industriais demonstram a ocorrência de desenvolvimento em determinados tipos de produção, perdendo importância atividades mais rudimentares e ganhando maior expressão a produção de bens com maior elaboração das matérias-primas.

3.3 SERVIÇOS

Uma análise do comportamento de uma economia através dos dados da Renda Interna deve ser feita com muito cuidado não só pelo seu método de construção, mas também pelos recursos utilizados para se estimar as rendas geradas pelos diversos setores. Para o setor serviços especialmente, a análise exige uma prudência maior, pois os dados existentes sobre o mesmo são

ainda mais precários. Considerando as limitações impostas, procurar-se-á explicar o comportamento do setor serviços do Paraná da forma mais fundamentada possível.

Cabe inicialmente ressaltar as dificuldades específicas dos subsetores de "Aluguéis" e "Outros Serviços", que pela forma como são estimados impossibilitam sua análise. Ou seja, a inferência que se faz com os dados estimados através de diferentes recursos poder ser mais ou menos próxima da realidade, e no caso específico desses subsetores, a análise perde o sentido.*

No entanto, todas essas dificuldades não diminuem a importância da estimativa desses agregados, mas devem ser ressaltadas e entendidas para que os mesmos possam ser utilizados com as devidas ressalvas e de maneira adequada.

Embora a classificação das atividades do setor não seja essencial para sua análise, resgata-se, de uma forma geral, a compreensão destes conceitos que estarão implícitos na análise dos subsetores de Serviços. Esses subsetores serão considerados modernos ou tradicionais, formais ou informais no decorrer da análise do setor serviços, tendo como referência o que será colocado a seguir.

Os tipos de atividades que fazem parte do setor serviços podem ser classificados em tradicionais e modernos.¹⁰ As tradicionais incluem as atividades do comércio de gêneros alimentícios, comércio ambulante, feiras e mercantes, serviços domés-

*Ver Anexo Metodológico.

¹⁰ ALMEIDA, Anna Luiza Osório de. Distribuição de renda e emprego em serviços. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976, 421p. (Relatório de pesquisa, 26).

ticos remunerados, confecção, conservação e reparos de vestuário. As atividades modernas são: profissionais liberais, comércio de imóveis, intermediários financeiros e atividades sociais. Esta classificação se adequava às atividades exercidas na década de 60, mas já na década seguinte a grande concentração do capital comercial transformou a estrutura dessa atividade com o surgimento dos grandes supermercados e shoppings, que já não pode mais ser considerada como atividade tradicional.*

As atividades desse setor também podem ser classificadas como formal ou informal. As primeiras são altamente produtivas e tecnificadas, pois são de apoio ao setor produtivo e se transformaram em função das pressões da modernização deste. Incluem-se no setor formal as atividades do Comércio Atacadista, Comércio Varejista, Transporte e Comunicações, Intermediários Financeiros e Governo.

As atividades do setor informal são de baixa produtividade e empregam a população de baixa qualificação e aquela que não encontra trabalho no setor formal ou produtivo. São atividades que podem estar ligadas às atividades industriais, como zeladores, vigia, manutenção, limpeza, reparação, etc. é para as quais se paga um salário menor que no setor formal, sem os encargos trabalhistas, pois não se compra o trabalho mas sim a tarefa. Isso acontece em todos os setores que não exigem alta qualificação.¹¹

Neste trabalho fazem parte do setor serviços as ativi-

*Sobre esta discussão ver IPARDES - Fundação Edison Vieira. Estudos para uma política de emprego para o Paraná. Curitiba, 1983. 139f.

¹¹Op. cit. Nota 1.

dades de Comércio, Intermediários Financeiros, Transportes e Comunicações, Governo, Aluguéis e Outros Serviços, conforme metodologia da FGV. O ramo Comércio engloba o comércio atacadista e varejista de mercadorias. Os Intermediários Financeiros compreendem o sistema bancário e as companhias de seguro e capitalização. O ramo Transporte e Comunicações abrange o transporte aéreo, carros urbanos, os transportes ferroviário, rodoviário, marítimo e estiva, correios e telégrafos, bem como os serviços telefônicos e de telecomunicações. A renda gerada pelo Governo compreende os salários e ordenados, bem como as remunerações em espécie dos funcionários civis e militares em todos os níveis da administração pública. Deve-se ressaltar que o pessoal empregado nas empresas públicas, bem como nos serviços industriais de utilidade pública, não são computados nesse ramo. A parcela correspondente aos Aluguéis engloba os rendimentos líquidos provenientes de unidades domiciliares e não-domiciliares, bem como a renda líquida pessoal atribuída aos proprietários que residem em casa própria. O ramo Outros Serviços abrange os serviços auxiliares do comércio, alojamento e habitação, serviços pessoais e de higiene, conservação e reparação, diversões e radiofusão.¹²

No Brasil, assim como em outros países semelhantes, tem aumentado a importância relativa do setor serviços na absorção da força de trabalho, tanto em virtude do deslocamento da mão-de-obra rural para o quadro urbano como em função do próprio crescimento dos serviços de apoio aos setores produtivos. Mas

¹²FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Instituto Brasileiro de Economia. Centro de Contas Nacionais. Contas nacionais do Brasil; conceitos e metodologia. Rio de Janeiro, 1972. 83p.

esse é um processo que se dá de diferentes formas e por diversas razões. Os aspectos que influenciam a participação cada vez maior do setor terciário em termos de emprego podem ser o grau de industrialização, a estrutura fundiária, a urbanização, a modernização da agricultura e a qualificação da mão-de-obra.

A industrialização aumenta a demanda por serviços qualificados, nas atividades de transporte, armazenagem, distribuição, comércio, sistema financeiro e, em menor grau, serviços sociais e públicos. A urbanização está estreitamente ligada à industrialização e estimula o aumento da força de trabalho empregada no terciário, de menor qualificação na sua maioria. A estrutura fundiária e a modernização da agricultura promovem a expulsão da mão-de-obra rural, que se desloca para outras regiões ou para os centros urbanos mais próximos, aumentando o contingente da população urbana marginalizada.

No Paraná a importância do setor serviços no que se refere ao emprego de mão-de-obra cresceu significativamente na última década. A participação da população economicamente ativa (PEA) do setor serviços aumentou de 27% em 1970 para 41% em 1980 (tabela 22).

TABELA 22 - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NO PARANÁ - 1970 - 1980 (Em %)

SETOR	1970	1980
Primário	63,20	41,29
Secundário	10,21	18,05
Terciário	26,59	40,66
TOTAL	100,00	100,00

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - 1970, Tabulações avançadas do Censo Demográfico - 1980

Esse processo no Paraná foi resultado principalmente das transformações da estrutura produtiva da agricultura na década de 70, que liberou grande parte da mão-de-obra rural para outros Estados e para os centros urbanos.¹³

O setor serviços caracteriza-se também por ser absorvedor da mão-de-obra residual da economia, especialmente os sub-setores de prestação de serviços e comércio de mercadorias, onde a qualificação pode ser menor. Em épocas de crise, com o aumento do desemprego, esse fenômeno se verifica mais intensamente, pois são nesses períodos de desaceleração econômica que esta "mão-de-obra residual" aumenta significativamente pela liberação ocorrida tanto da agricultura como da indústria que se mostra então incapaz de absorver o contingente rural. Assim, a forma de absorção de mão-de-obra do setor serviços será resultado do tipo de transformação que ocorre nos demais setores econômicos. Ou seja, pode crescer demasiadamente tanto porque a atividade econômica se dinamiza quanto porque se desacelera.

O comportamento do setor serviços, em termos de geração de renda, também está estreitamente vinculado ao comportamento dos demais setores da economia, pois o processo de acumulação requer a sua intermediação.

Assim, a modernização, crescimento e concentração dos setores agrícola e industrial pressionam o setor serviços a modernizar-se e ampliar-se para responder mais adequadamente às necessidades das novas formas de organização produtiva (ou empresarial). A concentração espacial da produção e da população também gera pressões sobre os centros urbanos em termos de

¹³Op. cit., nota 2.

infra-estrutura, saúde, educação, transporte urbano, etc.

A modernização da agricultura no Paraná exigiu do setor serviços uma nova estrutura de comercialização de seus produtos, assim como dos insumos necessários. A transformação dessa estrutura de comercialização se deu em boa parte via cooperativas, permeando as transações entre os setores industrial e agrícola. A infra-estrutura em termos de transporte e armazenamento (de produtos agrícolas) também sofreu transformações, adequando-se à mudança da pauta da produção agrícola paranaense. De grande importância para a agricultura, assegurando as transformações, foi o papel dos Intermediários Financeiros.*

O crescimento da produção industrial afeta praticamente todos os subsetores de serviços. Veja-se, o Comércio, tanto atacadista como varejista, que se moderniza e se concentra. Os transportes e as comunicações tornaram-se cada vez mais eficientes e sofisticados para atender à demanda crescente. Os Intermediários Financeiros, através dos bancos de desenvolvimento, estimulam a industrialização do Estado, e os bancos comerciais asseguraram o capital de giro. O Governo, Aluguéis e Outros Serviços, também são requisitados a atender às demandas decorrentes da urbanização crescente.

A participação do setor serviços no total da Renda Interna paranaense na última década sempre ultrapassa os 50%, com pequenas variações (tabela 24). Essa característica é também da Renda Interna brasileira onde o setor serviços participa com cerca de 50% da renda gerada. No entanto, a evolução da Renda

*Em torno de 50% dos financiamentos realizados no Paraná destinaram-se para a agricultura, na década de 70.

Interna do Paraná é mais rápida que a do Brasil na primeira metade da década em todos os setores, tendo uma retração na segunda metade (exceto da indústria), conforme se pôde observar na tabela 1.

Os dados da Renda do setor serviços, que de modo geral acompanham o comportamento do total da Renda Interna paranaense, encobrem variações significativas dos dados dos subsetores que o compõem.

Se relacionados os dois subsetores que mais cresceram no período analisado (Comércio e Intermediários Financeiros), verifica-se um comportamento exatamente oposto em termos de tendência. Ou seja, enquanto o subsetor Comércio, entre 1970 e 1973, tem um crescimento anual cada vez maior, o subsetor Intermediários Financeiros apresenta um crescimento positivo, porém com acréscimos menores a cada ano. De 1973 a 1975, o comportamento se inverte e assim sucessivamente a cada ano até o final do período (tabela 23).

TABELA 23 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA RENDA INTERNA DOS SUBSETORES DE SERVIÇOS DO PARANÁ - 1970-81 (Em %)

PERÍODO	COMÉRCIO	INTER. FINAN- CEIROS	TRANSP. E COMU- CAÇÕES	GOVERNO	ALUGUÉIS	OUTROS SERVIÇOS	TOTAL SERVIÇOS
1970-71	19,3	50,9	8,9	14,6	12,8	9,2	18,3
1971-72	31,8	27,9	13,4	11,1	(6,4)	10,6	18,2
1972-73	45,4	13,2	24,1	8,3	12,6	13,7	25,7
1973-74	14,4	21,7	20,1	6,0	12,6	9,1	14,0
1974-75	11,6	26,6	15,3	6,1	18,8	8,1	13,7
1975-76	31,1	12,0	23,6	8,9	(3,1)	12,7	19,6
1976-77	(8,1)	9,5	6,5	5,3	26,0	4,0	1,2
1977-78	(14,4)	5,2	5,2	8,5	16,6	3,1	(2,0)
1978-79	8,5	18,5	5,9	6,8	(2,2)	8,1	8,5
1979-80	29,0	(1,7)	0,1	(9,2)	(12,2)	(11,7)	9,8
1980-81	(16,2)	42,8	(0,9)	11,7	29,3	1,3	3,7

FONTE: IPARDES.

Esse comportamento pode indicar uma relação entre os subsetores de Comércio e de Intermediários Financeiros. Uma característica comum aos referidos subsetores é o caráter especulativo de suas atividades. Pela alta mobilidade do capital comercial, é possível que o mesmo se desloque para onde obtenha maiores lucros. Essa hipótese é provável na medida em que o setor financeiro tem sido atrativo, captando não só os lucros das indústrias que deixa de reinvestir, mas também parcela do capital comercial via redução do nível dos estoques de mercadorias. Por outro lado, o movimento inverso, ou seja, a reconversão desse capital financeiro em capital comercial se daria nos períodos em que é mais interessante especular com mercadorias que sofrem constantes altas de preços com a aceleração do processo inflacionário.

O peso relativo de cada subsetor altera-se nessa década. Note-se: o Comércio apresenta pequenas variações, mas mantém sua participação em torno de 20% da Renda Interna; o subsetor Intermediários Financeiros é o único que ganha peso; Transportes e Comunicações se mantêm e Governo, Aluguéis e Outros Serviços diminuem sua participação na Renda Interna nesse período (tabela 24).

Se o setor Serviços mantém sua participação estável na Renda Interna (em torno de 50%) durante essa década, conforme mencionado anteriormente, e se o único subsetor que cresceu foi o de Intermediários Financeiros, pode-se supor que esta maior participação foi em detrimento dos subsetores que perderam participação relativa, que são: Governo, Aluguéis e Outros Serviços.

O subsetor Intermediários Financeiros realmente foi o que apresentou maior índice de crescimento nessa década, podendo

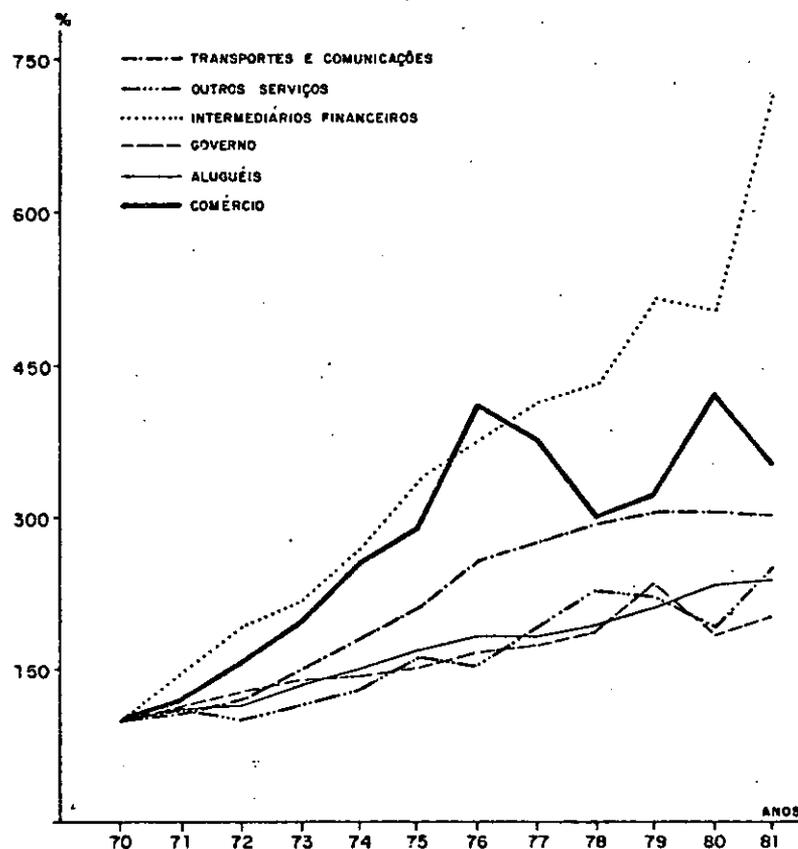
ser comparado somente com o setor industrial (gráfico 2)

TABELA 24 - PARTICIPAÇÃO DOS SUBSETORES DE SERVIÇOS NA RENDA INTERNA DO PARANÁ - 1970-81 (Em %)

ANO	COMÉRCIO	INTERM. FINANCEIROS	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	GOVERNO	ALUGUÉIS	OUTROS SERVIÇOS	TOTAL
1970	19,59	6,22	5,72	8,50	8,15	10,03	58,21
1971	17,60	7,08	4,70	7,34	6,93	8,26	51,91
1972	19,36	7,55	4,45	6,80	5,41	7,62	51,19
1973	23,01	6,99	4,51	6,02	4,98	7,08	52,59
1974	22,18	7,17	4,57	5,38	4,73	6,52	50,55
1975	22,54	8,28	4,80	5,21	5,13	6,43	52,39
1976	27,61	8,66	5,54	5,29	4,64	6,76	58,50
1977	22,26	8,32	5,18	4,89	5,13	6,17	51,95
1978	19,93	9,17	5,71	5,56	6,27	6,67	53,31
1979	20,52	10,30	5,73	5,63	5,81	6,83	54,82
1980	22,77	8,71	4,93	4,39	4,39	6,56	51,75
1981	18,72	12,20	4,79	4,81	5,56	6,52	52,60

FONTE: IPARDES

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DA RENDA DOS SUBSETORES DE SERVIÇOS NO PARANÁ - 1970 - 81.



FONTE: IPARDES

A atividade comercial está cada vez mais articulada com a esfera produtiva, embora atue na esfera da circulação das mercadorias que corresponde à trajetória entre a produção até o consumo.

Detendo-se um pouco mais sobre os dados do subsetor Comércio, verificam-se elevadas taxas de crescimento até 1976, e a partir desse ano taxas negativas ou menores que do primeiro período. Esse crescimento corresponde à rápida expansão da economia brasileira e paranaense com o desenvolvimento urbano-industrial. O período de retração da Renda Interna paranaense do Comércio corresponde ao período de crise da economia nacional e de maior queda dos salários reais e no nível de emprego, que tem seus efeitos retardados na economia paranaense. Influenciou também essa retração, a geada de 1975 que comprometeu a safra agrícola e estimulou a alta dos seus preços no ano seguinte, quando foram comercializados os estoques existentes.

A dimensão da estrutura comercial se relaciona diretamente com o grau de desenvolvimento alcançado pela área produtiva, pois, como se viu, esse setor permeia as transações entre os setores industrial e agrícola.

Assim, a modernização da agricultura paranaense, que transformou sua estrutura produtiva,¹⁴ transformou também a estrutura de comercialização de seus produtos e insumos. Cabe esclarecer que esta modernização mudou a posição dos produtos: o café deixa de ser o principal produto, dando lugar à soja. A diferenciação existente entre esses produtos praticamente exigiu

¹⁴ IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Paraná: economia e sociedade. Curitiba, 1982. 72p.

uma nova estrutura de comercialização. No início as próprias empresas multinacionais assumiram esse papel, mas a transformação dessa estrutura de comercialização se deu via cooperativas que promoveram também a verticalização nessa ligação da agricultura e indústria. A verticalização ocorre somente nas grandes cooperativas que em geral trabalham com os produtos como leite, soja e/ou trigo. As pequenas cooperativas são normalmente de feijão e milho pelos quais se obtêm menores lucros.¹⁵ As razões que determinam a atuação das cooperativas com este ou aquele produto, são, em primeiro lugar, a área em que está localizada. Ou seja, via de regra, as grandes cooperativas estão localizadas nas áreas mais dinâmicas do Estado e que são grandes produtoras de soja, trigo e leite. A política de crédito do Governo é um fator importante e regula o grau de dinamismo das atividades da soja e trigo. Às pequenas cooperativas é praticamente vedada a comercialização dos produtos agrícolas mais dinâmicos, seja pela sua localização, pela concorrência com as grandes, seja pela cadeia de comercialização, diferente para cada produto. Além disso, sua estrutura não responde às necessidades das grandes empresas que requerem serviços modernos e adequados à sua organização. No entanto, esta afirmação não é absoluta, podendo existir exceções.

A soja como importante produto agrícola de exportação determinou também transformação no terminal do Porto de Paranaguá até então adequado à exportação do café - mais definida

¹⁵IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Perspectiva e potencial de participação do setor cooperativo nos planos e programas de adequação do desenvolvimento rural paranaense. Curitiba, 1983.

e concentrada, envolvendo mais ou menos dez empresas. A diferenciação existente entre a soja e o café exigiu uma estrutura paralela para a exportação da soja com terminais de exportação de grãos, farelo, torta e óleo. Somado a isso, o volume de exportação, que cresceu bastante até 1974, alterou também o nível de atividades do porto.

O comércio varejista segue a tendência "normal" da concentração cada vez maior, mudando as características do comércio na cidade, com os supermercados e grandes lojas eliminando os pequenos comerciantes. Além da concorrência com os grandes capitais comerciais, o pequeno enfrenta a crise e a inflação em evidente situação de desvantagem, pois não tem estrutura para remarcar os preços e assegurar a reposição dos seus estoques.

O desempenho do subsetor de Intermediários Financeiros é excepcional, como foi visto anteriormente; é o que mais cresceu em termos reais.

Esse subsetor apresenta uma contração somente em 1980 que pode estar relacionada à política econômica adotada em meados de 1979 pelo então Ministro Delfim Neto, que tabelou os juros entre outras medidas,* e à redução do crédito agrícola. No entanto, o tabelamento durou pouco, e o subsetor voltou a crescer com bastante intensidade.

No Paraná, o crédito agrícola absorveu grande volume do total de empréstimos na década de 70. Esta peculiaridade, dada a importância do setor agrícola na economia do Estado, mostra como sua dinâmica é determinada em parte pela política econômica de crédito agrícola.

*Outras medidas foram: degradação da correção monetária, escalada na imposição fiscal e má desvalorização.

A política estadual de financiamento estimulou a rápida expansão da indústria no início da década, que absorveu quantidades consideráveis de recursos financeiros.

Este crescimento dos Intermediários Financeiros está ocorrendo claramente em detrimento das atividades produtivas que têm seus investimentos paralisados e não conseguem mais repassar os custos financeiros ao preço final do produto. Mesmo os setores mais oligopolizados, que têm repassado o aumento dos seus custos de produção ao consumidor, estão chegando ao ponto de saturação em que não é mais possível aumentar os preços sob pena de paralisar suas atividades produtivas.* Desse modo, os Intermediários Financeiros cuja função é agilizar e capitalizar o setor produtivo, vêm hoje desempenhar a função inversa, ou seja, de retrair a atividade produtiva. Essa retração, portanto, pode se dar de suas maneiras: primeiro pela elevação cada vez maior dos custos financeiros da empresa e, segundo, pela atração que o setor financeiro exerce sobre o capital produtivo.

O subsetor de Transportes e Comunicações apresenta altas taxas de crescimento até 1976 e a partir daí taxas cada vez menores até tornar-se negativa nos anos de 1980-81. Esse comportamento é explicado pela própria desaceleração da economia, já analisada anteriormente. Especialmente os transportes são afetados também pela elevação dos preços do petróleo que provocam a queda da rentabilidade do setor e uma maior concentração de capital. Essa concentração se dá pela eliminação dos autônomos

*Por exemplo, o setor automobilístico que tem conseguido manter os preços elevados, mesmo com a pressão dos estoques crescentes, e ao mesmo tempo reduzir o nível de atividades e demitir massivamente.

e das pequenas empresas responsáveis pelo escoamento da produção agrícola.

Se observado o índice de crescimento da tabela 25, nota-se que comunicações apresenta um dinamismo bastante significativo em relação ao total do subsetor, dobrando sua participação, de 6% em 1970 para 12% em 1981.

TABELA 25 - ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA RENDA REAL E PARTICIPAÇÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES NO TOTAL DO SUBSETOR, NO PARANÁ - 1970-81 (Em %)

ANO	TRANSPORTES		COMUNICAÇÕES		TOTAL DO SUBSETOR	
	Índice de Crescimento	Participação	Índice de Crescimento	Participação	Índice de Crescimento	Participação
1970	100	93,31	100	6,69	100	100
1971	107	91,98	139	8,02	108	100
1972	119	90,57	185	9,43	123	100
1973	149	90,97	220	9,03	153	100
1974	178	90,73	271	9,27	183	100
1975	205	90,62	316	9,38	211	100
1976	252	90,01	416	9,99	261	100
1977	270	90,34	428	9,66	278	100
1978	273	86,98	607	13,02	293	100
1979	289	86,94	993	13,06	310	100
1980	297	89,14	537	10,86	310	100
1981	291	88,16	580	11,84	308	100

FONTE: IPARDES

O seu crescimento está relacionado às necessidades criadas pela urbanização e o grande avanço tecnológico do setor que vem se modernizando e mesmo sofisticando-se nos últimos anos.

O subsetor Governo apresenta uma das maiores quedas de participação na Renda Interna paranaense: de 8,50% em 1970 para 4,81%, em 1981. Essa tendência decrescente na taxa de expan-

são do setor público estadual desde o início da década é decorrente, primeiro, da própria política estadual adotada pelos últimos governos e, segundo, pela centralização de recursos e de instrumentos de política econômica a nível federal. Veja-se, o Governo Estadual adotou sistematicamente uma atitude pouco agressiva em relação à sua política de gastos, acumulando superávits anuais, diferenciando-se assim dos demais estados brasileiros que recorreram às operações de crédito.* Além disso, aumenta enormemente o grau de centralização de recursos a nível federal desde a reforma tributária de 1966, como também a de decisões de política econômica e, conseqüentemente, da capacidade de tributar.

Essas duas razões explicam as políticas pouco agressivas do Governo Estadual, especialmente as políticas sociais, que resultaram numa participação menos importante do setor público na economia estadual na década de 70, em comparação com outros estados.

*Sobre este assunto ver PARANÁ, Secretaria de Estado das Finanças. Autonomia política e dependência financeira: uma análise das relações intergovernamentais. Curitiba, 1982. 107p.

4 CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DA RENDA INTERNA DO PARANÁ

O crescimento econômico de um estado ocorre geralmente com desigualdades regionais devido a diversos fatores que permitem que certas áreas se destaquem em relação às demais, apresentando maior dinamismo nesta e/ou naquela atividade econômica. Essas diferenças de comportamento podem ser captadas através dos dados de renda, que desagregados de forma conveniente se tornam indicadores adequados para detectar quais as áreas que têm apresentado um melhor desempenho e qual a importância de cada setor produtivo dentro desta e da própria economia do Estado. É pela composição setorial das microrregiões que se percebe a existência de alguma especialização na produção ou mesmo circulação de mercadorias e, pela atividade principal, as vantagens locacionais relativas. Aquelas microrregiões que apresentam maiores facilidades de acesso aos fatores de produção, bem como ao mercado (de vendas), em relação às outras dedicadas a uma mesma atividade, deverão apresentar crescimentos maiores, ao menos setorialmente, salientando ainda mais sua posição dentro do espaço econômico estadual. Ou seja, há uma maior concentração de renda internamente ao setor, que pode implicar, ou não, maior concentração da renda total, dependendo da importância relativa do setor desta microrregião em termos de geração da renda estadual.

No Paraná, as microrregiões Curitiba, Extremo-Oeste Paranaense e Norte Novo de Londrina, que em 1970 participavam com

aproximadamente 40% da renda do Estado, em 1980 aumentam essa participação para 53%. Esses dados demonstram a ocorrência de concentração espacial da renda nessas principais microrregiões (tabela 26).

TABELA 26 - PARTICIPAÇÃO DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NA RENDA INTERNA* DO PARANÁ - 1970 - 1980

MRH	1970	1980
Curitiba	17,92	31,07
Extremo-Oeste Paranaense	10,49	11,22
Norte Novo de Londrina	11,27	10,52
Subtotal	39,68	52,81
Campos de Ponta Grossa	5,14	6,20
Norte Novo de Maringá	5,20	4,85
Campo Mourão	5,36	4,21
Norte Novo de Umuarama	5,68	4,13
Demais Microrregiões	38,94	27,80
TOTAL	100,00	100,00

FONTE: IPARDES

*Na Renda Interna das Microrregiões estão incluídos apenas a agricultura, a indústria e o comércio

Isso pode ser claramente verificado através do aumento das atividades industriais e comerciais na microrregião Curitiba. Já no início da década de 70, as atividades industriais respondiam por 34,6% e as comerciais por 23,2%; em 1980 essas participações passam a 53,2% e 26,8%, respectivamente (tabelas 27, 28 e 29).

TABELA 27 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NA RENDA DA AGRICULTURA DO PARANÁ - 1970-1980
(Em %)

MRH	1970	1980
Extremo-Oeste Paranaense	13,98	21,00
Campo Mourão	8,49	9,64
Norte Novo de Londrina	7,56	8,30
Sudoeste Paranaense	7,65	7,58
Norte Novo de Umuarama	7,71	7,35
TOTAL	45,39	53,87

FONTE: IPARDES

TABELA 28 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NA RENDA DA INDÚSTRIA DO PARANÁ - 1970 - 1980
(Em %)

MRH	1970	1980
Curitiba	34,65	53,26
Norte Novo de Londrina	12,37	9,11
Campos de Ponta Grossa	8,76	8,48
Norte Novo de Maringá	5,80	4,11
Extremo-Oeste Paranaense	4,30	3,75
TOTAL	65,88	78,71

FONTE: IPARDES

TABELA 29 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NA RENDA DO COMÉRCIO DO PARANÁ - 1970 - 1980
(Em %)

MRH	1970	1980
Curitiba	23,17	26,78
Norte Novo de Londrina	15,09	14,58
Extremo-Oeste Paranaense	11,23	12,67
Litoral Paranaense	10,70	7,65
Norte Novo de Maringá	7,47	6,98
TOTAL	67,66	68,66

FONTE: IPARDES

O Extremo-Oeste Paranaense em termos de geração de renda agrícola participou com 14% em 1970 e 21% em 1980, aumentando o grau de concentração da renda da agricultura (tabela 27). Também são significativas nessa microrregião as atividades comércio (12%) e indústria (4%). As três atividades participam com 11% da renda total desses setores no Estado.

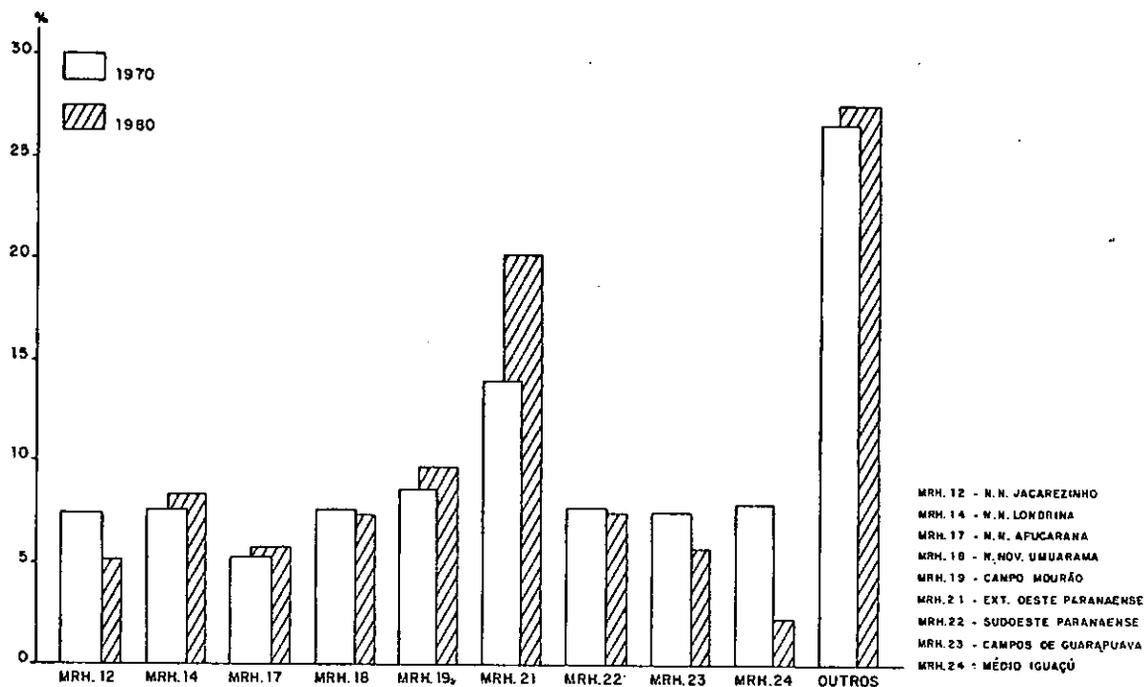
Na microrregião Norte Novo de Londrina, a atividade mais importante é a comercial, cuja participação em 1970 foi 15,1% e em 1980, 14,6% do total estadual desse setor. A indústria participou em 1970 com 12,4% e em 1980 com 9,1%. Essas atividades cresceram a taxas menores que aquelas apresentadas no âmbito estadual. Já na agricultura houve um pequeno acréscimo na participação, de 7,6% em 1970 passa para 8,30% em 1980. Esse acréscimo, no entanto, não compensou o menor crescimento do comércio e da indústria (tabelas 27, 28, 29).

Além dessas microrregiões, destacam-se Campo Mourão, Sudoeste Paranaense e Norte Novo de Umuarama, no setor agrícola; Campos de Ponta Grossa e Norte Novo de Maringá, na indústria; e Litoral Paranaense no comércio (tabelas 27, 28 e 29).

A participação das microrregiões na Renda Interna do Paraná, por setor, pode ser visualizada nos gráficos 3, 4 e 5).

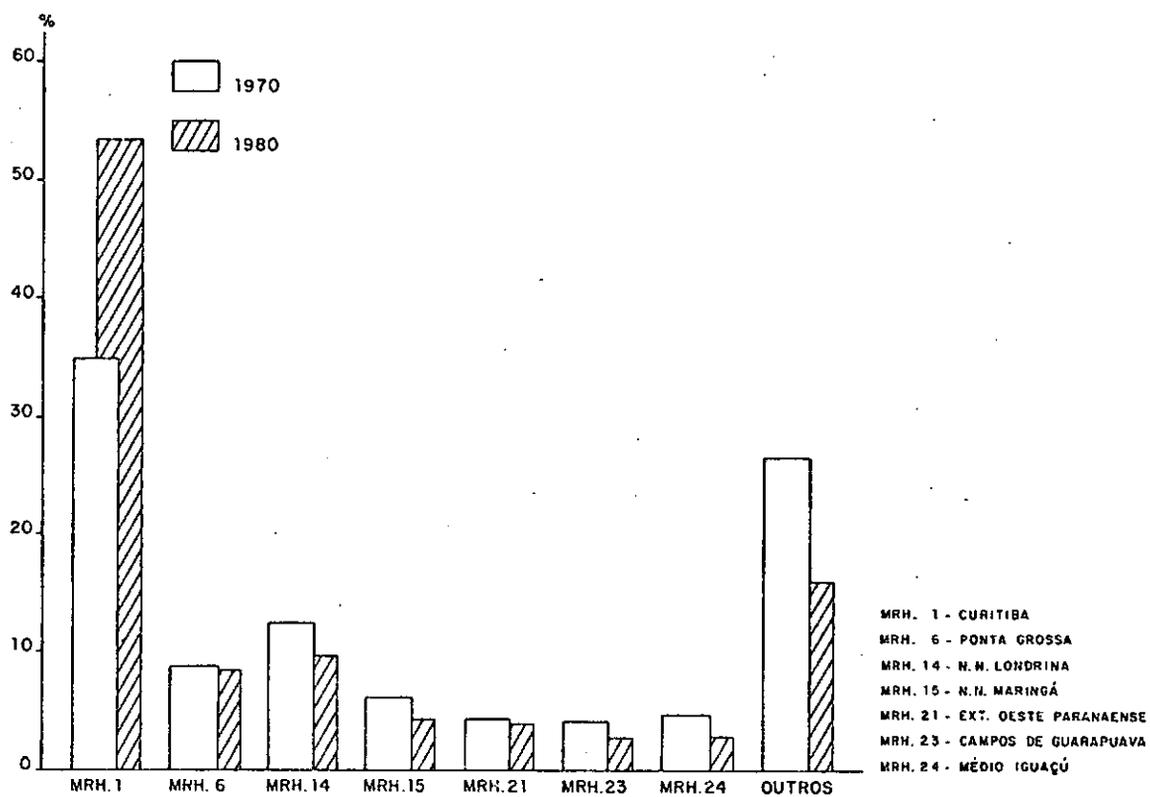
A nível de municípios, foram considerados aqueles cuja participação em 1980 fosse superior a 1% da renda agrícola do Estado (tabela 30).

GRÁFICO 3 - PARTICIPAÇÃO DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NA RENDA INTERNA DA AGRICULTURA DO PARANÁ - 1970 - 1980 .



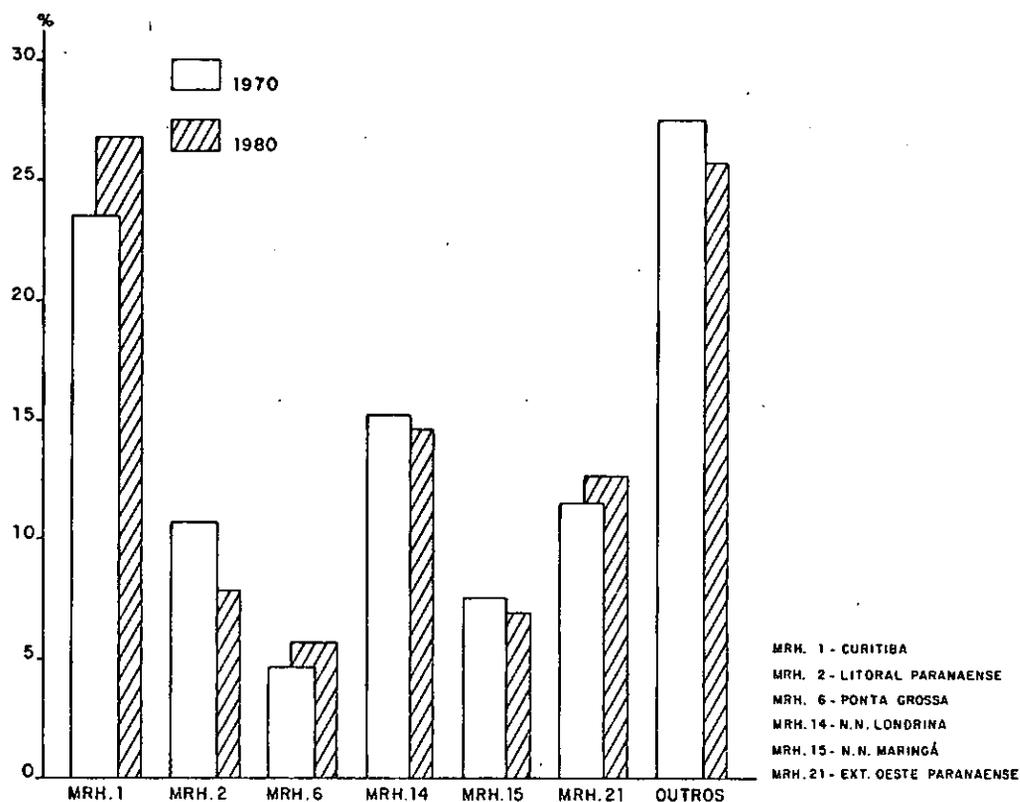
FONTE: TABELA A.

GRÁFICO 4 - PARTICIPAÇÃO DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NA RENDA INTERNA DA INDÚSTRIA DO PARANÁ - 1970 - 1980 .



FONTE: TABELA A.

GRÁFICO 5 - PARTICIPAÇÃO DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NA RENDA INTERNA DO COMÉRCIO DO PARANÁ - 1970 - 1980.



FONTE: TABELA A.

TABELA 30 - PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS NA RENDA INTERNA TOTAL DA AGRICULTURA DO PARANÁ - 1970 - 1980 (Em %)

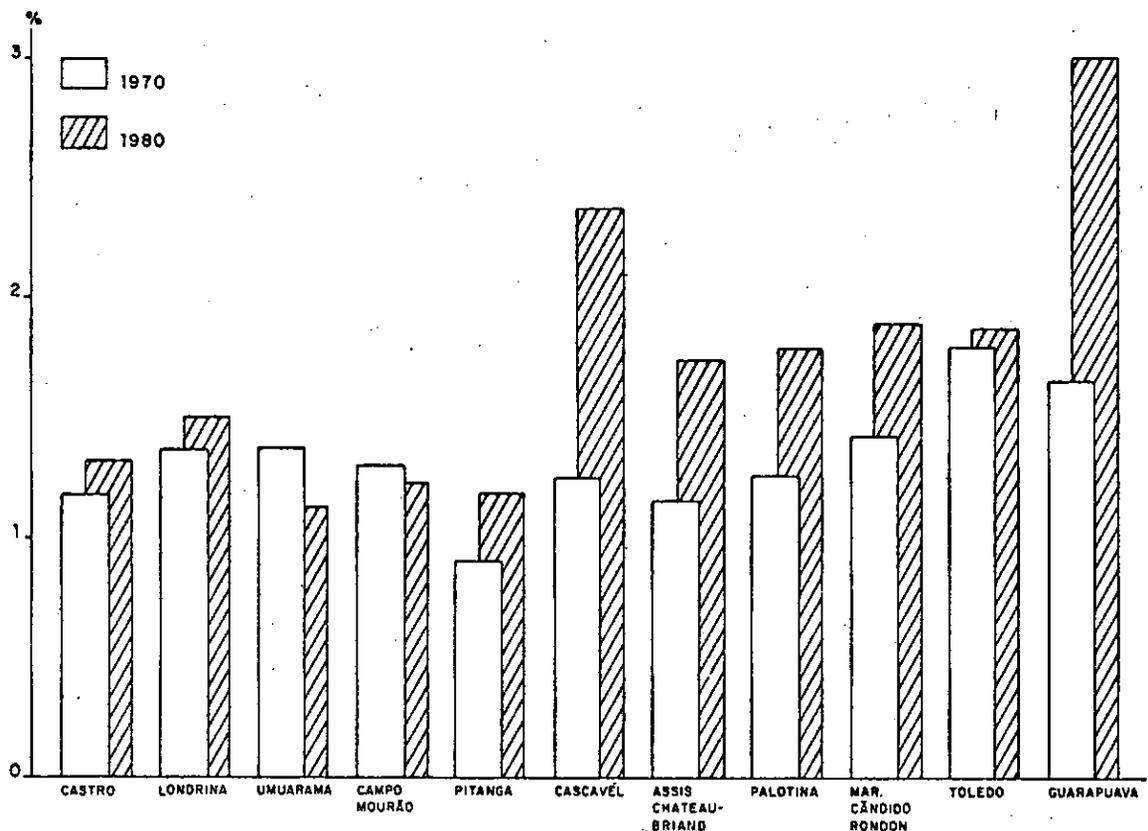
MUNICÍPIO	1970	1980
Guarapuava	1,65	3,02
Toledo	1,80	2,48
Cascavel	1,25	2,36
Marechal Cândido Rondon	1,42	1,87
Palotina	1,26	1,79
Assis Chateaubriand	1,14	1,73
Londrina	1,37	1,50
Castro	1,19	1,31
Campo Mourão	1,30	1,23
Pitanga	0,92	1,19
Umuarama	1,37	1,13
Subtotal	14,67	19,61
Demais Municípios	85,33	80,39
TOTAL	100,00	100,00

6,87 (sum of Toledo, Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Assis Chateaubriand)
 10,23 (sum of Londrina, Castro, Campo Mourão, Pitanga, Umuarama)

FONTE: IPARDES

Em 1970 esses geraram 14,67% do total, passando para 19,61% em 1980, com destaque para o município de Guarapuava que passa de 1,65% para 3,02%, nesse período. A seguir aparecem os municípios pertencentes à microrregião Extremo-Oeste Paranaense - Cascavel, Assis Chateaubriand, Palotina, Marechal Cândido Rondon e Toledo - que participavam em 1970 com aproximadamente 7%, saltando para 10,2% em 1980. Além desses, também são importantes na atividade agrícola, os municípios de Londrina, Castro, Campo Mourão, Pitanga e Umuarama. Na grande maioria dos demais municípios, no ano de 1980, a participação é inferior a 0,5% do total da agricultura estadual (gráfico 6).

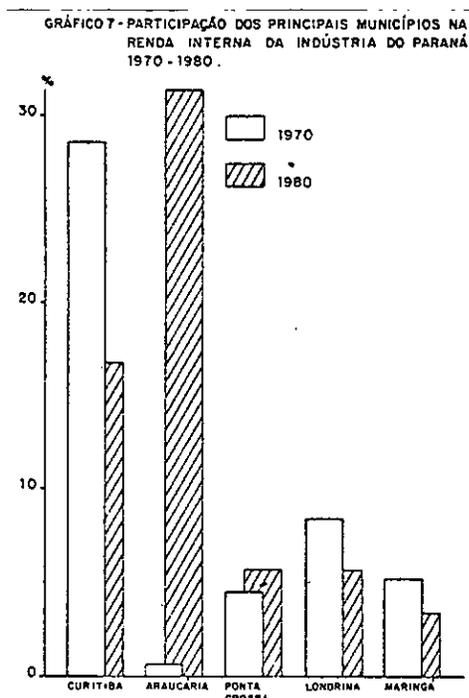
GRÁFICO 6 - PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS NA RENDA INTERNA DA AGRICULTURA DO PARANÁ - 1970 - 1980.



FONTE: TABELA A.

É no setor industrial que se verifica mais claramente a progressiva concentração ocorrida na década de 70. A produção se concentra em poucas plantas industriais e, conseqüentemente, em poucas cidades. Isto ocorre principalmente naqueles municípios pólos que apresentam melhores condições estruturais, serviços industriais, mercado, etc., reforçando sua importância dentro do espaço econômico estadual, propiciando, cada vez mais, melhores possibilidades a que novas indústrias se localizem ou venham a se expandir justamente próximas ou nos centros industriais-urbanos mais desenvolvidos do Estado.

Tomando por base o ano de 1980, destacam-se nesse setor os municípios de Curitiba (16,81%), Londrina (5,54%), Ponta Grossa (5,51%), Maringá (3,30%) e Araucária (31,14%), embora este último apresentasse importância reduzida até 1976 (0,19% da renda industrial paranaense, nesse ano), adquirindo relevância a partir de 1977, exclusivamente pela produção da Refinaria Getúlio Vargas (PETROBRÁS) que se instalou naquele município (gráfico 7).



FONTE: TABELA A.

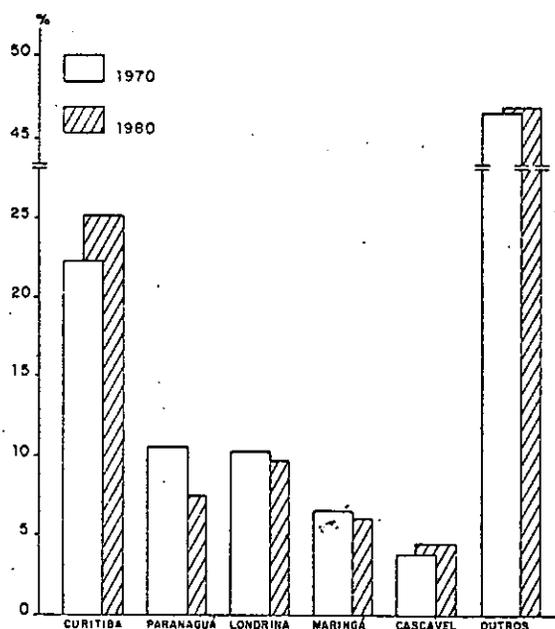
A atividade comercial se concentra nos municípios de maior expressão econômica, estando cerca de 57% da renda desse setor localizada em apenas 6 municípios no período analisado, destacando-se o município de Curitiba, cuja participação já é elevada em 1970 (tabela 31 e Gráfico 8).

TABELA 31 - PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS NA RENDA INTERNA TOTAL DO COMÉRCIO DO PARANÁ -1970-1980 (Em %)

MUNICÍPIO	1970	1980
Curitiba	22,11	25,07
Londrina	10,26	9,97
Paranaguã	10,49	7,46
Maringã	6,49	6,03
Cascavel	3,73	4,47
Ponta Grossa	3,73	3,84
TOTAL	56,81	56,84

FONTE: IPARDES

GRÁFICO 8 - PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA RENDA INTERNA DO COMÉRCIO DO PARANÁ-1970-1980.



FONTE: TABELA A.

Verifica-se claramente a tendência de concentração de renda nos municípios mais importantes do Estado, uma vez que as atividades industriais e comerciais crescem mais rapidamente em torno das áreas mais desenvolvidas. O processo de transformação e diversificação ocorrido na indústria, no período, se deu localizado, principalmente na Região Metropolitana de Curitiba, em função de fatores como economias de aglomeração e interferência do Governo Estadual, que no caso do Paraná foi o mais importante. O surgimento de grandes estruturas comerciais - principalmente no comércio varejista - que se localizam na cidade e periferia de Curitiba, acentuou a concentração dessa atividade. O próprio processo de urbanização tende a expandir o comércio varejista nas cidades maiores. Por outro lado, a agricultura, mais homogeneamente distribuída, perde peso relativo à medida que ocorre maiores avanços econômicos. Em síntese, ocorre de forma "quase natural" uma maior concentração de renda e da produção justamente nas áreas mais desenvolvidas do Estado, aumentando, dessa forma, as disparidades regionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução da economia paranaense se dá com significativas mudanças na estrutura produtiva, no mercado de trabalho e nos setores de apoio à produção, alterando qualitativamente a forma de participação de cada um desses setores e a própria relação entre eles.

Desde meados da década de 70, a agricultura paranaense pode ser considerada moderna. Parte crescente da produção se origina em um segmento de médios e grandes produtores que se utilizam de um elevado patamar técnico, cujas conseqüências vão se verificar na mudança das relações de trabalho via expulsão da mão-de-obra. As mudanças são mais do que simples somatórios dos elementos agora utilizados no processo produtivo. Esses apenas simbolizam as relações que se estabelecem internamente à agricultura e entre os demais setores da economia.

A agricultura embora não possa aumentar rapidamente a oferta, tem se mostrado dinâmica respondendo aos estímulos do mercado nacional e internacional, alterando ao longo do tempo o perfil da sua produção. Evidentemente, não se pode deixar de salientar a importância que adquire a intervenção do Governo Federal nesse setor, como regulador de preços e como financiador de importante parcela dessa atividade, seja para custeio seja para investimento, e inclusive para a comercialização da produção. Ao Governo Estadual resta pouca autonomia no que se refere à gerência de uma política que contemple mais de perto

seus interesses.

O setor primário foi um dos menos penalizados com o aprofundamento da crise de 1981. Ao contrário, esse é o ano em que a agricultura paranaense realmente se recupera, após um longo período de frustrações de safras. Deste modo, é o bom desempenho da agricultura em termos de produção, em 1981, que ameniza os efeitos da crise que se intensificam e se refletem no setor industrial, possibilitando que, mesmo com uma queda real na renda da indústria, a renda total do Estado permanecesse positiva.

Algumas políticas econômicas no sentido de administrar a crise pode beneficiar a agricultura, pois uma política de combate à inflação e de ajuste na balança comercial deve passar por uma política agrícola de estímulos à produção de alimentos para o mercado interno e de exportação.

No entanto, não se deve esperar que se repitam os elevados índices de crescimento que ocorreram no início da década de 70 em termos da agricultura, uma vez que esse período se caracterizou pela ocupação da fronteira e de uma acelerada modernização da agricultura do Paraná.

Por outro lado, se ocorrer uma redução do volume de subsídios à agricultura, sem nenhuma medida compensatória, será penalizado não somente o setor agrícola, mas também as indústrias de insumo ligadas a essa atividade.

O setor industrial destina sua produção principalmente ao mercado regional e nacional, embora em período recente tenham surgido empresas de grande porte, com tecnologia mais moderna, também voltadas para o mercado internacional. O surgimento dessas novas empresas industriais aumentaram consideravelmente a importância relativa dos ramos mais dinâmicos, pro-

vocando uma alteração na estrutura produtiva sem, no entanto, alterar a base da indústria paranaense que ainda é a agroindústria, embora com mudanças qualitativas nessa última década. Essas transformações acabam integrando mais claramente o setor industrial do Paraná ao aparelho industrial do País.

Como concorrência da própria conjuntura recessiva nacional, a performance do setor secundário do Estado não foi favorável em 1981, com exceção de alguns gêneros agroindustriais mais vinculados ao comportamento das safras agrícolas, como o de Óleos Vegetais, Indústria de Produtos Alimentares e Indústria Têxtil.

Além desses, os setores de material de transporte e o de material elétrico e de comunicações apresentam crescimento em 1981. Esse crescimento pode ser explicado pelo início de produção de uma empresa no gênero Material de Transporte e pela garantia de demanda proveniente de investimentos executados pelo Estado em Energia e Comunicações.

No entanto, o desempenho desses gêneros não foi suficiente para compensar o fraco desempenho dos demais, como Minerais Não-metálicos, Metalurgia, Madeira, Papel e Papelão, Química e outros.

Caso perdure a situação de crise por mais algum tempo, os efeitos em termos de crescimento negativos serão ainda maiores no futuro.

A base da industrialização do Estado deverá se manter ainda sobre a agroindústria, uma vez que nesta área há muito a ser explorado, dado o grande volume da produção agrícola que não passa por qualquer beneficiamento. Também são boas as perspectivas quanto ao crescimento das cooperativas que, nos

Últimos anos, vêm aumentando sua atuação, realizando investimento na indústria.

A retomada do crescimento poderá trazer boas perspectivas industriais para o Estado, considerando a necessidade de desconcentração de indústria no pólo paulista e que o Estado possui condições favoráveis de infra-estrutura, relativa diversificação industrial e proximidade do mercado consumidor.

No entanto, é necessária uma política industrial para o Paraná, que aponte os setores para as quais possui vantagens comparativas, as oportunidades na conjuntura econômica e uma atuação política mais agressiva junto ao Governo Federal, no sentido de captar recursos para investimento.

As transformações estruturais ocorridas na década de 70, como a modernização da agricultura e a expansão e diversificação da indústria de transformação, alteram as condições de absorção da mão-de-obra, tanto no campo como na cidade.

A expansão industrial não é capaz de absorver a mão-de-obra liberada pela agropecuária. O setor terciário, cujo crescimento é determinado principalmente pelo dinamismo do setor industrial, também não assegura uma margem de expansão do emprego em escala adequada, tornando possível a proliferação do subemprego. O alto ritmo de urbanização, desemprego aberto e aumento do subemprego deslocam o problema do emprego da área rural para as cidades.

O subsetor serviços é o mais diretamente atingido pelo aumento do desemprego e pela queda nos salários reais da economia. O subsetor de Intermediários Financeiros é o que mais cresceu em 1981, dada a elevação nas taxas de juros reais e a especulação financeira. Governo e Aluguéis também apresentam

um elevado índice de crescimento, explicado pelas pressões urbanas sobre a habitação e serviços públicos. Transporte e Comunicações sofrem uma pequena queda no nível de atividade, como reflexo do desaquecimento da economia.

O setor serviços, principalmente os subsetores de Comércio, Transportes e Comunicações e Intermediação Financeira, terá seu desempenho vinculado aos rumos dos setores produtivos da agricultura e indústria.

O acelerado processo de urbanização e o agravamento dos problemas sociais provocados pela crise deverão pressionar o crescimento dos subsetores de serviços ligados à prestação de serviços pelo Governo, de habitação, transporte coletivo, saúde, saneamento e educação.

ANEXO ESTADÍSTICO

TABELA A.1 - RENDA INTERNA DO PARANÁ POR SETORES E SUBSETORES - 1970-81

(Em Cr\$ 1 000,00 Correntes)

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS							TOTAL
			Total Serviços	Comércio	Intermediários Financeiros	Transportes e Comunicações	Governo	Aluguéis	Outros Serviços	
1970	2 111 747	1 394 623	4 885 162	1 643 498	522 362	480 292	713 038	684 179	841 793	8 391 532
1971	4 450 929	1 994 128	6 955 317	2 359 077	948 537	629 325	983 012	928 978	1 105 388	13 400 374
1972	5 785 056	3 410 286	9 642 833	3 645 954	1 423 089	837 451	1 280 973	1 019 925	1 435 491	18 838 225
1973	7 343 352	5 207 217	13 924 532	6 089 836	1 851 076	1 194 042	1 594 278	1 319 681	1 975 619	26 475 101
1974	12 142 793	7 845 797	20 428 406	8 963 630	2 898 142	1 845 503	2 175 599	1 912 086	2 633 446	40 416 996
1975	16 058 646	10 921 151	29 694 039	12 781 295	4 693 633	2 721 165	2 950 420	2 905 606	3 641 920	56 673 836
1976	16 455 351	19 123 884	50 157 264	23 665 846	7 425 942	4 750 907	4 539 672	3 978 356	5 796 541	85 736 499
1977	35 622 045	31 353 119	72 402 852	31 016 458	11 595 717	7 220 799	6 817 759	7 149 901	8 602 218	139 384 016
1978	35 876 588	50 289 863	98 404 709	36 810 331	16 926 410	10 537 381	10 262 557	11 565 680	12 302 350	184 571 160
1979	57 049 072	78 337 822	164 280 699	61 462 211	30 872 873	17 179 011	16 873 213	17 414 444	20 478 947	299 667 593
1980	122 940 199	213 724 830	361 032 031	158 775 330	60 777 648	34 423 858	30 662 950	30 605 886	45 786 359	697 697 050
1981*	292 942 541	428 397 226	800 350 492	284 636 533	185 672 721	72 939 932	73 253 333	84 635 893	99 212 080	1 521 690 259

FONTE: IPARDES -

*Estimativas Preliminares

OBS: O Setor Industrial não inclui a Indústria de Construção Civil e Serviços Industriais de Utilidade Pública

TABELA A.2 - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES E SUBSETORES ECONÔMICOS NA RENDA INTERNA DO PARANÁ - 1970-81

(Em t)

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS							TOTAL
			Total Serviços	Comércio	Intermediários Financeiros	Transportes e Comunicações	Governo	Aluguéis	Outros Serviços	
1970	25,17	16,62	58,21	19,59	6,22	5,72	8,50	8,15	10,03	100,00
1971	33,21	14,88	51,91	17,60	7,08	4,70	7,34	6,93	8,26	100,00
1972	30,71	18,10	51,19	19,36	7,55	4,45	6,80	5,41	7,62	100,00
1973	27,74	19,67	52,59	23,01	6,99	4,51	6,02	4,98	7,08	100,00
1974	30,04	19,41	50,55	22,18	7,17	4,57	5,38	4,73	6,52	100,00
1975	28,34	19,27	52,39	22,54	8,28	4,80	5,21	5,13	6,43	100,00
1976	19,19	22,31	58,50	27,61	8,66	5,54	5,29	4,64	6,76	100,00
1977	25,56	22,49	51,95	22,26	8,32	5,18	4,89	5,13	6,17	100,00
1978	19,44	27,25	53,31	19,93	9,17	5,71	5,56	6,27	6,67	100,00
1979	19,04	26,14	54,82	20,52	10,30	5,73	5,63	5,81	6,83	100,00
1980	17,62	30,63	51,75	22,77	8,71	4,93	4,39	4,39	6,56	100,00
1981	19,25	28,15	52,60	18,72	12,20	4,79	4,81	5,56	6,52	100,00

FONTE: Tabela A.1

TABELA A.3 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA RENDA INTERNA DO PARANÁ NA RENDA INTERNA DO BRASIL - 1970-81 (Em t)

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS							TOTAL
			Total Serviços	Comércio	Intermediários Financeiros	Transportes e Comunicações	Governo	Aluguéis	Outros Serviços	
1970	12,33	3,01	5,36	6,25	5,42	5,01	4,42	5,07	5,27	5,43
1971	18,79	3,18	5,68	6,56	6,79	5,04	4,59	5,20	5,32	6,41
1972	18,53	4,07	6,04	7,56	7,56	4,97	4,65	4,71	5,41	6,86
1973	15,65	4,39	6,46	8,85	7,12	5,27	4,46	4,70	5,48	6,95
1974	17,29	4,29	6,61	8,50	7,97	5,65	4,50	5,22	5,34	7,19
1975	16,54	4,20	6,48	8,47	8,14	5,62	3,93	5,11	5,24	6,95
1976	9,18	4,80	6,94	10,02	6,98	6,40	3,88	4,78	5,47	6,59
1977	11,32	5,47	6,76	8,82	6,84	6,52	4,19	6,06	5,44	7,12
1978	8,50	6,01	5,92	7,32	6,46	6,55	4,10	4,57	5,27	6,32
1979	8,05	5,63	5,69	7,38	6,46	6,44	4,05	3,43	5,32	6,01
1980	8,50	7,10	6,14	8,89	6,39	6,12	3,69	3,31	5,56	6,75
1981	10,78	7,49	6,35	7,24

FONTE: Tabelas A.1 e A.10

TABELA A.4 - RENDA INTERNA DO PARANÁ POR SETORES E SUBSETORES 1970-81

(Em Cr\$ 1 000,00 de 1981)

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS							TOTAL
			TOTAL Serviços	Comércio	Intermediários Financeiros	Transportes e Comunicações	Governo	Aluguéis	Outros Serviços	
1970	103 827 474	68 568 907	240 284 134	80 805 251	25 682 777	23 711 539	35 057 673	33 638 773	41 328 121	412 680 515
1971	181 856 139	81 476 118	284 177 690	96 384 433	38 755 342	25 712 972	40 163 922	37 956 200	45 204 821	547 509 947
1972	201 506 705	118 788 046	335 883 625	126 996 900	49 569 438	29 170 330	44 619 213	35 526 316	50 001 428	656 178 376
1973	222 600 018	157 847 070	422 096 213	184 602 019	56 111 916	36 195 156	48 327 563	40 003 668	56 855 891	802 543 301
1974	286 029 067	184 811 368	481 200 526	211 142 440	68 267 072	43 471 674	51 247 237	45 040 068	62 032 035	952 040 961
1975	295 815 606	201 178 039	547 176 785	235 627 878	86 461 205	50 126 460	54 349 556	53 524 039	67 087 647	1 044 170 430
1976	214 462 006	249 424 614	654 179 674	308 663 476	96 853 375	61 964 042	59 208 994	51 887 990	75 601 797	1 118 066 294
1977	325 742 126	286 657 088	661 968 932	283 579 045	106 017 984	66 018 734	62 333 796	65 370 523	78 648 850	1 274 368 146
1978	236 492 278	331 502 099	648 666 861	242 647 350	111 575 974	69 460 597	67 649 005	76 238 967	81 094 968	1 216 661 238
1979	244 304 767	335 470 897	703 509 391	263 203 425	132 208 812	73 566 740	72 257 203	74 574 950	87 698 261	1 283 285 055
1980	262 928 695	457 087 194	772 128 899	339 568 266	129 983 422	73 621 322	65 577 975	65 455 935	97 921 979	1 492 144 788
1981*	292 942 541	428 397 226	800 350 492	284 636 533	185 672 721	72 939 932	73 253 333	84 635 893	99 212 080	1 521 699 259

FONTE: IPARDES

OBS: O Setor Industrial não inclui a Indústria de Construção Civil e Serviços Industriais de Utilidade Pública

*Estimativas Preliminares

TABELA A.5 -)ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA RENDA REAL DO PARANÁ - 1970-81

1970=100

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS							TOTAL
			TOTAL Serviços	Comércio	Intermediários Financeiros	Transportes e Comunicações	Governo	Aluguéis	Outros Serviços	
1970	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1971	175	119	118	119	151	108	115	113	109	133
1972	194	173	140	157	193	123	127	106	121	159
1973	214	230	176	228	218	153	138	119	137	194
1974	275	270	200	261	266	183	146	134	150	231
1975	285	293	228	292	337	211	155	159	162	253
1976	207	364	272	382	377	261	169	154	183	271
1977	314	418	275	351	413	278	178	194	190	309
1978	228	483	270	300	434	293	193	227	196	295
1979	235	489	293	326	515	310	206	222	212	311
1980	253	667	321	420	506	310	187	195	237	362
1981	282	625	333	352	723	308	209	252	240	369

FONTE: Tabela A:4

TABELA A.6 - ÍNDICE DE PRODUTO REAL DO PARANÁ POR SETORES E SUBSETORES - 1970-81

1970=100

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS							TOTAL
			Total Serviços	Comércio	Intermediários Financeiros	Transportes e Comunicações	Governo	Aluguéis	Outros Serviços	
1970	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1971	164	125	118	119	151	108	114	112	109	134
1972	167	172	140	157	193	123	127	106	121	153
1973	142	219	176	228	218	153	138	119	137	171
1974	178	245	200	261	266	183	146	134	150	200
1975	172	283	228	292	337	211	155	159	162	218
1976	92	358	272	382	377	261	169	154	183	227
1977	48	451	275	351	413	278	178	194	190	228
1978	58	558	270	300	434	293	193	227	196	244
1979	78	528	293	326	515	310	206	222	212	259
1980	112	667	321	420	506	310	187	195	237	305
1981*	202	644	333	352	723	308	209	252	240	337

FONTE: IPARDES

*Estimativas Preliminares

TABELA A.7 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO REAL DO PARANÁ POR SETORES E SUBSETORES - 1970-81

PERÍODOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS							TOTAL
			Total Serviços	Comércio	Intermediários Financeiros	Transportes e Comunicações	Governo	Aluguéis	Outros Serviços	
1970-71	63,79	25,47	18,27	19,28	50,90	8,44	14,57	12,83	9,22	33,94
1971-72	1,84	37,45	18,19	31,76	27,90	13,45	11,09	(6,40)	10,61	14,43
1972-73	(14,90)	27,02	25,67	45,36	13,20	24,08	8,31	12,60	13,71	11,71
1973-74	25,31	11,70	14,00	14,38	21,66	20,10	6,04	12,59	9,10	16,58
1974-75	(3,07)	15,71	13,71	11,60	26,65	15,31	6,05	18,84	8,15	9,27
1975-76	(46,45)	26,54	19,56	31,00	12,02	23,62	8,94	(3,06)	12,69	4,14
1976-77	(47,71)	25,76	1,19	(8,13)	9,46	6,54	5,28	25,98	4,03	0,51
1977-78	19,14	23,80	(2,01)	(14,43)	5,24	5,21	8,53	16,63	3,11	6,92
1978-79	36,44	(5,26)	8,45	8,47	18,49	5,91	6,75	(2,18)	8,14	5,96
1979-80	42,12	26,12	9,76	29,01	(1,68)	0,07	(9,20)	(12,23)	11,66	17,83
1980-81*	81,00	(3,32)	3,66	(16,18)	42,84	0,93	11,70	29,30	1,32	10,50

FONTE: IPARDES

*Estimativas Preliminares

TABELA A.8 - RENDA INTERNA DA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO GÊNEROS - 1970-81

(Em Cr\$ 1.000,00 Correntes)

GÊNEROS	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
01. Minerais não-metálicos	118 623	142 181	217 576	325 972	492 716	910 824	1 581 545	2 592 903	3 706 363	5 644 001	14 952 711	...
02. Metalurgia	45 186	60 821	77 755	130 180	263 618	316 713	541 206	965 676	1 277 363	2 022 949	4 272 926	...
03. Mecânica	45 744	14 956	86 962	78 629	276 172	552 610	992 530	1 407 755	1 790 319	3 133 513	7 993 309	...
04. Material elétrico e de comunic.	7 531	27 120	45 697	68 215	72 181	111 395	493 396	1 053 465	1 941 189	1 921 947	5 556 545	...
05. Material de transporte	24 545	11 167	17 733	37 492	99 641	151 804	219 925	288 449	523 015	799 045	2 735 676	...
06. Madeira	313 790	513 488	829 723	1 483 015	2 059 521	2 114 335	3 622 064	4 687 291	6 598 030	11 053 457	26 551 436	...
07. Mobiliário	54 250	60 622	99 921	172 359	262 834	269 135	657 862	859 075	1 176 783	2 193 459	4 851 554	...
08. Papel e Papelão	72 520	151 554	220 987	328 575	753 197	754 652	1 166 557	1 680 527	2 791 097	4 872 612	12 095 225	...
09. Borracha	10 878	5 384	8 867	13 018	31 383	54 606	78 408	128 548	136 072	227 150	731 782	...
10. Couros, peles e prods. similares	11 715	10 768	19 439	32 285	36 875	55 698	80 320	81 518	206 188	266 349	473 195	...
11. Química	45 465	79 965	154 486	221 827	422 104	590 834	935 158	5 765 839	14 634 350	19 756 793	67 557 634	...
12. Óleos	62 340	106 287	169 150	336 907	491 147	514 386	1 336 759	1 203 960	779 493	1 057 561	3 593 577	...
13. Prods. farmacêuticos e medicinais	10 460	6 381	7 162	9 373	32 162	49 145	76 496	94 059	145 340	242 347	598 429	...
14. Produtos de matéria plástica	17 014	15 155	30 010	42 699	83 168	87 369	143 429	172 442	492 841	669 373	1 955 256	...
15. Têxtil	117 985	48 657	108 106	148 406	362 476	522 031	914 121	1 313 696	1 584 131	3 065 510	8 645 353	...
16. Vestuários, calçados e artigos de tecidos	7 252	20 141	28 646	52 593	43 936	69 897	122 393	181 848	235 352	462 193	1 111 359	...
17. Produtos alimentares	330 107	613 394	1 095 725	1 318 467	1 792 765	3 270 884	4 911 013	6 602 967	9 205 074	15 871 243	39 555 174	...
18. Bebidas	41 580	57 630	103 673	144 761	105 134	182 383	476 185	849 670	1 126 493	1 284 740	3 376 822	...
19. Fumo	2 371	-	-	-	784	44 777	430 287	918 646	1 227 073	2 359 303	4 458 221	...
20. Editorial e gráfica	43 791	11 566	18 416	27 598	117 687	132 146	219 925	313 531	407 348	515 359	1 154 114	...
21. Diversas	11 436	36 891	70 252	234 846	46 290	65 527	124 305	191 254	251 449	477 551	1 175 437	...
TOTAL da Indústria	1 394 623	1 994 128	3 410 285	5 207 217	7 845 797	10 921 151	19 123 884	31 353 119	50 289 863	78 337 822	213 724 630	439 937 226

FONTE: DPARADES

TABELA A.9 - RENDA INTERNA DO BRASIL POR SETORES E SUBSETORES - 1970-81

(Em Cr\$ 1 000,00 correntes)

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA*	SERVIÇOS						TOTAL	
			TOTAL SERVIÇOS	COMERCIO	Intermediários Financeiros	Transportes e Comunicações	Governo	Aluguéis		Outros Serviços
1970	17 126 636	46 314 580	91 097 637	26 282 830	9 633 706	9 583 258	16 116 785	13 496 839	15 984 159	154 538 853
1971	23 686 138	62 768 731	122 515 740	35 965 184	13 969 613	12 480 467	21 427 646	17 857 696	20 815 134	208 970 609
1972	31 218 329	83 845 882	159 667 111	48 214 141	18 823 934	16 851 103	27 575 655	21 666 251	26 536 027	274 731 322
1973	46 921 149	118 704 984	215 503 297	68 781 662	25 998 253	22 654 110	35 741 869	28 077 368	34 250 015	381 129 430
1974	70 240 960	182 695 903	308 826 953	105 420 414	36 363 144	32 688 473	48 370 076	36 642 563	49 342 283	561 763 816
1975	97 066 887	259 953 824	458 408 355	150 879 691	57 661 341	48 442 591	75 059 523	56 826 796	69 538 413	815 429 066
1976	179 282 540	398 205 776	722 968 030	236 240 579	106 388 861	74 215 054	116 874 817	83 308 916	105 939 803	1 300 456 346
1977	314 640 858	573 494 845	1 070 381 006	351 534 555	169 528 021	110 743 172	162 539 517	117 890 026	158 145 715	1 958 516 709
1978	421 933 391	836 525 845	1 662 867 276	503 212 715	262 018 737	160 834 972	250 215 435	253 344 129	233 241 288	2 921 326 512
1979	708 848 097	1 391 614 998	2 885 800 756	832 798 868	477 908 262	266 860 200	416 529 599	508 121 321	384 582 508	4 987 263 853
1980	1 446 050 117	3 008 096 877	5 880 469 308	1 785 280 958	951 136 910	562 327 982	831 036 216	925 831 240	823 856 002	10 334 616 352
1981	2 718 111 500	5 716 957 209	12 594 111 800	21 029 199 539

FONTE: Centro de Contas Nacionais e Centro de Estudos Fiscais - DCS/IBRE/FGV, Conjuntura Econômica nº 12 - Vol. 35 - dezembro de 1981

*Foram excluídas do total de Indústria do Brasil de 1970-81 as estimativas da Indústria da Construção Civil e Serviços Industriais de Utilidade Pública, com o objetivo de torná-las comparáveis com as estimativas do Paraná.

TABELA A.10- ESTRATIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DA INDÚSTRIA PARANAENSE DE TRANSFORMAÇÃO

GÊNEROS		PEQUENOS	MÉDIOS	GRANDES	TOTAL
1	Produtos de Minerais Não-metálicos	1 465	117	12	1 594
1.1	Beneficiamento de Minerais Não-metálicos	2	-	-	2
1.2	Fabricação de Produtos de Minerais Não-metálicos	1 463	117	12	1 592
2	Metalúrgica	809	76	10	895
3	Mecânica	262	36	16	314
4	Material Elétrico e de Comunicações	109	19	6	134
5	Material de Transporte	332	36	5	373
6	Madeira	1 673	392	29	2 094
6.1	Desdobramento de Madeira	1 335	340	15	1 690
6.2	Fabricação de Produtos de Madeira	338	52	14	404
7	Mobiliário	911	125	9	1 045
8	Celulose, Papel e Papelão	31	21	7	109
9	Borracha	73	9	5	87
10	Couros e Peles, Artefatos para Viagem	81	11	2	94
11	Química	131	29	30	190
11.1	Química - Produção de Óleos Vegetais ... em Bruto	28	6	7	41
11.2	Química - Fabricação de Outros Produtos	103	23	23	149
12	Produtos Farmacêuticos e Veterinários	12	6	1	19
13	Perfumaria, Sabões e Velas	35	3	1	39
14	Produtos de Matérias Plásticas	60	6	3	69
15	Têxtil	170	32	12	214
15.1	Beneficiamento de Fibras Têxteis	43	13	7	63
15.2	Fabricação de Produtos Têxteis	127	19	5	151
16	Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	348	57	4	409
17	Produtos Alimentares	1 940	363	87	2 390
17.1	Beneficiamento de Café, Cereais e Produtos Afins	1 188	224	35	1 447
17.2	Abate de Animais e Fabricação de Produtos de Origem Animal	116	30	12	158
17.3	Preparação do Leite e Fabricação de Produtos de Laticínios	55	14	5	74
17.4	Fabricação de Outros Produtos Alimentares	556	88	32	676
17.5	Fabricação de Rações	25	7	3	35
18	Bebidas	92	18	4	114
19	Fumo	1	4	1	6
20	Editorial e Gráfica	401	40	2	443
21	Diversas	233	22	2	257
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS		9 219	1 422	248	10 889
Participação Percentual		84,66	13,06	2,28	100,00

TABELA A.11-PARTICIPACAO DAS MICRORREGIOES HOMOGENEAS NA RENDA INTERNA TOTAL DA AGRICULTURA DO PARANA - 1970-80

M.R.H.	(EM %)										
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
CURITIBA	2,79	1,75	1,60	2,81	1,99	1,33	2,22	2,06	2,35	1,80	2,02
LITORAL PARAN	0,31	0,35	0,27	0,27	0,27	0,21	0,29	0,24	0,21	0,25	0,15
ALTO RIBEIRA	0,35	0,27	0,25	0,26	0,31	0,26	0,33	0,27	0,37	0,34	0,25
ALTO RIO N PARAN	0,44	0,29	0,29	0,33	0,30	0,28	0,40	0,33	0,44	0,42	0,50
CAMPOS DA LAPA	1,04	0,90	0,87	1,13	1,03	1,02	1,52	1,44	1,40	1,60	1,46
CAMPOS PONTA GROSSA	3,06	1,99	2,01	2,56	2,39	2,95	3,45	2,88	3,26	3,20	3,33
CAMPOS JAGUARIVA	0,60	0,36	0,48	0,62	0,50	0,67	0,72	0,74	0,86	0,91	0,84
SAO MATEUS DO SUL	0,78	0,45	0,47	0,64	0,71	0,53	0,63	0,46	0,57	0,62	0,72
COLONIAL DE IRATI	1,93	1,33	1,39	1,89	2,01	1,70	1,94	2,25	1,94	2,22	1,97
ALTO IVAI	1,41	0,85	0,82	1,03	1,01	1,01	1,24	1,22	1,36	1,35	1,08
N V WENCESLAU BRAZ	2,83	4,33	4,08	2,76	2,19	2,00	2,48	1,78	2,12	2,57	2,35
N V JACAREZINHO	7,47	11,29	9,33	6,44	6,55	6,08	5,44	5,41	5,24	5,83	5,20
ALGODOEIRA DE ASSAI	2,04	2,93	3,06	2,66	2,95	2,01	2,08	2,19	2,30	2,38	2,46
N N LONDRINA	7,56	13,17	11,86	7,95	8,48	9,37	7,07	6,51	9,08	8,73	8,30
N N MARINGA	3,04	3,56	4,22	3,52	4,16	4,57	3,17	4,22	3,24	2,99	3,69
N NOVIS PARANAVAI	4,08	6,46	6,41	5,54	5,65	5,97	3,25	4,79	6,28	4,44	4,35
N N APUCARANA	5,34	6,87	7,46	5,79	6,10	7,32	5,59	5,37	4,73	5,79	5,70
N NOVIS DE UMUARAMA	7,71	10,96	10,29	9,21	9,39	9,95	6,75	8,10	11,21	7,38	7,35
CAMPO MOURAO	8,49	7,62	7,85	7,31	8,88	7,60	8,09	10,00	7,93	9,93	9,84
PITANGA	1,69	1,12	1,30	1,38	1,78	1,59	2,53	1,81	1,83	1,81	2,00
EXT OESTE PARAN	13,98	10,44	10,85	15,51	16,62	16,53	20,83	21,60	17,20	18,75	21,00
SUDESTE PARAN	7,65	5,81	6,53	7,89	7,94	7,67	8,65	8,25	6,47	7,19	7,58
CAMPOS GUARAPUAVA	7,48	3,30	4,88	6,63	5,73	5,49	6,78	5,29	7,05	6,97	5,66
MEDIO IGUACU	7,81	3,47	3,25	5,04	2,94	3,76	4,45	2,67	2,41	2,42	2,29
TOTAL	99,88	99,87	99,88	99,87	99,88	99,87	99,08	99,88	99,85	99,89	99,89

FONTE: IPARDES - FUNDACAO EDISON VIEIRA

TABELA A.12 - PARTICIPACAO DAS MICRORREGIOES HOMOGENEAS NA RENDA INTERNA TOTAL DA INDUSTRIA DO PARANA - 1970-80

N.R.H.	(EM %)										
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
CURITIBA J	34,65	34,04	31,64	32,35	32,32	32,59	28,30	41,04	50,57	47,60	53,26
LITORAL PARAN	0,86	0,68	0,64	0,48	1,37	0,79	0,42	0,84	0,76	0,66	0,55
ALTO RIBEIRA	0,48	1,21	0,40	0,47	0,39	0,62	0,40	0,74	0,51	0,45	0,43
ALTO RIO N PARAN	0,03	0,02	0,02	0,03	0,06	0,03	0,02	0,02	0,03	0,04	0,02
CAMPOS DA LAPA	1,06	0,82	0,72	0,82	0,79	0,79	0,73	0,69	0,58	0,69	0,54
CAMPOS FONTE GROSSA	8,76	10,81	9,87	13,53	14,69	12,23	12,81	9,73	9,30	10,20	8,48
CAMPOS JAGUARAIVA	0,64	0,57	0,47	0,53	0,66	0,56	0,56	0,47	0,40	0,49	0,39
SAO MATEUS DO SUL	0,27	0,22	0,19	0,24	0,23	0,22	0,19	0,15	0,21	0,19	0,15
COLONIAL DE IRATI	1,39	0,94	0,93	1,06	0,80	0,93	0,88	0,77	0,69	0,85	0,64
ALTO IVAI	0,18	0,13	0,10	0,07	0,09	0,10	0,12	0,04	0,08	0,09	0,07
N V WENCESLAU BRAZ	0,53	0,60	0,39	0,48	0,37	0,46	0,45	0,73	0,21	0,22	0,32
N V JACAREZINHO	3,40	2,92	3,80	3,39	2,40	3,13	2,84	3,47	2,12	2,33	2,17
ALDONOBIIRA DE ASSAI	1,62	0,61	1,11	0,94	0,64	0,83	0,84	0,76	0,52	0,73	0,57
N N LONDRINA	12,37	12,38	15,62	11,32	13,25	13,14	13,17	12,70	9,43	9,92	9,11
N N MARINGA	5,80	7,01	5,73	6,19	4,80	5,93	7,75	4,59	4,20	4,11	4,11
N NOVIS PARANAVAI	2,62	3,25	3,11	2,30	2,09	2,69	3,39	2,79	2,06	1,15	1,86
N N APUCARANA	2,00	1,99	3,38	2,56	2,07	2,50	2,55	1,84	1,75	2,42	1,73
N NOVIS DE UNUARAMA	4,34	3,10	4,07	2,87	2,99	3,26	4,02	2,64	2,56	2,08	2,26
CAMPO MOURAO	3,36	2,07	2,04	1,95	1,78	1,96	2,12	1,63	1,27	1,74	1,36
PITANGA	0,69	0,49	0,48	0,41	0,37	0,44	0,57	0,38	0,34	0,23	0,30
EXT OESTE PARAN	4,30	5,18	5,12	5,59	5,72	5,41	6,39	4,22	3,88	4,21	3,75
SUDESTE PARAN	2,45	2,26	2,14	2,88	2,49	2,44	2,56	2,19	1,86	1,80	1,69
CAMPOS GUARAPUAVA	3,65	4,37	4,17	5,18	5,76	4,87	4,77	4,08	3,61	4,25	3,38
MEDIO IGUACU	4,42	4,18	3,74	4,24	3,75	3,98	4,02	3,34	2,89	3,43	2,76
TOTAL	99,87	99,85	99,88	99,88	99,68	99,90	99,87	99,85	99,88	99,88	99,90

FONTE: IPARDES - FUNDACAO EDISON VIEIRA

TABELA A.13 - PARTICIPACAO DAS MICRORREGIOES HOMOGENEAS NA RENDA INTERNA TOTAL DO COMERCIO DO PARANA - 1970-80

N.R.H.	(EM %)										
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
CURITIBA	23,17	24,20	23,61	21,35	23,90	23,22	21,99	26,29	27,72	29,05	26,78
LITORAL PARAN	10,70	14,20	9,66	12,40	11,20	9,25	14,31	5,43	5,16	7,38	7,65
ALTO RIBEIRA	0,02	0,04	0,03	0,03	0,02	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02
ALTO RIO N PARAN	0,03	0,05	0,03	0,02	0,03	0,04	0,03	0,03	0,05	0,04	0,04
CAMPOS DA LAPA	0,71	0,62	1,28	0,78	0,99	0,34	0,35	0,45	0,65	0,65	0,54
CAMPOS PONTA GROSSA	4,76	4,72	4,13	4,37	5,32	4,74	4,26	5,30	6,12	6,31	5,66
CAMPOS JAGUARAIVA	0,10	0,14	0,12	0,13	0,10	0,08	0,08	0,10	0,21	0,09	0,12
SAO MATEUS DO SUL	0,11	0,15	0,11	0,09	0,09	0,13	0,12	0,14	0,18	0,19	0,16
COLONIAL DE IRATI	0,74	0,89	0,65	0,68	0,79	0,72	0,54	0,86	0,70	0,71	0,71
ALTO IVAI	0,08	0,09	0,08	0,07	0,07	0,09	0,07	0,09	0,10	0,11	0,09
N V WENCESLAU BRAZ	0,62	0,91	0,65	0,66	0,60	0,55	0,59	0,58	0,62	0,69	0,63
N V JACAREZINHO	3,76	3,96	3,93	3,72	3,65	3,78	3,36	2,80	3,17	3,10	3,15
ALGODOEIRA DE ASSAI	0,94	0,65	0,98	1,15	0,87	0,93	0,88	0,87	0,82	0,88	0,87
N N LONDRINA	15,09	14,17	13,36	15,62	13,95	16,31	15,64	17,05	15,81	11,84	14,58
N N MARINGA	7,47	7,66	8,28	8,36	7,51	6,75	6,98	7,72	7,01	6,63	6,98
N NOVIS PARANAVAI	2,77	3,41	2,83	2,57	2,49	2,94	4,63	2,19	2,51	2,21	2,68
N H APUCARANA	3,61	3,32	7,37	3,17	3,23	3,07	2,88	2,25	2,82	2,63	2,67
N NOVIS DE UMUARAMA	4,19	4,37	3,61	4,66	4,21	4,10	3,20	3,95	4,12	3,65	3,78
CAMPO MOURAO	3,03	2,66	2,81	3,08	3,00	3,15	3,44	3,01	2,95	3,27	3,17
PITANGA	0,11	0,12	0,10	0,10	0,12	0,12	0,14	0,13	0,17	0,18	0,16
EXT OESTE PARAN	11,23	7,69	10,54	10,48	11,46	12,22	11,03	14,34	11,97	12,97	12,67
SUDOESTE PARAN	3,19	2,97	2,90	2,68	3,04	3,66	2,55	3,12	3,61	3,84	3,46
CAMPOS GUARAPUAVA	2,18	1,52	1,53	2,48	1,96	2,50	1,91	2,17	2,23	2,29	2,22
MEDIO IGUAQU	1,24	1,39	1,30	1,23	1,26	1,20	0,88	1,01	1,17	1,16	1,10
TOTAL	99,85	99,90	99,89	99,88	99,86	99,90	99,87	99,89	99,89	99,89	99,89

FONTE: IPARDES - FUNDACAO EDISON VIEIRA

TABELA A.14 - PARTICIPACAO DOS PRINCIPAIS MUNICIPIOS NA RENDA INTERNA TOTAL DA AGRICULTURA DO PARANA - 1970-80

MUNICIPIOS	(EM %)										
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
CURITIBA	0,32	0,10	0,07	0,06	0,07	0,05	0,06	0,05	0,06	0,07	0,05
CAMPO LARGO	0,24	0,21	0,23	0,51	0,45	0,22	0,38	0,33	0,48	0,30	0,33
RIO BRANCO DO SUL	0,18	0,14	0,10	0,12	0,12	0,07	0,11	0,11	0,12	0,11	0,12
ARAUCARIA	0,55	0,33	0,32	0,56	0,31	0,22	0,50	0,46	0,53	0,42	0,43
PARANAGUA	0,07	0,04	0,03	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03	0,02	0,02	0,01
AURIFLOPOLIS	0,11	0,04	0,04	0,03	0,03	0,04	0,06	0,05	0,07	0,07	0,07
QUITANDINHA	0,16	0,12	0,12	0,14	0,16	0,12	0,18	0,15	0,21	0,16	0,23
RIO NEGRO	0,12	0,12	0,12	0,13	0,09	0,09	0,14	0,11	0,14	0,18	0,19
PONTA GROSSA	0,73	0,63	0,69	0,79	0,71	0,76	0,96	0,78	0,90	0,90	0,70
CASTRO	1,19	0,79	0,62	0,70	0,96	0,88	1,18	0,93	1,17	1,03	1,31
TELENACAO BORBA	0,56	0,28	0,33	0,35	0,28	0,54	0,55	0,40	0,16	0,14	0,10
APAPUTI	0,29	0,18	0,15	0,26	0,23	0,25	0,41	0,39	0,49	0,51	0,47
SAO MATEUS DO SUL	0,54	0,29	0,51	0,42	0,29	0,30	0,33	0,27	0,29	0,34	0,43
IRATI	0,34	0,29	0,32	0,45	0,38	0,29	0,44	0,49	0,31	0,24	0,29
ORTIGUEIRA	0,46	0,25	0,25	0,23	0,25	0,28	0,34	0,35	0,37	0,45	0,35
IRATI	0,30	1,02	0,94	0,52	0,31	0,23	0,31	0,20	0,27	0,33	0,28
BANDERANTES	0,77	0,64	0,54	0,34	0,43	0,36	0,43	0,40	0,42	0,47	0,45
CONSELIO PROCOPIO	0,44	1,70	1,27	0,68	0,58	0,49	0,38	0,40	0,43	0,46	0,40
ASSAI	0,68	0,78	0,79	0,60	0,68	0,53	0,58	0,67	0,72	0,61	0,73
LONGORINA	1,37	1,78	1,92	1,25	1,35	1,21	1,24	1,11	1,26	1,38	1,50
CADE	0,28	0,77	0,66	0,48	0,45	0,74	0,28	0,31	0,55	0,39	0,40
FORQUILHES	0,35	0,64	0,44	0,35	0,16	0,16	0,19	0,18	0,40	0,33	0,37
POLANDIA	0,39	1,18	1,06	0,63	0,89	0,66	0,45	0,43	0,81	0,48	0,59
ARAPONGAS	0,23	0,43	0,39	0,25	0,29	0,34	0,27	0,20	0,32	0,40	0,46
MARINGA	0,52	0,49	0,53	0,45	0,60	0,56	0,31	0,61	0,40	0,32	0,43
PARANAVAI	0,35	0,61	0,64	0,58	0,38	0,50	0,38	0,38	0,61	0,46	0,44
APUCARANA	0,39	0,75	0,74	0,52	0,63	1,37	0,42	0,42	0,40	0,37	0,33
UMERANA	1,37	2,17	2,10	1,99	1,93	1,92	1,16	1,68	2,71	1,44	1,13
DIADORTE	0,34	0,68	0,71	0,61	0,75	0,88	0,32	0,37	0,55	0,43	0,37
CAMPO NOURAO	1,30	0,82	0,78	0,66	0,76	0,75	0,89	1,59	0,97	1,30	1,23
PITANGA	0,92	0,72	0,89	1,12	1,07	0,83	1,24	0,88	1,02	1,03	1,19
CADAVEL	1,25	0,77	0,66	0,96	1,46	1,68	2,02	2,00	1,44	2,06	2,56
ASSIS CHATEAUBRIAND	1,14	1,26	1,30	1,00	1,21	1,90	1,86	1,98	1,30	1,40	1,73
SALOTINA	1,26	0,67	0,52	1,53	1,57	1,20	1,59	1,68	1,43	1,51	1,79
MAR CANDIDO RONDON	1,42	1,02	0,87	1,66	1,75	1,34	1,99	2,15	1,79	1,88	1,67
TOLEDO	1,80	1,24	1,22	2,09	1,82	1,70	2,25	2,07	1,89	2,27	2,48
FOZ DO IGUAQU	0,28	0,16	0,19	0,29	0,27	0,27	0,46	0,49	0,45	0,53	0,53
FRANCISCO BELTRAO	0,53	0,49	0,44	0,49	0,59	0,56	0,52	0,51	0,46	0,49	0,43
GUARAPUAVA	1,65	1,89	2,61	4,58	3,66	3,34	4,15	3,38	3,81	3,65	3,62
UNIAO DA VITORIA	0,20	0,25	0,24	0,23	0,20	0,19	0,84	0,42	0,52	0,57	0,46
TOTAL	25,41	26,74	26,35	28,83	28,14	27,84	30,20	29,41	30,25	29,70	30,04

FONTE: IPARDES - FUNDACAO EDISON VIEIRA

TABELA A.15 - PARTICIPACAO DOS PRINCIPAIS MUNICIPIOS NA RENDA INTERNA TOTAL DA INDUSTRIA DO PARANA - 1970-80

MUNICIPIOS	(EM %)										
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
CURITIBA	27,45	24,18	23,87	24,56	24,25	24,25	22,07	21,41	19,82	19,65	16,61
CAMPO LARGO	2,27	1,87	2,07	1,70	1,70	1,87	1,47	1,73	1,69	1,47	1,30
RIO BRANCO DO SUL	1,92	2,48	2,45	2,33	2,11	2,48	2,40	2,08	2,00	2,03	1,72
ARAUCARIA	0,55	0,69	0,59	0,71	0,85	0,69	0,19	13,09	24,33	20,96	31,14
PARANAGUA	0,33	0,57	0,27	0,10	0,72	0,57	0,28	0,62	0,56	0,46	0,39
ADRIANOPOLIS	0,39	0,58	0,35	0,41	0,34	0,59	0,37	0,70	0,48	0,43	0,41
QUITANDINHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RIO NEGRO	0,42	0,45	0,16	0,17	0,19	0,45	0,43	0,40	0,33	0,39	0,31
PONTA GROSSA	4,37	6,73	3,91	8,88	8,82	6,75	7,76	5,43	5,84	6,10	5,51
CASTRO	0,63	0,81	0,97	0,77	1,09	0,82	0,72	0,79	0,62	0,82	0,63
TELEMACO BORBA	3,50	2,83	3,56	2,91	3,61	2,84	2,48	2,15	2,58	3,00	2,21
ARAPOTI	0,18	0,10	0,10	0,12	0,13	0,10	0,11	0,10	0,06	0,09	0,07
SAO MATEUS DO SUL	0,21	0,17	0,14	0,18	0,19	0,18	0,15	0,12	0,17	0,15	0,12
IRATI	0,85	0,42	0,46	0,42	0,39	0,42	0,42	0,37	0,29	0,35	0,29
ORTIGUEIRA	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRAITI	0,09	0,07	0,05	0,13	0,06	0,07	0,08	0,05	0,04	0,06	0,05
BANDEIRANTES	0,79	0,68	0,93	0,79	0,49	0,68	0,70	1,10	0,31	0,29	0,47
CORNELIO PROCOPIO	0,43	0,50	0,52	0,62	0,31	0,50	0,37	0,54	0,33	0,46	0,34
ASSAI	0,77	0,46	0,52	0,56	0,40	0,46	0,47	0,46	0,29	0,37	0,32
LONDRINA	7,27	7,97	10,87	7,03	7,04	7,99	8,27	8,34	4,87	6,17	5,54
CAMBE	0,70	0,98	0,66	1,02	1,06	0,98	0,87	0,82	0,66	1,00	0,68
POURECATU	0,77	0,31	0,24	0,15	0,41	0,31	0,18	0,32	0,34	0,22	0,21
ROLANDIA	1,24	1,16	1,05	0,98	1,26	1,16	1,45	0,85	1,00	0,72	0,81
ARAPONGAS	0,89	1,12	1,16	1,07	1,15	1,12	1,18	0,96	1,02	0,69	0,78
MARINGA	5,08	4,74	4,49	5,16	4,06	4,76	6,62	3,83	3,07	3,12	3,30
PARANAVAI	1,18	1,07	1,46	1,25	0,79	1,07	1,48	1,09	0,79	0,40	0,74
APUCARANA	1,38	1,67	1,72	1,85	1,33	1,68	1,70	1,24	1,17	1,64	1,16
UNUARAMA	2,14	1,12	1,62	0,96	1,03	1,13	1,04	1,03	0,88	0,91	0,78
DIANORTE	0,57	0,43	0,60	0,49	0,31	0,43	0,46	0,33	0,40	0,28	0,29
CAMPO MOURAO	1,86	0,98	1,10	1,14	0,82	0,98	1,11	0,85	0,65	0,79	0,68
PITANGA	0,65	0,40	0,42	0,37	0,33	0,40	0,53	0,34	0,32	0,21	0,27
CASCADEL	1,22	1,56	1,36	1,88	1,61	1,56	1,21	1,50	1,24	1,37	1,08
ASSIS CHATEAUBRIAND	0,16	0,15	0,38	0,08	0,08	0,15	0,20	0,17	0,08	0,07	0,10
FALOTINA	0,08	0,10	0,09	0,12	0,11	0,10	0,13	0,09	0,06	0,06	0,07
MAR CANDIDO RONDON	0,21	0,28	0,31	0,26	0,32	0,29	0,39	0,18	0,34	0,08	0,20
TOLEDO	0,49	0,72	0,64	0,72	0,84	0,72	0,58	0,42	0,47	0,96	0,50
FOZ DO IGUAQU	0,12	0,29	0,12	0,12	0,26	0,29	0,53	0,24	0,15	0,10	0,20
FRANCISCO BELTRAO	0,31	0,44	0,38	0,43	0,51	0,44	0,35	0,45	0,36	0,34	0,31
GUARAPUAVA	2,63	3,19	3,23	3,44	3,68	3,20	3,07	2,55	2,47	2,86	2,22
UNIAO DA VITORIA	1,59	1,53	1,42	2,03	1,53	1,53	1,46	1,25	1,08	1,45	1,06
TOTAL	75,71	73,80	74,24	75,91	74,18	74,01	73,28	77,99	81,16	80,52	83,07

FONTE: IPARDES - FUNDACAO EDISON VIEIRA

TABELA A.16 - PARTICIPACAO DOS PRINCIPAIS MUNICIPIOS NA RENDA INTERNA TOTAL DO COMERCIO DO PARANA - 1970-80

	(EM %)										
MUNICIPIOS	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
CURITIBA	22,11	22,98	22,55	20,36	22,81	22,19	20,96	24,95	25,71	26,93	25,07
CAMPO LARGO	0,31	0,34	0,32	0,33	0,33	0,26	0,26	0,40	0,42	0,54	0,43
RIO BRANCO DO SUL	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,04	0,04	0,04
ARAUCARIA	0,17	0,14	0,11	0,13	0,16	0,21	0,21	0,21	0,67	0,61	0,46
PARANAGUA	10,49	13,83	9,40	12,18	10,99	9,09	14,17	5,25	4,94	7,16	7,46
ADRIANOPOLIS	0,01	0,02	0,02	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01
QUITANDINHA	0,01	0,02	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,01
RIO NEGRO	0,48	0,45	1,01	0,54	0,70	0,15	0,16	0,20	0,22	0,20	0,19
PONTA GROSSA	3,73	3,81	3,44	3,39	4,41	3,48	3,20	3,92	4,08	3,97	3,64
CASTRO	0,70	0,54	0,33	0,67	0,61	0,91	0,79	0,98	1,46	1,43	1,22
TELEMACO BORBA	0,24	0,25	0,29	0,21	0,22	0,24	0,20	0,29	0,36	0,76	0,46
ARAPOTI	0,03	0,05	0,03	0,06	0,04	0,01	0,04	0,05	0,15	0,03	0,06
SAO MATEUS DO SUL	0,09	0,11	0,08	0,07	0,08	0,10	0,08	0,11	0,13	0,14	0,12
IRATI	0,57	0,69	0,51	0,51	0,06	0,53	0,41	0,69	0,50	0,50	0,52
ORTIGUEIRA	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,03	0,02	0,03	0,02	0,03	0,03
IRATI	0,16	0,19	0,13	0,16	0,12	0,20	0,15	0,14	0,15	0,17	0,16
BANDEIRANTES	0,37	0,41	0,52	0,33	0,34	0,37	0,30	0,28	0,41	0,36	0,35
CORNELIO PROCOPIO	1,14	1,03	0,86	1,09	1,00	1,35	1,22	0,84	1,09	0,81	0,98
ALZAI	0,61	0,40	0,63	0,80	0,44	0,66	0,66	0,57	0,52	0,64	0,60
LOMBRINA	10,26	9,37	9,02	10,96	8,62	11,60	11,21	12,74	10,80	7,27	9,97
CAMBE	1,34	1,31	0,59	1,19	2,20	1,01	0,63	0,75	0,92	0,98	0,68
PORECATU	0,25	0,26	0,43	0,17	0,17	0,29	1,06	0,25	0,17	0,25	0,35
ROLANDIA	0,42	0,47	0,57	0,49	0,37	0,37	0,29	0,32	0,36	0,27	0,31
ARAPONGAS	1,21	1,20	1,20	1,19	1,24	1,21	0,98	1,02	1,47	1,31	1,24
MARINGA	6,49	6,46	6,82	7,21	6,45	6,07	6,20	6,14	6,08	5,87	6,03
PARANAVAI	1,36	1,77	1,36	1,45	1,30	1,30	3,71	1,18	1,33	1,10	1,55
APUCARANA	2,13	2,02	5,80	1,57	1,77	1,61	1,69	1,26	1,67	1,40	1,49
UNUARAMA	1,82	1,84	1,48	1,99	1,83	1,82	1,33	1,74	1,81	1,88	1,76
CIANORTE	0,65	0,68	0,63	0,65	0,64	0,66	0,56	0,54	0,75	0,52	0,59
CAMPO MOURAO	1,43	1,15	1,13	1,40	1,33	1,64	1,71	1,46	1,31	1,65	1,55
PITANGA	0,07	0,08	0,07	0,08	0,07	0,07	0,10	0,09	0,12	0,12	0,11
CASCAVEL	3,73	2,76	5,09	2,90	3,72	3,89	4,12	4,74	3,81	4,99	4,47
ASSIS CHATEAUBRIAND	0,76	0,60	0,65	1,22	0,65	0,67	0,66	0,62	0,56	0,46	0,56
FALOTINA	0,77	0,35	0,32	0,64	0,50	1,21	0,58	0,78	0,48	0,61	0,65
MAR CANDIDO RONDON	0,95	0,53	0,64	0,57	1,05	1,21	0,96	1,09	0,82	0,83	0,92
TOLEDO	1,35	0,86	0,73	1,29	1,69	1,41	1,35	1,65	1,14	1,23	1,32
FOZ DO IGUAQU	1,28	0,98	1,42	1,48	1,24	1,22	0,82	1,90	2,26	2,35	1,94
FRANCISCO BELTRAO	0,62	0,56	0,53	0,52	0,58	0,72	0,52	0,66	0,79	0,82	0,73
GUARAPUAVA	1,58	1,13	1,19	1,63	1,59	0,17	1,40	1,59	1,64	1,70	1,62
UNIAO DA VITORIA	0,58	0,62	0,59	0,53	0,56	0,60	0,51	0,61	0,74	0,63	0,63
TOTAL	80,33	80,32	80,55	80,05	79,96	78,57	83,26	80,08	79,93	80,59	80,68

FONTE: IPARDES - FUNDACAO EDISON VIEIRA

TABELA A.17- /PARTICIPAÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO PARANÁ - 1960/69

(Em %)

ANOS	ALGODÃO	AMENDOIM	ARROZ	BATATA-DOCE	BATATA-INGLESA	CAFÉ	CANA-DE-AÇÚCAR	CEBOLA	FEIJÃO	FUMO	MAMONA	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TRIGO
1960	5,42	0,07	5,71	0,59	2,26	60,04	0,85	0,35	11,55	0,11	0,17	1,32	9,75	0,08	1,71
1961	10,28	0,07	5,48	0,62	2,12	58,35	1,12	0,62	7,30	0,08	0,21	1,33	10,69	0,10	1,63
1962	7,75	0,07	7,12	0,53	1,89	57,32	0,86	0,34	10,03	0,13	0,20	1,46	10,53	0,11	1,65
1963	9,69	0,19	11,31	0,66	2,65	39,81	1,26	0,50	16,70	0,30	0,32	2,50	12,03	0,20	1,88
1964	12,97	0,35	10,70	0,97	2,83	36,13	2,27	0,54	11,30	0,35	0,50	4,53	13,98	0,30	2,28
1965	10,22	0,67	5,74	1,06	1,60	53,66	2,16	0,41	7,45	0,37	0,58	2,80	11,15	0,46	1,66
1966	9,86	1,52	8,34	1,59	5,28	33,78	3,31	0,51	14,61	0,35	0,75	3,24	13,36	1,40	2,10
1967	7,24	1,16	8,35	1,17	3,83	45,70	2,33	0,43	9,65	0,26	0,58	3,67	12,63	1,35	1,64
1968	13,48	1,74	6,60	1,01	3,19	38,85	2,50	0,43	8,47	0,37	0,86	4,91	12,97	2,12	2,50
1969	9,59	2,02	6,08	0,70	2,59	47,17	1,47	0,42	7,75	0,33	0,54	3,31	12,09	2,25	3,69

FONTE: Estatísticas Agrícolas do Paraná - Subsetor Lavouras

ANEXO METODOLÓGICO

Os dados de renda são revisados e atualizados anualmente, incorporando-se aperfeiçoamentos nas estimativas anteriores, em decorrência da publicação de novas informações. Também são realizadas estimativas preliminares para alguns dados apresentados, principalmente para os dois últimos anos, devendo ser estes posteriormente revisados conforme a divulgação futura de dados mais consistentes, que estão em processo de elaboração, a exemplo dos censos econômicos e demográficos de 1980.

Para as estimativas preliminares e sua revisão, os dados são:

- a) estimativa preliminar da agricultura, são utilizados os dados preliminares da produção agrícola e animal e respectivos preços médios na época de comercialização, baseados nas estatísticas da Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná - DERAL. Após esse trabalho, é realizada a revisão a partir dos dados oficiais publicadas pela FIBGE, referentes à Produção Agrícola Municipal, Produção da Pecuária Municipal e Extrativa Vegetal;
- b) estimativas preliminares da Renda do Governo, são utilizados os dados dos gastos com pessoal do Governo Estadual e Municipal, publicados nos respectivos orçamentos. A revisão é realizada com as publicações dos Balanços do Governo do Estado e dos Municípios;

c) a renda de aluguéis, estimada através dos dados do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - é calculada preliminarmente com dados do orçamento dos municípios, revisados após a publicação dos balanços.

A metodologia adotada segue em sua essência o esquema utilizado pela FGV para a quantificação das Contas Nacionais, especificamente no que se refere à Renda Interna e Produto Interno do Paraná, possibilitando, assim, que as estimativas a nível de Estado sejam comparáveis com as estimativas a nível nacional.

No entanto, face os dados estatísticos disponíveis tornaram-se necessárias algumas adaptações metodológicas sem fugir ao esquema conceitual proposto pela FGV, para manter a comparabilidade com as estimativas a nível nacional.¹

A mensuração da atividade econômica pode ser realizada através de três óticas distintas: a do Produto, a da Renda e a da Despesa Final.

Conceitualmente, ou na forma de mensuração, há diferenças fundamentais entre esses três agregados, embora o resultado final da atividade econômica deva ser sempre igual.

A forma ideal para se medir a atividade econômica seria empregar simultaneamente três métodos mas, em função de escassez de dados estatísticos, os resultados a nível setorial foram estimados ou pelo produto, através do Valor Adicionado, ou pela Renda, remuneração dos fatores produtivos. A Renda da Agricultura e Comércio foi estimada pela ótica do Produto; Governo,

¹FUNDAÇÃO IPARDES. Renda interna do Paraná. Curitiba, 1981. 56f.

Aluguéis, Intermediários Financeiros e Transportes e Comunicações pela ótica da Renda; Indústria e outros serviços pela ótica do Produto e da Renda.

Apesar das diferenças conceituais e da forma de mensuração, pode-se afirmar que os resultados finais das estimativas a preços correntes são equivalentes, identificando tanto o comportamento da Renda Interna como do Produto Interno Líquido, a custo de fatores.

Se essa hipótese é válida para as estimativas a preços correntes, o mesmo não ocorre para a mensuração a preços constantes, ou seja, para comparações intertemporais do Produto e da Renda Real.

As estimativas da Renda Real, a preços constantes, devem ilustrar a variação no poder aquisitivo dos que se ocupam da atividade produtiva, no respectivo setor e em relação ao ano base e, portanto, as cifras setoriais da Renda a preços correntes devem ser deflacionadas por um Índice geral de preços.*

O Produto Real, a preços constantes, representa o valor real acrescentado à produção de bens e serviços em cada setor, observado quanto ao volume físico. Para a estimativa do Produto Real, foram aplicados sobre a renda setorial índices de preços específicos que se aproximam do comportamento dos preços setoriais.**

O valor monetário da Renda e do Produto, a preços correntes, é idêntico em termos de resultados, mas a preços constantes não há identidade entre os resultados e comportamento

*Ver item 1.3.1.

**Ver item 1.3.2.

dos agregados, quando utilizados a nível setorial.

As diferenças que ocorrem entre o Produto Real (volume real acrescentado em determinado setor) e a Renda Real (poder de compra retirado desse esforço) decorrem de modificações no sistema de preços relativos. Vale dizer, que estas diferenças definem transferências de Renda, ocorridas em relação ao ano base e em termos reais entre os setores produtivos.²

As estimativas dos Agregados Econômicos fazem parte de um processo permanente e contínuo de revisão, uma vez que, quando se busca um aperfeiçoamento metodológico e estatístico, se está sujeito a muitas restrições.

Nesse sentido, destaca-se o fato de não se dispor, em anos não-censitários, de dados que permitam o levantamento da Renda pela ótica da remuneração dos fatores ou do produto, forçando a utilização de índices de valor por meio de indicadores que nem sempre refletem adequadamente as taxas setoriais de crescimento. Paralelamente, a inexistência de deflatores setoriais específicos para o Paraná distorce os resultados do desempenho real da economia paranaense.

Os resultados deste estudo devem, portanto, ser utilizados com certa precaução, pois à medida que as estimativas se afastam dos censos, tendem a diminuir sua exatidão. Deve-se considerar ainda, que os resultados refletem sobretudo uma tendência, evitando-se principalmente sua manipulação ano a ano; precaução, aliás, recomendável para qualquer dado de Contabilidade Econômica.

²FIGUEIREDO, Ferdinando de Oliveira. Introdução à contabilidade nacional. Rio de Janeiro, Forense, 1971. 142p.

1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

1.1 METODOLOGIA DA RENDA INTERNA DO PARANÁ

1.1.1 Agricultura

Para os anos censitários, o cálculo da Renda Interna do setor Agrícola foi obtido através de dados do Censo Agropecuário de 1970 e 1975, do Paraná, deduzindo-se do Valor Bruto da Produção o Consumo Intermediário da Agricultura.

Para os anos não-censitários, os dados para a estimativa da renda setorial se basearam nas estatísticas anuais da SUPLAN do Ministério da Agricultura, da FIBGE, do DERAL - Secretaria de Estado da Agricultura, da GCEA, do DEE, além de informações do IPARDES. Esses dados foram fundamentais para a construção do Índice de valor utilizado como indicador do crescimento do Valor Bruto da Produção Agrícola.

Para os anos não-censitários, a Renda Interna da Agricultura também se refere à diferença entre a estimativa do Valor Bruto da Produção e do Consumo Intermediário.

Valor Bruto da Produção - a estimativa do Valor Bruto da Produção para o período de 1970 a 1981 foi obtida através da agregação dos valores dos subsetores das culturas temporárias e permanentes, produção animal e derivados e extrativa vegetal.

Os produtos incluídos em cada subsetor foram:

- a) Lavouras - O Valor da Produção das lavouras foi obtido pelo somatório das culturas temporárias e per-

manentes:

- i) culturas temporárias - algodão, alho, amendoim, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, mamona, mandioca, milho, soja, tomate e trigo;
 - ii) culturas permanentes - banana, café, laranja, rami, uva e tangerina;
- b) Produção Animal - sob esta denominação estão incluídos o valor do abate de animais para produção de carne, o valor das exportações por vias internas de animais vivos e o valor da produção dos derivados de origem animal:
- i) abate e exportação - aves, bovinos e suínos;
 - ii) derivados de origem animal - leite, lã, ovos de galinha, ovos de outras aves, mel, cera e casulos do bicho-da-seda;
- c) Extrativa Vegetal - fazem parte desse subsetor tanto os valores da extrativa florestal (carvão vegetal, lenha e madeira) como os da extrativa vegetal propriamente dita (erva-mate e palmito).

As estatísticas anuais do Valor da Produção dos subsectores da Agricultura possibilitaram a construção do índice de valor, que corresponde às taxas de crescimento anuais do setor Primário. O índice de valor, obtido através do Censo Agropecuário de 1970 e 1975 para o Paraná, foi superior ao das estatísticas anuais. Portanto, foi necessário um ajuste entre os dois índices, ponderando a diferença em relação às taxas de crescimento anuais do período de 1970 a 1975.

Para os anos posteriores a 1975, aplicou-se o índice de

valor com base nas estatísticas anuais do Valor da Produção, sobre o ano base de 1975, cujos dados foram obtidos no Censo Agropecuário do Paraná.

Consumo Intermediário - os dados disponíveis sobre o Consumo Intermediário do setor Primário no Paraná se referem ao Censo Agropecuário de 1970 e 1975.

O Consumo Intermediário se resume no total dos gastos que a Agricultura efetua no próprio setor Primário e nos demais setores, para a obtenção de seu produto. No Consumo Intermediário estão incluídos: adubos e corretivos, sementes e mudas, defensivos agrícolas, alimentação para animais, medicamentos para animais, pagamento de serviços de empreitada, juros e despesas bancárias, impostos e taxas e outras despesas.

As estimativas para os anos de 1971 a 1974 foram obtidas pela interpolação das taxas de crescimento anuais baseadas nos dados censitários. A taxa geométrica de crescimento real, observada no período de 1970 a 1975, foi de 11,23% ao ano. As altas taxas de crescimento anual de utilização de insumos são compatíveis com a modernização da agricultura observada no período, quando se intensificou a utilização de insumos modernos. A partir de 1975, segundo informações, ocorre uma estabilização ou crescimento muito pequeno de utilização de insumos por área plantada e, portanto, optou-se por utilizar como indicador do crescimento do Consumo Intermediário, o crescimento da área plantada dos principais produtos agrícolas do Paraná: algodão, amendoim, arroz, batata-inglesa, café, cana-de-açúcar, cebola, feijão, mamona, mandioca, milho, rami, soja e trigo.

Renda Interna da Agricultura por Subsetores - obtida a Renda Interna do Total da Agricultura, distribuiu-se por sub-

setores, isto é: lavouras, produção animal e derivados e extra-tiva vegetal, tomando-se como proxy a participação de cada subsetor no valor da produção.

1.1.2 Indústria

Esse setor inclui a Indústria de Extração Mineral e de Transformação. A Renda dos estabelecimentos industriais foi estimada pela ótica do Produto e a Renda de autônomos pela ótica da Renda. Não estão incluídas na Renda do setor, a indústria de Construção Civil e Serviços Industriais de Utilidade Pública, uma vez que esses subsetores não foram estimados pela FGV a nível de Unidades da Federação, além de não constarem nos Censos Industriais da FIBGE em 1970 e 1975.

A renda dos estabelecimentos industriais foi obtida diretamente dos Censos Industriais de 1970 e 1975 da FIBGE. Do Valor da Produção foram subtraídas as despesas com operações industriais e as despesas diversas: aluguéis e arrendamentos, royalties, conservação e reparação de equipamentos, publicidade e propaganda, fretes e carretos, juros pagos ou creditados e despesas bancárias, serviços profissionais, prêmios de seguro, exceto de acidentes de trabalho e outras despesas. Foram incluídas ainda as despesas de manutenção de meios de transporte próprio e despesas com comunicação que, no Censo Industrial de 1970, estavam classificados como despesas diversas. A renda calculada foi subtraída da renda estimada pela FGV para a indústria paranaense e a diferença constituiu a renda de autônomos para 1970.

Essa renda foi dividida pelo pessoal ocupado, autônomos da indústria, de 1970 (Censo Demográfico), resultando no nen-

dimento médio anual de autônomos. Para os demais anos, os rendimentos médios anuais derivaram do valor calculado para 1970, acompanhando o ritmo de variação do Índice Geral de Preços no conceito de Disponibilidade Interna.³ O número de pessoas ocupadas nos anos de 1950 e 1970 foi extrapolado geometricamente até 1981. O rendimento total de autônomos para o período 1971-81 resultou do produto do número de pessoas ocupadas pelo rendimento médio anual, ano a ano.

Para obtenção da renda dos estabelecimentos industriais, foi construído um índice de valor com base nos dados do Valor Adicionado, conforme levantamento da SEFI, decorrente da sistemática de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM, que incide sobre o Valor Adicionado. O Valor Adicionado é medido em termos de valores e saídas de mercadorias (vendas e transferências) menos os valores das entradas de mercadorias (compras e transferências) e variação de estoques.

Algumas restrições são colocadas sobre o conceito de Valor Adicionado elaborado pela SEFI, pois ao incluir o consumo intermediário de serviços como transporte, energia elétrica, combustíveis e lubrificantes, propaganda e outras despesas, esse valor é superestimado. Além disso, a SEFI não dispunha de dados para 1970, o que impediu a obtenção da taxa de crescimento da renda dos estabelecimentos industriais em 1971. Entretanto, com a divulgação do Censo Industrial de 1975, pôde-se comparar as diferenças existentes nesse ano entre o Valor Adicio-

³ÍNDICES econômicos: retrospecto na nova base. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 33(11):10, nov. 1979.

ÍNDICES econômicos. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 36(9):153, set. 1982.

nado da SEFI e o Valor Adicionado do Censo. A relação existente entre as duas informações permitiu a estimativa indireta do Valor Adicionado da SEFI para 1970. Para os anos não-censitários, utilizou-se a taxa de crescimento do Valor Adicionado da SEFI que, aplicada sobre a renda dos estabelecimentos industriais, obtida dos censos de 1970 e 1975, resultou no conceito de Renda a Preços Correntes.

Os valores assim obtidos foram agregados à renda de autônomos, ano a ano, chegando-se ao total da renda do setor Industrial.

A renda, segundo os gêneros da indústria, obedeceu à mesma distribuição do Valor Adicionado da SEFI para o período 1971-80. Calculada a participação relativa dos gêneros no Valor Adicionado total do Estado, a renda estimada foi distribuída de acordo com esses percentuais.

1.1.3 Serviços

1.1.3.1 Comércio

A estimativa da Renda do Comércio para o ano de 1970 se fundamenta nos resultados publicados pela FGV, a nível de Estado.

A Renda Interna do Comércio para 1975 foi obtida a partir dos dados publicados no Censo Comercial do Paraná; do Valor das Vendas e Transferências foram deduzidas o Valor das Compras e Recebimento e as Despesas Diversas (aluguéis e arrendamentos, royalties, manutenção de equipamentos, publicidade e propaganda, comunicações, fretes e carretos, juros e correção monetária, serviços profissionais, prêmios de outros seguros, combustível e lubrificantes, energia e outras despesas), acrescentan-

do a esse resultado a variação de estoques.

Da mesma forma que no setor Industrial, o Valor Adicionado do Comércio é quantificado sistematicamente pela SEFI. Portanto, a base para a estimativa da Renda do Comércio nos anos intercensitários foi o Índice de valor construído com os dados de Valor Adicionado desse subsetor.

Para se obter a Taxa de Crescimento do Valor Adicionado em 1971, em relação a 1970 (ano em que não se dispunha de dados da SEFI), estimou-se indiretamente o Valor Adicionado de 1970, através do quociente, resultante de:

$$\text{VA Comércio } 70 = \frac{\text{VA Indústria } 70 \times \text{VA Comércio } 71}{\text{VA Indústria } 71}$$

O Índice de valor obtido a partir dos dados do Valor Adicionado do Comércio de 1971 a 1981, foi aplicado sobre a Renda estimada em 1970 e 1975 (anos censitários), chegando-se, assim, às estimativas da Renda do Comércio para os anos intercensitários.

1.1.3.2 Intermediários Financeiros

O cálculo da Renda desse subsetor se baseou na Renda estimada para o Estado pela FGV em 1970. Para se chegar aos resultados obtidos pela FGV, utilizou-se a mesma fonte, ou seja, o periódico anual "Movimento Bancário do Brasil", publicado pelo Centro de Informações Econômico-Fiscais do Ministério da Fazenda em Brasília.

Para o Paraná foi adotado o critério da FGV na estimativa de Intermediários Financeiros a nível de Estados, utilizando-se, como coeficiente de distribuição da Renda desse subsetor, a participação do Estado no valor dos empréstimos ban-

cários do Brasil.

O rendimento total de autônomos de Intermediários Financeiros surgiu pela diferença da renda estimada pela FGV em 1970 para o Paraná e os resultados da renda obtida através da participação dos empréstimos do Paraná nos empréstimos do Brasil. Para os demais anos da série, a relação entre autônomos e total da renda do subsetor foi mantida constante.

1.1.3.3 Transportes e Comunicações

O cálculo da Renda Interna de Comunicações foi estimado diretamente, baseando-se em informações extraídas dos balanços anuais (1970-81), da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos do Paraná - ECT e Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR.

A renda foi apurada considerando-se os seguintes componentes: Renda de Comunicações = Lucro Operacional Bruto + Salários + Encargos Sociais + Gratificações.

O levantamento de Transportes em 1970 foi obtido pela diferença entre o valor estimado pela FGV para Transportes e Comunicações nesse mesmo ano, e a renda de Comunicações, conforme metodologia anterior.

A partir da renda de Transportes estimada em 1970, os anos posteriores foram calculados partindo-se de um índice de valor composto pelas variações quantitativas de consumo de óleo diesel no Paraná e do crescimento do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.⁴

⁴FUNDAÇÃO IPARDES. Renda interna do Paraná. Curitiba, 1981. 56f.

O índice de variação de preços de combustíveis e lubrificantes, segundo o conceito de Oferta Global, embora pareça o indicador mais adequado para a mensuração da taxa de crescimento do subsetor Transporte, não reflete o crescimento de lucros e salários do subsetor.

A renda total de Transportes e Comunicações resultou, portanto, de metodologias aplicadas separadamente para os dois grupos, agregados ano a ano.

1.1.3.4 Governo

A renda do Governo é composta pelo agregado de despesas com pessoal civil e militar que prestam serviços a esse agente econômico nas esferas da União, Estados e Municípios, a diferentes níveis de administração: direta e indireta.

Face à não-disponibilidade de dados para alguns anos, tanto para União como para os Municípios, o cálculo da renda foi baseado nos resultados publicados pela FGV para o período 1970-75,⁵ enquanto que para o período 1976 a 1981, a Renda da União gerada no Estado foi estimada através da projeção feita com base nas informações da FGV para os anos de 1970 a 1975.

A renda da administração direta estadual foi calculada através dos dados de Balanço do Estado para o período 1970-80. A nível de administração indireta os resultados foram elaborados através dos dados do balanço dos respectivos órgãos que compõem este nível de administração.

Os dados para os municípios foram extraídos da Síntese

⁵FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Instituto Brasileiro de Economia. Agregados econômicos regionais. Rio de Janeiro, 1977, v. 1, t.1.

de Prestação de Contas Municipais, da série 1974-80,⁶ sendo a renda desse grupo constituída do somatório das despesas com pessoal de todos os municípios do Estado. Para 1981, em função da não-disponibilidade da Síntese de Prestações de Contas Municipais, estimou-se a renda desse subsetor através da projeção feita com base nas informações dos anos anteriores.

1.1.3.5 Aluguéis

O critério adotado para a estimativa da Renda Interna do subsetor Aluguéis obedeceu metodologia análoga à utilizada pela FGV na Renda da região Sul.⁷

Sobre a renda estimada pela FGV em 1970, aplicou-se um índice de valor construído com as taxas anuais de crescimento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, levantado pelo Tribunal de Contas do Paraná, na Síntese de Prestação de Contas Municipais.⁸

Para 1981, a renda desse subsetor foi projetada com base nas informações dos anos anteriores.

1.1.3.6 Outros Serviços

Esse subsetor, segundo classificação do Censo Demográfico de 1970, é composto pelos seguintes grupos: Atividades Sociais, Prestação de Serviços e Profissionais Liberais. A sistemática para a estimativa da renda desse subsetor foi seme-

⁶PARANÁ. Tribunal de Contas. Diretoria de Contas Municipais. Síntese de prestações de contas municipais. Curitiba, 1974-1980.

⁷Op. cit. nota 5, p.26.

⁸Op. cit. nota 6.

lhante ã adotada pela FGV.

Atividades Sociais - O Censo Demogrãfico de 1970 investigou os rendimentos dos indivĩduos por classes de renda, o que permitiu calcular os rendimentos mĩdios mensal e anual do pessoal ocupado em Atividades Sociais e para os outros grupos que compõem Outros Serviços. Para os demais anos da sªrie, o rendimento mĩdio anual acompanhou o ritmo de variaçãõ do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.⁹

O nũmero de pessoas ocupadas nesse grupo em 1970 foi extraĩdo diretamente do Censo. Para os anos restantes, esse nũmero foi extrapolado geometricamente, com base nos Censos Demogrãficos de 1950 e 1970.

A renda de Atividades Sociais resultou do produto do pessoal ocupado pelo rendimento mĩdio anual, ano a ano.

Para as Atividades Sociais, algumas restrições sãõ feitas quanto aos dados do Censo Demogrãfico de 1970 que incluem tambẽm pessoas ocupadas em atividades do setor pũblico como educaçãõ, saũde, abastecimento, saneamento e previdªncia social, cuja renda jã foi estimada no subsetor Governo. Portanto, fez-se necessãrio abater essa parcela do resultado de Atividades Sociais, estimado atravªs do Censo.

Para tanto, levantou-se o nũmero de funcionãrios pũblicos incluĩdos em Atividades Sociais no referido Censo, obedecendo procedimento anãlogo ao levantamento do total de pessoas ocupadas do grupo. O rendimento mĩdio anual foi considerado semelhante ao de empregados em Atividades Sociais. O produto de nũmero de pessoas ocupadas no setor pũblico, desse grupo pelo

⁹Op. cit., nota 3.

seu rendimento médio anual, foi deduzido da renda estimada, resultando, dessa forma, no rendimento real líquido auferido pelo pessoal ocupado em Atividades Sociais.

Prestação de Serviços - o número de pessoas ocupadas obedeceu a metodologia aplicada em Atividades Sociais, isto é, através da projeção geométrica com base nos Censos Demográficos de 1950 e 1970.

O rendimento médio anual dos ocupados em Prestação de Serviços foi extraído do Censo Demográfico de 1970, sendo que para os anos seguintes, utilizou-se o ritmo de crescimento do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.

A Renda Interna resultou do produto do número de pessoas ocupadas pelo rendimento médio anual, em todos os anos da série.

Em Prestação de Serviços estão excluídas do Censo Demográfico outras remunerações de Serviços Comerciais (basicamente lucros), como serviços de alojamento e alimentação, higiene pessoal, confecção, conservação e reparação, diversão, rádio e televisão, cujos dados foram apurados pelo Censo Econômico de Serviços e estimados para obtenção da renda total de Outros Serviços.

Essas remunerações foram avaliadas da seguinte forma: do total das receitas dos Serviços Comerciais foram subtraídas as despesas de operação e as despesas diversas, chegando-se ao Valor Adicionado. Calculados os salários, ordenados e encargos sociais dos subgrupos dos Serviços Comerciais, as outras remunerações foram obtidas pela diferença entre o Valor Adicionado e esses componentes.

Essa metodologia só pôde ser aplicada para 1970, ano que se utilizou o Censo Econômico de Serviços; assim, o valor das

outras remunerações foi extrapolado para os anos posteriores, baseando-se nas taxas anuais de crescimento do subsetor Comércio.

Profissionais Liberais - os Censos Demográficos de 1950 e 1970 investigaram apenas o número de pessoas ocupadas nesse grupo e esse número foi extrapolado geometricamente para os anos posteriores da série.

Esses censos, entretanto, não detalharam suficientemente o rendimento médio anual de Profissões Liberais, uma vez que esse grupo está incluído em classes de renda de outras atividades: comércio de imóveis e valores mobiliários, instituições de crédito, seguros e capitalização.

Dessa forma, considerou-se que o rendimento médio anual das classes de renda de Profissionais Liberais é semelhante ao das classes de renda de ocupações técnicas, científicas e afins: engenheiros e funções afins; químicos, farmacêuticos, físicos e afins; agrônomos, veterinários e naturalistas; médicos, dentistas e afins; matemáticos, sociólogos e afins; magistrados, advogados e afins; escritores e jornalistas, artistas e afins. Nos anos seguintes, o rendimento médio anual acompanhou o crescimento do nível geral de preços.

A renda de Profissionais Liberais surgiu, portanto, do produto do número de pessoal ocupado nesse grupo, pelo rendimento médio anual de ocupações técnicas, científicas e afins.

Agregados os grupos de Atividades Sociais, Prestação de Serviços, Serviços Comerciais e Profissões Liberais, obteve-se o total da Renda Interna do subsetor Outros Serviços.

1.2 METODOLOGIA DO PRODUTO INTERNO BRUTO

A estimativa do Produto Interno Bruto do Estado do Paraná

fundamentou-se na Renda Interna estimada para o período de 1970-81, que corresponde, em termos de fluxo real, ao Produto Interno Líquido a custo de fatores.

A partir da estimativa da Renda Interna foram incluídos a depreciação do capital fixo e os impostos indiretos, menos os subsídios.

Entre os principais impostos indiretos na esfera da União destacam-se Impostos sobre Produtos Industrializados - IPI, Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis - IULC, Imposto de Importação, Imposto sobre Operações Financeiras, Imposto Único sobre Energia Elétrica, etc.

Na esfera do Governo Estadual, considera-se o Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM e as taxas, e nas dos Municípios, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e as taxas.

Os dados dos impostos indiretos no período de 1970-73, correspondente à esfera da União, foram extraídos do estudo realizado pela FGV para a região Sul,¹⁰ e a partir de 1973, foram utilizados os dados do Anuário Econômico Fiscal.¹¹ Para o Governo Estadual, os dados foram extraídos do Balanço Geral do Estado dos respectivos anos.¹²

Finalmente, para os impostos indiretos dos Municípios, referentes ao período de 1970-73, foram utilizados os dados da

¹⁰FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Instituto Brasileiro de Economia. Agregados Econômicos Regionais. Rio de Janeiro, 1977. v.2, t.II.

¹¹ANUÁRIO ECONÔMICO-FISCAL. Brasília, Coordenação do Sistema de Informações Econômico-Fiscais, v.4-v.11, 1973-1980.

¹²PARANÁ. Secretaria do Estado das Finanças. Balanço Geral. Curitiba, 1970-1981. 11v.

FGV,¹³ e, a partir de 1974, as informações foram obtidas no Tribunal de Contas.¹⁴

Os subsídios concedidos pelo Governo do Estado do Paraná foram extraídos do Balanço Geral do Estado dos respectivos anos.¹⁵ Para os Municípios, no período de 1970-73, do trabalho da FGV,¹⁶ e nos anos posteriores, da Síntese de Prestações de Contas Municipais.¹⁷

A depreciação a nível de Brasil corresponde a uma taxa fixa de 5% da Renda Nacional Líquida a Preço de Mercado. Calculou-se, ano a ano, o valor da depreciação na Renda Interna Líquida a Custo de Fatores a nível de Brasil e aplicou-se essa relação para a Renda Interna no Paraná.

Para que as estimativas do Produto Interno Bruto do Paraná se tornassem compatíveis com as do Brasil, foram excluídos do Total da Indústria, os Serviços Industriais de Utilidade Pública e a Indústria de Construção Civil.

1.3 ESTIMATIVAS A PREÇOS CONSTANTES

Para comparações intertemporais do Produto e da Renda Interna, torna-se necessário eliminar as variações do poder aquisitivo da moeda, o que possibilita medir os grandes agregados econômicos, eliminando-se as variações de preços.

¹³Op. cit. nota 10.

¹⁴Op. cit. nota 6.

¹⁵Op. cit. nota 12.

¹⁶Op. cit. nota 10.

¹⁷Op. cit. nota 14.

1.3.1 Renda Interna a Preços Constantes

A Renda Interna Real se refere à variação do poder aquisitivo dos que se ocupam da produção de cada setor, comparado ao ano base.

Para se obter a Renda Interna, em termos reais, deflacionou-se a Renda a preços correntes pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna.¹⁸

1.3.2 Produto Interno a Preços Constantes

O Produto Interno a Preços Constantes representa o valor real acrescentado à produção, em relação ao volume físico.

O Produto Real, ou seja, a taxa de crescimento dos setores econômicos do Paraná, em termos de produção física foi obtido deflacionando-se a Renda Corrente Setorial por Índices de preços específicos:

- a) Agricultura - utilizou-se como deflator do Valor Bruto da Produção o Índice de Preços Recebidos pelos agricultores no Paraná.¹⁹

Para o Consumo Intermediário, foi utilizado como indicador do crescimento real o deflator obtido através do Índice de Preços Pagos pelos Agricultores no Paraná.²⁰

O produto da Agricultura a preços constantes resultou da diferença entre o Valor Bruto da Produção a preços constantes e o Consumo Intermediário a preços constantes;

¹⁸Op. cit., nota 3.

¹⁹Ibid.

²⁰Ibid.

b) Indústria - devido à inexistência de índices econômicos regionais para o cálculo dos deflatores da Indústria, utilizou-se a série da FGV de Preços por Atacado, Oferta Global para Produtos Industriais, especificados segundo os gêneros da Indústria.²¹

- Extração de minerais e minerais não-metálicos	Coluna 27 a 29
- Metalurgia	Coluna 30
- Mecânica	Coluna 33
- Material Elétrico e de Comunicações	Coluna 37
- Material de Transporte	Coluna 41
- Madeira	Coluna 44
- Mobiliário	Coluna 45
- Papel e Papelão	Coluna 49
- Borracha	Coluna 50
- Couros, Peles e Produtos Similares	Coluna 51
- Química: Óleos Combustível e Lubrificantes	Coluna 52
- Química: Adubos e Fertilizantes	Coluna 53
- Produtos Farmacêuticos e Medicinais	Coluna 57
- Perfumaria, Sabões e Velas	Coluna 52
- Têxtil	Coluna 56
- Vestuário, Calçados e Artigos Tecidos	Coluna 63 a 64

²¹Op. cit., nota 3, p.26-48, 105-7.

- Produtos Alimentares	Coluna 70
- Bebidas	Coluna 65
- Fumo	Coluna 69
- Editorial e Gráfica	Coluna 26
- Diversos	Coluna 26

A estimativa a preços constantes foi calculada a nível de gêneros da indústria, sendo que o somatório dos gêneros constitui o Produto da Indústria a preços constantes;

- c) Serviços - para todos os subsetores de Serviços, utilizou-se o deflator Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna,²² em função da inexistência de um deflator específico para esses subsetores.

²²Op. cit. nota 3.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ALMEIDA, Anna Luiza Ozorio de. Distribuição de renda e emprego em serviços. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976. 421p. (Relatório de pesquisa, 26).
- 2 ALMEIDA, Wanderley J. Manso de. Serviços e desenvolvimento econômico no Brasil: aspectos setoriais e suas implicações. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974. 140p. (Relatório de pesquisas, 23).
- 3 ALMEIDA, Wanderley J. Manso de & SILVA, Maria da Conceição. Dinâmica do setor serviços no Brasil: emprego e produto. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973. 208p. (Relatório de pesquisa, 18).
- 4 ANUÁRIO ECONÔMICO-FISCAL, Brasília, Coordenação do Sistema da Informações Econômico-Fiscais, v.4-11, 1973-1980.
- 5 AS CONTAS nacionais do Brasil 1965/1978. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, FGV, 33(12):59-74, dez. 1979.
- 6 COUTINHO, Luciano G. Inflexões e crise da política econômica: 1974-1980. Revista de Economia Política, São Paulo, 1(1):77-100, jan./mar. 1981.
- 7 FIGUEIREDO, Ferdinando de Oliveira. Introdução à contabilidade nacional. Rio de Janeiro, Forense, 1971. 142p.
- 8 FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Instituto Brasileiro de Economia. Agregados econômicos regionais. Rio de Janeiro, 1977. 2v., t.1 e 2.
- 9 _____. Centro de Contas Nacionais. Contas nacionais do Brasil; conceitos e metodologia. Rio de Janeiro, 1972. 83p.
- 10 FUNDAÇÃO IPARDES. Formação de capital na agricultura paranaense. Curitiba, 1979. 119f.
- 11 _____. Renda Interna do Paraná. Curitiba, 1981. 56f.
- 12 FURTADO, Celso. O Brasil pós-milagre. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. 89p.
- 13 GERMER, Claus M. O "milagre brasileiro" no Norte Velho do Paraná. Cadernos de Justiça e Paz, Curitiba, 3(4):61-76, dez. 1982.
- 14 GUIMARÃES, A. P. A crise agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 15 ÍNDICES econômicos. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 36(9):153, set. 1982.
- 16 ÍNDICES econômicos: retrospecto na nova base. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 33(11):10, nov. 1979.

- 17 IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Comercialização de feijão e milho no Sudoeste do Paraná. Curitiba, 1983. 234f.
- 18 _____. Estudos para uma política de emprego para o Paraná. Curitiba, 1983. 139f.
- 19 _____. Paraná: economia e sociedade. Curitiba, 1982. 72p.
- 20 _____. Perspectiva e potencial de participação do setor cooperativo nos planos e programas de adequação do desenvolvimento rural paranaense. Curitiba, 1983.
- 21 MELO, Fernando Bento Homem de. A agricultura nos anos 80: perspectivas e conflitos entre objetivos de política. São Paulo, IPE/USP, 1980. 61f. (Trabalho para discussão, 35).
- 22 MELO, Fernando Bento Homem de & ZOCKUN, Maria Helena G. P. Exportações agrícolas, balanço de pagamentos e abastecimento do mercado interno. Estudos Econômicos, São Paulo, IPE/USP, 7(2):9-50, maio/ago. 1977.
- 23 OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Petrópolis, Vozes, 1981. 87p.
- 24 PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC; Curitiba, Secretaria da Cultura e do Esporte do Paraná, 1981. 235p. (Economia e planejamento: série teses e pesquisas).
- 25 _____. A fronteira agrícola. Revista de Economia Política, São Paulo, 1(1):51-75, jan./mar. 1981.
- 26 PARANÁ. Secretaria de Estado das Finanças. Autonomia política e dependência financeira: uma análise das relações intergovernamentais. Curitiba, 1982. 107p.
- 27 _____. Balanço geral. Curitiba, 1970-1981. 11v.
- 28 PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Coordenadoria de Estudos e Projetos. Repartição de encargos públicos entre níveis de governo. Curitiba, 1982. 173p.
- 29 PARANÁ. Tribunal de Contas. Diretoria de Contas Municipais. Síntese de prestações de contas municipais. Curitiba, 1974-1980.
- 30 PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Auge e declínio nos anos setenta. Revista de Economia Política, São Paulo, 3(2):103-29, abr./jun. 1983.
- 31 SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M & COUTINHO, Renata, org. Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, 1983. v.1, p.56-121.
- 32 SOUZA, Paulo Renato. Desemprego: um grave problema ainda não equacionado. In: SALM, Cláudio et alii. Política de emprego. Rio de Janeiro, Instituto Euvaldo Lodi, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1982. p.107-33. (Coleção Universidade & Indústria: monografias).

- 33 SZMERCSEANYI, Tamás. Análise crítica das políticas para o setor agropecuário. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. & COUTINHO, Renata, org. Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, 1983. v.2, p.223-40.
- 34 TAVARES, Maria da Conceição. O sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. & COUTINHO, Renata, org. Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, 1983. v.2, p.107-38.
- 35 ZINI JR., Álvaro Antonio & PINTO, Márcio Percival Alves. A inflação no Brasil nos anos 70. Cadernos PUC, São Paulo, EDUC/CORTEZ, (7):45+67, maio 1981.